



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (PPGCR)

LUZEMILCA DOS SANTOS SILVA

**MULHERES PROTAGONISTAS EM UMA IGREJA MACHISTA: UM OLHAR
SOBRE A "REDE UM GRITO PELA VIDA" NA MISSÃO DE LIBERTAR CORPOS**

ARACAJU

2024

LUZEMILCA DOS SANTOS SILVA

**MULHERES PROTAGONISTAS EM UMA IGREJA MACHISTA: PESQUISA
SOBRE A "REDE UM GRITO PELA VIDA" NA MISSÃO DE LIBERTAR CORPOS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de mestra em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Jesus Prazeres

ARACAJU

2024

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S586m Silva, Luzemilca dos Santos
Mulheres protagonistas em uma igreja machista : pesquisa sobre a “Rede Um Grito Pela Vida” na missão de libertar corpos / Luzemilca dos Santos Silva ; orientador Alexandre de Jesus Prazeres. – São Cristóvão, SE, 2024.
128 f. : il.

Dissertação (mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Religião. 2. Feministas. 3. Tráfico humano. 4. Mulheres na Igreja Católica. I. Igreja Católica. II. Prazeres, Alexandre de Jesus, orient. III. Título.

CDU 272-055.2

Folha de aprovação

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as mulheres da Rede Um Grito Pela Vida, que levantam suas vozes dentro de um sistema machista e patriarcal para gritar pela vida das mulheres traficadas, exploradas e violentadas de muitos modos.

Dedico este trabalho a essas mulheres religiosas, que enfrentam o sistema religioso e gritam por suas próprias vidas subjugadas e silenciadas inconscientemente pelas mentiras do patriarcado.

Dedico este trabalho a todas as mulheres mortas pelo feminicídio. O sangue dessas vítimas clama por justiça.

Dedico este trabalho a todas mulheres que já se libertaram das correntes da opressão e desvalorização de seus corpos, e dedico também, a todas que ainda vão se libertar dessa escravidão mortal e silenciosa que passa de geração em geração.

Por fim, esse trabalho é dedicado para todas as meninas, de todas as idades. Apesar de não estarem seguras e livres da violência do machismo e do patriarcado em lugar algum, meu desejo é que o mundo se torne um lugar melhor para nossas filhas, sobrinhas, netas, educandas, irmãs, primas, vizinhas. Que seja um mundo onde possam crescer e viver sem violência, livres para serem o que quiserem.

AGRADECIMENTOS

*Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós.
Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.*

Antoine de Saint-Exupéry

Agradeço em primeiro lugar ao meu Criador, pela minha existência e por poder estar compartilhando essa experiência com a humanidade.

Aos meus familiares, por serem meu porto seguro. Especialmente a meus pais, Railda e Agenor, que, apesar de não terem tido a chance de estudar, sempre me incentivaram e confiaram em mim.

Agradeço de modo muito particular ao meu orientador, o professor Alexandre, que me acolheu e ensinou o caminho das pedras no mundo científico com muita paciência e competência.

Agradeço também à professora Marina, essa mulher incrível que apareceu no meu caminho como uma luz e que me iluminou quando as coisas pareceram escuras, e sem sentido.

À congregação das irmãs de Santa Maria de Namur, minha segunda família, por todo apoio e incentivo no início dessa jornada.

Agradeço ao meu amigo Carlos, do Canal *Não é Heresia*, que, na pandemia, realizou uma semana de Mariologia Feminista que me desinstalou, me tirou da minha zona de conforto e me fez chegar aqui. Este trabalho começou no seu canal, e eu sou só gratidão por você ter atravessado meu caminho em um momento como aquele, quando o futuro era incerto. Não pare; continue com seu canal, que é um meio de libertação da ignorância.

Não posso deixar de agradecer à minha amiga Creuza que, nos últimos tempos, segurou a minha mão e acreditou em mim, mesmo quando eu não acreditava. Ela sempre estava lá, com uma palavra de coragem nos dias mais difíceis do processo da pós-graduação de Luzemilca.

Minha gratidão à professora Maria Jeanne e ao professor Romero Venâncio por aceitarem o convite em fazerem parte da banca e por suas contribuições valiosas para este trabalho.

Gratidão a todas as minhas amigas e amigos que trilharam comigo um trecho desse meu caminho. Sigo na certeza de que deixaram um pouco de si e levaram também um pouco de mim.

EPÍGRAFE

Pra todas as mulheres

*Abafaram nossa voz
Mas se esqueceram de que não estamos sós
Abafaram nossa voz
Mas se esqueceram de que não estamos sós
Essa vai
Pra todas as mulheres
Marianas, índias, brancas
Negras, pardas, indianas
Essa vai pra você que sentiu aí no peito
O quanto é essencial ter no mínimo respeito
Essa dor é secular e em algum momento a de curar
Diga sim para o fim de uma era irracional, patriarcal
Abafaram nossa voz
Mas se esqueceram de que não estamos sós
Abafaram nossa voz
Mas se esqueceram de que não estamos sós
Então eu canto pra que em todo canto
Encanto de ser livre, de falar
Possa chegar, não mais calar
Então eu canto pra que em todo canto
Encanto de ser livre, de falar
Possa chegar, não mais calar
Abafaram nossa voz
Mas se esqueceram de que não estamos sós
Abafaram nossa voz
Mas se esqueceram de que não estamos sós
Então eu canto pra que em todo canto
Encanto de ser livre, de falar
Possa chegar, não mais calar
Então eu canto pra que em todo canto
Encanto de ser livre, de falar
Possa chegar, não mais calar*

Canção de Mariana Nolasco

RESUMO

Este trabalho analisa os movimentos feministas na Igreja Católica, especialmente a organização "Rede Um Grito Pela Vida". Utilizando a análise de conteúdo, de Laurence Bardin, investiga o protagonismo das mulheres em um ambiente machista e como o movimento feminista contribuiu para a emancipação social e religiosa das mulheres no âmbito das Ciências da Religião. Explora as históricas discriminação e violência de gênero sustentadas pela cultura patriarcal judaico-cristã, ressaltando como a religião pode legitimar a opressão sobre as mulheres. Mostra como, apesar da visão social de submissão das mulheres religiosas, os movimentos feministas dentro das igrejas evidenciam a possibilidade de compreender e desafiar o poder exercido pelo sistema religioso. As mulheres feministas reinterpretam o discurso religioso, usando vivências de violência e discriminação para reivindicar sua verdadeira identidade, libertando-se de ideologias que as mantiveram subjugadas em todas as esferas.

Palavras-chave: Ciências da Religião; Movimentos Feministas; Igreja Católica; Emancipação; Discurso Religioso.

ABSTRACT

This paper analyzes the feminist movements in the Catholic Church, especially the organization “Rede Um Grito Pela Vida” (A Cry for Life Network). Using Laurence Bardin's content analysis, it investigates women's protagonism in a sexist environment and how feminist movement contributes to the social and religious emancipation of women in the field of Religious Sciences. It explores the historical gender discrimination and violence sustained by Judeo-Christian patriarchal culture, highlighting how religion can legitimize the oppression of women. It shows how, despite the social view of religious women as submissive, feminist movements within churches highlight the possibility of understanding and challenging the power exercised by the religious system. Feminist women reinterpret religious discourse, using experiences of violence and discrimination to reclaim their true identity, freeing themselves from ideologies that have kept them subjugated in all spheres.

Keywords: Religious Sciences; Feminist Movements; Catholic Church; Emancipation; Religious Discourse.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Encontro da coordenação nacional e regional em 24/11/ 2023	55
Figura 2: Logomarca da Rede Um Grito Pela Vida.....	59
Figura 3: Logomarca da campanha 2014	66
Figura 4: Folder explicativo sobre os dados oficiais e os círculos do tráfico de pessoas.....	66
Figura 5: Pôster chamando atenção para mercantilização do corpo da mulher.....	67
Figura 6: Capa do livro em análise.....	68
Figura 7: Mapa dos Estados onde a Rede está presente	70
Figura 8: Dados da Região Norte	71
Figura 9: Dados da Região Nordeste.....	72
Figura 10: Dados da Região Centro-Oeste	72
Figura 11 Dados da Região Sudeste	73
Figura 12: Dados da Região Sul.....	73
Figura 13: Porcentagem de mulheres por categoria	74
Figura 14: Esquema do desenvolvimento da Análise de Conteúdo	77
Figura 15: Gráfico da faixa etária das participantes	80
Figura 16: Profissões das participantes	81
Figura 17: Localidade das participantes da pesquisa – Quantidade por região.....	82

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: Organização Interna da RGPV	54
Tabela 2: Distribuição dos núcleos por região do Brasil	71
Quadro 1: Respostas sobre o nível de escolaridade das participantes da pesquisa	80
Quadro 2: Categorias para análise	84

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	DE FREIRA A FEMINISTA CATÓLICA: O LUGAR DA MULHER NA IGREJA CATÓLICA.....	19
2.1	MINHA TRAJETÓRIA ENQUANTO MULHER, NORDESTINA, NEGRA, INDÍGENA, CATÓLICA PRATICANTE.....	19
2.2	TRAJETÓRIA DAS MULHERES DENTRO DA RELIGIÃO CATÓLICA	20
2.3	CONTRIBUIÇÃO DOS ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DOS ESTUDOS FEMINISTA PARA AS CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	25
2.4	ORIGEM DO FEMINISMO	29
2.5	TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS	31
2.5.1	Fases dos movimentos feministas.....	32
2.5.2	Movimento feminista brasileiro.....	33
2.5.3	Movimentos feministas na América Latina e Caribe	35
2.5.4	Movimento feminista na Igreja Católica	37
2.5.4.1	Aliança Internacional Joana D’arc	40
2.5.4.2	Teologia Feminista	41
2.5.4.3	Católicas pelo Direito de Decidir (CDD)	43
2.5.4.4	Conselho das Mulheres Católicas (Catholic Womens Council - CWC)	44
2.6	O QUE DETERMINA A MULHER FEMINISTA?.....	45
2.7	O DISCURSO COMO INSTRUMENTO DE OPRESSÃO OU DE EMPODERAMENTO FEMININO NA RELIGIÃO	49
3	O SURGIMENTO DA REDE UM GRITO PELA VIDA NA IGREJA CATÓLICA...53	
3.1	OS PRIMEIROS FIOS DE UMA REDE PARA LIBERTAR.....	55
3.2	O HORROR DA ESCRAVIDÃO NÃO ACABOU.....	57
3.3	GRITANDO PELA VIDA DAS MULHERES TRAFICADAS, DANDO VOZ ÀS MULHERES SILENCIADAS NA BÍBLIA	59

3.4	MARCOS IMPORTANTES NA ATUAÇÃO E NAS AÇÕES DA REDE EM NÍVEL NACIONAL	65
4	VOZES FEMINISTAS NO CONTEXTO MACHISTA DA IGREJA CATÓLICA: CAMINHOS METODOLÓGICOS	69
4.1	UNIVERSO DA PESQUISA	70
4.2	RECRUTAMENTO DAS ENTREVISTADAS	75
4.3	A METODOLOGIA DA ANÁLISE DE CONTEÚDO NA PERSPECTIVA DE BARDIN	75
4.4	DADOS DA PESQUISA	78
4.5	PERFIL DAS PARTICIPANTES	79
5	VOZES FEMINISTAS NO CONTEXTO MACHISTA DA IGREJA CATÓLICA: ANÁLISE DE DADOS	83
5.1	MULHER E IGREJA CATÓLICA	84
5.2	MACHISMO E PATRIARCADO	88
5.3	FEMINISMO E PROTAGONISMO	89
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS: NA VOZ DA PESQUISADORA.....	94
	REFERÊNCIAS.....	97
	APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	103
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	104
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS TRANSCRITAS	106
	APÊNDICE D – ENTREVISTAS	115

1 INTRODUÇÃO

O estudo propõe uma análise aprofundada dos movimentos feministas que surgem dentro do contexto da Igreja Católica, com o foco na organização "Rede Um Grito Pela Vida", um grupo da Igreja Católica. A proposta central é compreender, utilizando a metodologia de análise de conteúdo baseada na perspectiva de Laurence Bardin, como as mulheres estão desafiando as estruturas tradicionalmente machistas da instituição religiosa. A pesquisa tem como **objetivo geral**: examinar o protagonismo das mulheres nesse ambiente religioso, assim como as contribuições dos movimentos feministas e dos estudos de gênero para o entendimento da situação de subjugação das mulheres tanto social quanto religiosamente, no âmbito das Ciências da Religião.

O objeto de análise neste trabalho é o estudo dos movimentos feministas dentro da Igreja Católica, com foco na organização "Rede Um Grito Pela Vida". A problematização se dá a partir dos seguintes questionamentos: Como os movimentos feministas dentro da Igreja Católica, exemplificados pela organização "Rede Um Grito Pela Vida", conseguem desafiar a cultura patriarcal e o ambiente machista arraigados na instituição religiosa? De que maneira a análise de conteúdo sob a perspectiva de Bardin (1977) revela o protagonismo das mulheres nesse contexto? Como os estudos feministas contribuem para a emancipação das mulheres tanto social quanto religiosamente, no campo das Ciências da Religião?

O estudo também pretende investigar de que maneira os estudos feministas contribuem para a emancipação das mulheres, abordando tanto o aspecto social quanto o religioso, dentro do campo das Ciências da Religião. Por meio de uma análise crítica e aprofundada, o trabalho visa lançar luz sobre as estratégias utilizadas pelos movimentos feministas religiosos para superar as normas estabelecidas, bem como destacar as transformações nas identidades femininas e nas relações de poder na interseção entre gênero, religião e sociedade.

Com base no objetivo geral proposto, os **objetivos específicos** que guiarão o desenvolvimento de cada capítulo são os seguintes:

1. Investigar os impactos das ações feministas dentro da Igreja Católica, não apenas em relação à emancipação das mulheres dentro do ambiente religioso mas também quanto às transformações das relações de poder, à construção de novas identidades e à promoção da igualdade de gênero em âmbitos sociais, políticos, econômicos e religiosos.
2. Examinar os princípios e ações basilares da organização "Rede Um Grito Pela Vida", identificando as estratégias e os desafios enfrentados por essa iniciativa feminista para

promover a igualdade de gênero e a emancipação das mulheres dentro do contexto religioso.

3. Compreender de que forma os estudos feministas têm influenciado as percepções sobre gênero e religião, examinando como essas abordagens têm contribuído para a emancipação das mulheres, tanto social quanto religiosamente, dentro do campo das Ciências da Religião, oferecendo *insights* e recomendações que possam contribuir para uma compreensão mais profunda das interações entre gênero, religião e movimentos feministas, buscando respostas que ampliem a discussão acadêmica e o engajamento prático no campo das Ciências da Religião.

A metodologia proposta para abordar a problemática, o objetivo geral e os objetivos específicos mencionados que envolvem uma abordagem interdisciplinar que combina análise de conteúdo, estudos feministas e estudos religiosos na perspectiva das Ciências da Religião.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, inicialmente, foi realizada uma ampla revisão bibliográfica para contextualizar a cultura patriarcal e o ambiente machista na Igreja Católica, a história dos movimentos feministas religiosos, os estudos feministas relacionados à religião, entre outras fontes. Para a coleta de dados, foram utilizados os procedimentos de entrevistas *online* e questionários aplicados de forma remota, com nove perguntas abertas, semiestruturadas. A aplicação dessas ferramentas foi realizada por meio das plataformas Google Meet (entrevistas) e Google Forms (questionários), com membros da organização "Rede Um Grito Pela Vida" espalhados pelo país, a fim de compreender suas motivações, os desafios enfrentados e as estratégias que têm implementado frente à situação da mulher na religião católica. Foi adotada também uma abordagem comparativa para analisar, a partir das respostas das integrantes da Rede, os impactos das ações feministas dentro da Igreja Católica, não apenas no contexto religioso mas também em âmbitos sociais, políticos, econômicos e religiosos mais amplos. Aplicando a abordagem de análise de conteúdo, a pesquisa explora como os discursos religiosos dentro da Igreja Católica retratam as mulheres, identificando estratégias linguísticas que subjuguem ou empoderem as mulheres. A análise também se concentrará em como os movimentos feministas reinterpretem esses discursos religiosos, aplicando a hermenêutica feminina e incorporando experiências pessoais.

O resultado da análise dos dados é discutido em relação aos objetivos da pesquisa, abordando como os estudos feministas influenciam as percepções sobre gênero e religião, como a análise de conteúdo pode evidenciar o protagonismo das mulheres nos discursos religiosos e como os movimentos feministas dentro da Igreja Católica estão promovendo a igualdade de gênero e a emancipação das mulheres.

O estudo de gênero, nos programas em Ciências da Religião, é de grande importância, primeiramente, porque o gênero diz respeito a todos os âmbitos da vida em sociedade, ou seja, todas as relações sociais, em todas as áreas implicam direta ou indiretamente as questões de gênero. Em segundo plano, porque, dentro dos programas científicos em geral, é perceptível como a presença das mulheres é reduzida nestes espaços de construção do conhecimento, em todas as áreas das ciências, e, nos programas de Ciências da Religião e Teologia, não é diferente. De modo geral, tanto os quadros docentes como os discentes dos programas de Ciências da Religião são compostos majoritariamente por homens, revelando, assim, a discrepância entre as igualdades de oportunidades entre homens e mulheres também nesses programas. Como afirma Priscila Neves Moreira (2019)¹, em sua experiência na pós-graduação, os autores utilizados como referenciais clássicos na disciplina de Introdução às Ciências da Religião são apenas do sexo masculino e não utilizavam a categoria de gênero na análise dos fenômenos religiosos. Desse modo, os estudos feministas nos programas de ciências da religião e teologia se fazem indispensável para, assim, construir um caminho para que as mulheres possam apropriar-se dessas ciências na mesma proporção que homens.

Sobre essa temática, a autora Sandra Duarte (2004) reafirma a necessidade de discutir essa temática do gênero no meio científico, desde a escolha das fontes, dos interlocutores, do quadro teórico até a escolha do próprio objeto a ser pesquisado. O processo de produção do saber envolve relações de poder que se traduzem no estabelecimento de uma normatividade que tem raça/etnia, classe, idade e sexo, dentre outros. A negação da autoridade epistêmica das mulheres e a marginalidade de temas de pesquisa voltados para gênero, sexualidade e afins ainda predomina no masculino universo dos estudos de religião, que é masculino desde a sua composição.

Os programas de mestrado e doutorado em ciências da religião, que pertencem à área de número 44 em Ciências da Religião e Teologia, foram criados pela Resolução nº 01, de 04 de abril de 2017, publicada no Boletim de Serviço/CAPES – Edição Especial nº 1 – em abril de 2017. Conforme os documentos normalizadores da CAPES, a área é de perfil interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar e desenvolve pesquisas com as seguintes temáticas em suas subáreas:

- a) Epistemologia das Ciências da Religião – reflexão teórico-metodológica ou metateórica; abordagens filosóficas sobre o conceito/definição de religião ou sua negação; psicologia da religião e fenomenologia da religião – em sentido sistemático.

¹ Mestranda em Ciências da Religião na Universidade Metodista de São Paulo. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, especialista em Psicologia Clínica pelo Instituto Superior do CENSA.

- b) Ciências Empíricas da Religião – fenômenos religiosos, espiritualidades, tradições de sabedoria ou filosofias de vida no “campo”; disciplinas “da religião”, em diálogo com teorias e métodos de outras ciências constituídas, quais sejam, Sociologia, Antropologia, Psicologia, História, Geografia, Fenomenologia em sentido descritivo.
- c) Ciência da Religião Aplicada – religião e espaço público, política, ética, saúde, ecologia, culturas; temas associados à diversidade, respeito e tolerância; diálogo inter-religioso; educação e religião.
- d) Ciências da Linguagem Religiosa – métodos e fontes para o estudo das religiões, espiritualidades ou tradições de sabedoria, de suas línguas naturais, de seu vocabulário e gramática; relações entre linguagem religiosa, linguagem artístico-literária e linguagem em geral.

Um estudo feito pelos pesquisadores Clóvis Ecco², Thaís Alves Marinho³ e Claudete Ribeiro de Araújo⁴ mostram também a disparidade entre os docentes em relação ao gênero nos programas de Ciências da Religião das universidades federais que têm pós-graduação nessa área. Segundo eles, ao verificarem o panorama dos docentes existentes nesses programas, percebe-se, já na estruturação dos cursos, uma desigualdade de gênero: as mulheres estavam em número menor que os homens nos Programas de Pós-Graduação em Ciências da Religião. Em dois programas, não havia qualquer mulher docente, e apenas na Universidade Federal da Paraíba se encontrou uma paridade de gênero, sendo sete docentes homens para sete docentes mulheres. Esse quadro se ampliou para as mulheres quando se percebeu que havia ainda três docentes mulheres como professoras visitantes. Em dois programas, não existiam professoras mulheres no quadro docente, como na Universidade Federal de Sergipe e na Faculdade União de Vitória. Ressalta-se que, no programa da Universidade Federal de Sergipe, houve avanço, visto que já existe em seu quadro docente uma professora mulher (Acréscimo da autora).

Produziram-se, nestes 40 anos de existência de Programas de Pós-Graduação em Ciências da Religião, por volta de 2.519 (90,25%) dissertações e teses, sendo que 245 (9,75%) dessas pesquisas são referentes aos estudos da mulher, feminista e/ou de gênero no Brasil,

² Doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Coordenador do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Ciências Sociais e da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Professor titular de Pós-Graduação Strictu Sensu da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO).

³ Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e Pós-Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO).

⁴ Doutoranda em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Licenciada em Filosofia pela Faculdade Associada do Ipiranga e Bacharela em Teologia pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção.

abordando as mais diversas religiões e práticas religiosas, analisando as relações entre os sexos, os discursos e representações produzidas que condicionam homens e mulheres a determinados comportamentos e, muitas vezes, restringindo-os em sua liberdade. O número de pesquisas sobre a temática de gênero ainda é muito pequeno diante da realidade sociorreligiosa que se tem no país. Contudo, essas são pesquisas significativas, que merecem ser publicadas e propagadas para o conhecimento de toda a sociedade brasileira, e que abrem diálogo multidisciplinar e profícuo com a academia e com toda a sociedade.

Como revelam os estudos de Clóvis Ecco, Thaís Alves Marinho e Claudete Ribeiro de Araújo (2018), a proposta do programa é abrangente, mas há uma escassez de projetos de pesquisa que se debruçam e explorem a relação entre gênero e religião nessa área do conhecimento, o que consideramos uma lacuna. Desse modo, os estudos feministas se fazem fundamentais nesta área de pesquisa, e aqui se mostra a relevância da presente pesquisa ao alargar os horizontes da temática dentro do programa ao qual pertence.

Vale ressaltar que as discussões sobre o gênero em diversas dimensões são crescentes no mundo todo e o tema vem sendo debatido em praticamente todos os âmbitos sociais. O motivo de tal crescimento é o entendimento das pessoas de que existem, para com as mulheres, injustiças e desigualdades que não foram superadas. É necessário que as leis e a cultura que pregam a superioridade do homem sobre a mulher sejam mudadas e, assim, as mulheres possam viver com dignidade e respeito. Segundo dados de órgãos oficiais de enfrentamento à violência contra a mulher, como a ONU Mulheres, o assédio, a violência e o feminicídio sofrido pelas mulheres não param de crescer no mundo todo, começando em seus próprios lares e se estendendo às demais esferas da sociedade. A religião, de maneira geral, não está isenta da prática desta violência, uma vez que casos de abusos e violências sofridos pelas mulheres em ambientes religiosos são publicados muito frequentemente nas redes de telecomunicações e redes sociais.

O gênero é um fenômeno em constante mudança e não pode ser cristalizado, estático conforme normas de algumas instituições religiosas. Sobre estes aspectos, os estudos feministas têm um olhar mais alerta, porque os “sistemas simbólicos religiosos constituem em importantes mecanismos de construção da subjetividade humana, atuando de maneira estruturada e estruturante” (Souza, 2004, p. 123). Com a perda do poder regulador da religião católica nas sociedades secularizadas, verifica-se um forte controle religioso na maneira como os sexos se reconhecem e são entendidos socialmente hoje, por meio das redes sociais, através de discursos conservadores.

Na religião, as mulheres também são violentadas de muitos modos, a começar pela violência simbólica que é "exercida sobre um agente social com a sua cumplicidade" (Wacquant, 2002, p. 167). Ou seja, as mulheres nem desconfiam que estão sendo violentadas, lesadas, destratadas pelo sistema religioso, e acabam sendo cúmplices e mantenedoras das violências sofridas no âmbito religioso. Na perspectiva de Bourdieu (2007), a função simbólica exerce poder sobre aquilo que não é reconhecido como dominação e, do mesmo modo, a crença na palavra e em quem a fala é o que dá legalidade a ambos. Ou seja, o poder não está na palavra ou em quem a diz, mas na crença de que a palavra é verdadeira.

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos «sistemas simbólicos» em forma de uma «illocutionary force», mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (Bourdieu, 2007, p. 14-15).

O gênero na religião se dá nessa dinâmica da invisibilidade, uma vez que “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1989, p. 7). Desse modo, o sistema religioso judaico, patriarcal, sexista e machista determinou a inferioridade das mulheres na religião cristã. Essa determinação as subjugou até os dias atuais, em muitas áreas da sociedade.

As mulheres não têm lugar de fala e decisão particularmente no catolicismo, que tem uma estrutura totalmente hierarquizada e enrijecida por homens resistentes em se abrir à superação das desigualdades de gênero no interior da religião. Apesar de serem maioria na Igreja Católica, as mulheres são mantidas em segundo plano no interior da instituição, exercendo funções secundárias, com características “femininas”, como ensinar a catequese para as crianças, desenvolver atividades caritativas e celebrações da palavra.

A ideologia patriarcal tão fortemente presente no cristianismo distorceu não só o potencial humano presente na vida das mulheres, mas igualmente dos homens. Considerando-os superiores e primeira imagem de Deus, a ideologia patriarcal reforçou as relações de dominação e justificou publicamente a superioridade dos corpos masculinos. As mulheres sempre foram consideradas

como segundas e menos importantes quanto à construção das relações de igualdade e equidade (Gebara, 2017, p. 83).

O patriarcado "caracterizou-se por uma estrutura de poder piramidal, onde os pais possuíam o poder de posse e decisão sobre as mulheres, os filhos, os servos, os escravos. Essa estrutura é sustentada por estruturas multiplicadoras de controle, exploração e desumanização" (Tomita, 2006, p. 150-151). De um modo generalista, as mulheres sustentam a religião. São a base ativa e efetiva nas pastorais, mas elas não podem participar nem assumir lugares decisórios sobre os rumos desta religião, muito menos assumir um lugar central como os homens assumem o sacerdócio. A igreja é para as mulheres a extensão de suas casas, uma vez que o papel que elas desempenham está relacionado ao cuidado, ao doméstico, e jamais estão em lugar de poder e decisão na religião católica.

Ivone Gebara (2017, p.78) afirma: "Dado o contexto limitado, as mulheres tornaram-se catequistas, responsáveis pela limpeza e arrumação das paróquias e damas de caridade. Nenhum tipo de poder semelhante ao masculino lhes foi outorgado". Muitas dessas mulheres, a maioria, nem reclamam esse direito, por não perceberem que são injustiçadas. O sistema exerce a "violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento" (Bourdieu, 2003, p. 7-8).

Nesse sentido, a teóloga Ivone Gebara afirma que "o controle da Igreja Católica sobre a vida dos fiéis passa ser considerado pelas feministas como um controle sociopolítico e cultural, com uma pretensa legitimação religiosa", que perpassa os fios invisíveis das relações de poder entre homem e mulher, nas quais as mulheres são sempre as subordinadas.

O movimento feminista surgiu como um mecanismo de enfrentamento a esse sistema machista, sexista e, muitas vezes, misógino. Antes mesmo de o movimento feminista existir de modo sistematizado como é hoje, muitas mulheres foram capazes de enxergar além da ótica alienante da sociedade em relação às mulheres e empreenderam uma longa jornada de libertação das mulheres, como uma corrente que nunca parou, apesar dos desafios e entraves desse percurso. "Nas igrejas, o feminismo tem pouca entrada. As teologias feministas não chegaram a ser ensinadas com seriedade nas faculdades de teologia e não reproduzem na comunidade de fiéis" (Gebara, 2017, p. 79). Desse modo, a teologia feminista é pouco valorizada pela teologia tradicional, e grande número de mulheres católicas e cristãs desconhecem sua existência.

As mulheres feministas cristãs inauguraram um novo tempo dentro da religião católica ao reinterpretarem as narrativas bíblicas, ao perguntarem sobre seu lugar enquanto mulheres e

ao questionarem o que a religião tem feito com elas: Por que tem que ser assim, os homens dominam e as mulheres se sujeitam? É a partir dessas e outras premissas que o feminismo vem atuando em favor das mulheres dentro da religião católica, levantando suspeitas e desconfiança sobre o que foi posto e imposto sobre as mulheres nos escritos bíblicos e na teologia tradicional.

O direito de suspeitar, de duvidar da “divindade” que legitima prescrições eclesiais para os sujeitos femininos passou a ser moeda corrente em muitos grupos. Novas leituras da tradição começam a ser elaboradas visando dar um respaldo a partir da mesma tradição cristã às mulheres que queriam permanecer católicas e ao mesmo tempo assumir decisões pessoais no que se refere à maternidade, à regulação da natalidade, ao aborto e à oficialização das relações homossexuais (Gebara, 2017, p. 81).

O protagonismo das mulheres nos espaços machistas tem se mostrado de muitos modos, e a teologia feminista se apresenta de modo que a vida e a humanização das relações são primordiais e estão acima das normas, do controle e das proibições. As mulheres lutam pelo direito de existirem com dignidade e sem violência. O feminismo é um movimento das mulheres do mundo todo contra o patriarcado, o machismo, contra a violência sobre seus corpos. É a luta pela vida, pois

O que se constituiu como senso comum no imaginário social a partir das tradições bíblicas é uma mescla entre um deus incorpóreo, puro espírito, e homens e mulheres cheios de ordenações e danos em seus corpos pecadores e mortais. Esta visão simplificada, violentamente monolítica e restrita do texto bíblico é a que prevalece [...] O desafio latino-americano tem sido o de, mantendo-se no âmbito das tradições libertárias e revolucionárias ocidentais, criticar e re-inventar teorias e práticas a partir de tradições e utopias autóctones. Esta é uma tarefa que ainda está em curso e que exige muita radicalidade, maleabilidade e capacidade de autocrítica (Pereira, 2003, p. 54).

A teologia das mulheres e para as mulheres tem tecido muitos fios de libertação dentro da religião ao desconstruir as correntes do pensamento machista e reinterpretar as escrituras a partir de suas próprias vivências. Apesar de ser pouco conhecida dentro das igrejas, não deixa de lançar luz no caminho das mulheres rumo à igualdade de gênero na religião católica e nos demais segmentos sociais.

Partindo dessa premissa, a presente pesquisa toma como ponto de partida o estudo do gênero na religião, com foco nos movimentos feministas e no protagonismo das mulheres frente a questões sociais, e o surgimento desse movimento dentro da Igreja Católica. Entende-se que esta, como as demais instituições, exerce forte poder e influência sobre as pessoas, e pode contribuir tanto com a manutenção como com a desconstrução do sistema opressor e alienante

sobre as consciências, principalmente, das mulheres, as quais, são colocadas em segundo plano nos âmbitos sociais, políticos e religiosos.

O movimento pesquisado, entre tantos outros, denomina-se “Rede Um Grito pela Vida”. É uma organização nacional com conexões internacionais, majoritariamente composta por mulheres, que trabalham no enfrentamento ao tráfico de pessoas.

De início, não estava no horizonte desta pesquisadora o referido grupo, mas, sim, o Católicas pelo Direito de Decidir (CDD) e o Conselho Mundial de Mulheres Católicas, os quais me atraíram por suas pautas pertinentes ao objeto almejado. Porém, esses grupos, especialmente o CDD, já está bem discutido no âmbito acadêmico em diversas áreas, e talvez este estudo não tivesse muito a dizer sobre ele. A partir dessa constatação, passou-se a questionar se não haveria outro movimento que apresentasse a temática deste objeto de pesquisa em outra perspectiva e com um diferencial. Foi então que surgiu a possibilidade de pesquisar o grupo “Rede Um Grito Pela Vida”. Esta pesquisa é de cunho documental e dar-se-á mediante a análise do material impresso e digital, como *folders*, imagens, vídeos, artigos e livros produzidos e disponibilizados pelo referido grupo nas redes sociais, *blog*, *facebook* e *instagram*, além de entrevistas com algumas integrantes do grupo, que residem em diversas partes do país.

O objetivo das entrevistas é compreender como os membros da organização se veem dentro da religião católica nas questões relativas às mulheres, quem as representa dentro da Igreja e o que, na opinião delas, determina a identidade de uma mulher feminista. Analisou-se também o livro *Grito Pela Vida*, produzido pelo grupo pesquisado, a partir da metodologia da análise de conteúdo na perspectiva Laurence Bardin, que foi professora-assistente de Psicologia na Universidade de Paris e que, em seus trabalhos, aplicou as técnicas da Análise de Conteúdo na investigação psicossociológica e no estudo das comunicações de massas.

Para Bardin (1977), a técnica análise de conteúdo consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 1977, p.42).

Partindo dessa premissa, a autora deste estudo busca, como membro ativo dessa organização, averiguar de modo aprofundado se as mulheres católicas da “Rede Um Grito pela Vida” se reconhecem feministas, de que modo se apropriam do discurso religioso e como esse discurso de libertação se efetiva para elas mesmas, que lutam pela libertação de tantas mulheres traficadas. Frente a este objeto, procura-se entender o que de fato determina uma mulher feminista, especialmente na perspectiva da religião.

Pelo fato de a autora pertencer à organização investigada, a presente pesquisa será uma reflexão de dentro para fora, mas com as devidas distâncias e limites necessários que uma pesquisadora precisa ter em relação ao objeto investigado. Mas existe a consciência de que, muitas vezes, essa separação não acontece de modo real, uma vez que nem sempre é possível separar o objeto pesquisado do pesquisador. Mesmo assim, a atitude ética e sincera evita que se tome partido contra ou a favor de um determinado objeto, sendo capaz de expor os processos e resultados como realmente são, sem omitir nenhum dado ou fato, muito menos superengrandecê-los. Para esse tipo de abordagem, deve-se adotar os princípios êmico e ético da etnografia. Conforme Rosa e Orey (2012, p. 867), a abordagem ética “[...] refere-se a uma interpretação de aspectos de outra cultura a partir [...] daqueles que observam. Por outro lado, a abordagem êmica procura compreender determinada cultura com base nos referenciais dela própria”.

A sistematização metodológica da presente pesquisa dar-se-á em três capítulos. No primeiro capítulo, traça-se uma visão abrangente sobre o papel do gênero na perspectiva religiosa, focalizando especificamente o contexto do catolicismo, o qual constitui o foco central desta pesquisa. O objetivo principal é analisar o posicionamento histórico e contemporâneo das mulheres nessa fé religiosa, bem como a maneira pela qual foram abordadas dentro da estrutura eclesiástica, utilizando como ponto de partida os discursos emitidos pela hierarquia da Igreja. Esse exame dos discursos tem o propósito de discernir como tais pronunciamentos moldaram a identidade, a posição e a função da mulher tanto dentro do âmbito religioso católico quanto na sociedade em geral.

Nesse contexto, também se abordam, de forma aprofundada, as contribuições significativas dos movimentos feministas para o empoderamento das mulheres. Explora-se como esses movimentos têm respondido às construções tradicionais de gênero presentes na religião, questionando e desafiando a subordinação histórica das mulheres e buscando redefinir seus papéis e possibilidades dentro do âmbito religioso e além.

A análise do primeiro capítulo não apenas lança luz sobre a história das mulheres na Igreja Católica, mas também oferece um ponto de partida essencial para investigar os impactos dos movimentos feministas dentro dessa instituição religiosa e como eles contribuíram para a transformação da percepção do papel das mulheres tanto dentro do catolicismo quanto em um contexto mais amplo de gênero e sociedade.

No segundo capítulo, a pesquisadora se dedica a explorar a história e a trajetória da organização "Rede Um Grito Pela Vida". Aprofundando o conhecimento sobre essa entidade, investiga-se sua origem, os indivíduos que a fundaram, bem como seus objetivos, desafios e

estratégias de articulação. Um destaque especial será direcionado ao protagonismo das mulheres envolvidas nesse grupo, reconhecendo suas vozes e contribuições em um contexto social e religioso complexo.

Nesse âmbito, lança-se luz sobre como o movimento feminista se manifesta dentro da organização "Rede Um Grito Pela Vida". Aborda-se, de forma crítica e reflexiva, como as ideias e ações feministas são integradas nessa esfera específica, examinando como os princípios feministas são aplicados para promover a igualdade de gênero e a emancipação das mulheres no contexto religioso, social, político e cultural. Ao compreender a história e as atuações dessa organização, espera-se identificar as estratégias adotadas para desafiar as normas tradicionais e construir uma nova narrativa de gênero dentro da Igreja Católica.

No terceiro capítulo, a análise se aprofunda na compreensão das influências dos estudos feministas nas percepções de gênero e religião, considerando suas contribuições para a emancipação das mulheres nos âmbitos social e religioso, no campo das Ciências da Religião. A investigação ocorre em duas etapas distintas, cada uma abordando uma perspectiva específica.

No primeiro momento deste capítulo, direciona-se o foco para a análise das entrevistas realizadas com representantes de cada região do Brasil, que integram o grupo pesquisado. O objetivo é examinar de que maneira as questões relacionadas ao gênero, especificamente no que se refere à participação das mulheres dentro da Igreja Católica, são abordadas e compreendidas por esses membros. Além disso, investiga-se se fatores regionais, geracionais e níveis de escolaridade das entrevistadas exercem influência nas suas perspectivas sobre a situação da mulher no contexto do catolicismo, a partir de suas próprias experiências.

O segundo momento deste terceiro capítulo concentra-se na análise do discurso presente na obra "Um Grito Pela Vida", organizada pela Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), instituição fundadora do grupo investigado. Aqui, são apresentados os resultados decorrentes das questões investigativas levantadas ao longo do presente estudo. O objetivo é oferecer uma compreensão abrangente do movimento examinado, particularmente enfatizando sua perspectiva de gênero, o protagonismo das mulheres e a interação com a hierarquia da Igreja Católica. Essa análise permite uma abordagem mais completa das influências dos estudos feministas na dinâmica interna da organização "Rede Um Grito Pela Vida" em relação às questões de gênero e a emancipação das mulheres, conforme concebida por Bardin (1977), com ênfase nas maneiras pelas quais essa abordagem pode ser aplicada para compreender e destacar o protagonismo das mulheres nos discursos religiosos.

2 DE FREIRA A FEMINISTA CATÓLICA: O LUGAR DA MULHER NA IGREJA CATÓLICA

Queimaram-nos em fogueiras, encarceraram nossos corpos,
rasgaram nossos textos, ocultaram nossos poemas,
duvidaram da qualidades das nossas dúvidas.
(Ivone Gebara)

2.1 MINHA TRAJETÓRIA ENQUANTO MULHER, NORDESTINA, NEGRA, INDÍGENA, CATÓLICA PRATICANTE.

Em virtude de se tratar de uma seção de cunho pessoal, esta pesquisadora decide assumir o discurso em primeira pessoa. Apesar de fugir ao protocolo da escrita do texto acadêmico, impessoal, essa opção permite que o leitor possa se aproximar dos significados e sentidos pessoais de cada passo nessa minha jornada em relação ao meu objeto de estudo e à escolha dos sujeitos pesquisados. Após o relato pessoal, retomarei o discurso acadêmico.

Nasci em uma cidade do interior da Bahia, Euclides da Cunha, meus pais agricultores, católicos só por tradição, ou seja, casaram e batizaram os filhos mais velhos na Igreja Católica, entendendo pouco ou quase nada do sistema religioso desta religião, o que acredito ser o caso de uma grande parcela das pessoas que se dizem católicos. Apenas a minha avó materna era a mais “praticante” da religião católica, no sentido ir às missas anuais da padroeira da cidade e rezar o terço todos os dias no pequeno oratório que tinha em sua casa, no povoado onde mora ainda hoje.

Eu não fui uma das batizadas quando criança na Igreja Católica, porque minha mãe se tornou evangélica, e eu me sentia estranha por não ser batizada. Quando tinha dezessete anos, decidi, por conta própria, fazer a catequese para me batizar. E assim aconteceu. Eu me batizei, me tornei catequista aos dezoito anos e, aos vinte anos, no ano de 2004, iniciei a caminhada vocacional para me tornar uma religiosa (freira) na cidade de Feira de Santana-BA. Em 2012, fiz meus primeiros votos na cidade de Estância-SE. Atuei em muitas frentes pastorais⁵ dentro instituto religioso a que pertencia, à serviço da Igreja Católica. Fui membro ativo da vida religiosa consagrada por 16 anos.

⁵ A Igreja Católica tem um vasto catálogo de pastorais que querem ser a atenção especial por algum tipo de ação ou segmento da própria Igreja ou da sociedade. As pastorais Catequética, familiar, litúrgica, entre outras, são voltadas para o interior da Igreja. Já, as pastorais que se voltam para a sociedade são chamadas de Pastorais Sociais. Entre as Pastorais Sociais, podemos citar: Pastoral da Terra, Pastoral da Criança, Pastoral da Saúde, Pastoral da Mulher Marginalizada. (<https://arquiocese.org.br/fundamento-das-pastorais-sociais-da-igreja-catolica-parte-i/>).

Quando ingressei nesse modo de vida, estava encantada por muitas práticas que tanto a Igreja Católica quanto a vida religiosa consagrada realizavam, como, por exemplo, a promoção da dignidade das crianças, dos jovens e das famílias por meio de projetos educacionais e sociais, como também as missões em lugares onde há pobres e desassistidos de muitos modos. Porém eu sempre tive uma consciência crítica a respeito das desigualdades existente entre os homens e as mulheres dentro da igreja católica, especificamente entre sacerdotes e religiosas. Existe uma série de coisas que nunca concordei, por exemplo: as mulheres religiosas fazem voto de pobreza, ou seja, não podem possuir ou acumular bens, enquanto os sacerdotes têm salários; as mulheres não podem celebrar a missa, apenas os homens, porque assim está na bíblia, só havia homens na última ceia. Frente a essas tantas outros fatos ocorridos dentro da Igreja Católica em relação à mulher de maneira geral, como também referente às mulheres da vida consagrada, fui me posicionando enquanto mulher, freira e feminista. E o fato de ser feminista não tirava meu direito de praticar minha religião, porque existe, sim, feminismo dentro da religião, embora o preceito a este respeito não tenha sido superado. A linha ultraconservadora da igreja católica sempre abominou a perspectiva feminista, separando-a da prática religiosa e condenando aquelas e aqueles que se declaram feministas.

Meu ingresso nas ciências da religião se deu a partir dos estudos feminista, quando comecei a me debruçar de modo mais aprofundado sobre essa área do conhecimento através de um curso *online*, com diversas pensadoras feminista da teologia, das ciências sociais e tantas outras áreas. Foi quando me encontrei no meu modo de pensar, o que me levou a buscar formas de me apropriar da temática, passando na seleção de mestrado no ano de 2021. Devo dizer que continuo católica, mas com os olhos abertos, consciente dos sistemas internos que perpassam a religião católica.

2.2 TRAJETÓRIA DAS MULHERES DENTRO DA RELIGIÃO CATÓLICA

O presente capítulo lança um olhar sobre a presença da mulher na religião, especialmente a religião católica, refletindo a respeito da trajetória e do lugar que a mulher católica ocupa nela. A partir de uma perspectiva sócio-histórica, identifica-se, desse modo, suas atribuições e contribuições, e como o catolicismo lida com as questões de gênero relativas à figura feminina, evidenciando as intersecções e divergências nesse sentido.

Para a efetividade do trabalho, toma-se como ponto de partida a análise de fragmentos de documentos e textos da própria Igreja que tratam da questão, como também a análise do que os diversos movimentos feministas produziram ao longo do tempo, trazendo elementos centrais,

como a origem e diversidade dos movimentos feministas, o surgimento no catolicismo e a diferenciação entre estes. Foca-se no movimento feminista latino-americano e caribenho e nos movimentos feministas brasileiros, na perspectiva religiosa.

Para adentrar nos contextos citados acima, faz-se necessário o uso das contribuições dos estudos feministas e de gênero de diversas áreas do conhecimento que debatem o assunto presente. Essa atitude de busca permitirá uma visão ampliada do assunto, sem, no entanto, esgotá-lo. O ponto de partida é o contexto cristão católico, especificamente da Rede Um Grito Pela Vida, organização escolhida como objeto de estudo e recorte temático deste trabalho.

As Ciências Sociais, a Sociologia e a Teologia Feminista serão as mais abordadas nesta investigação, sem, contudo, deixar de lado as contribuições de outras áreas que têm discutido o assunto na mesma proporção e que iluminam o objeto desta pesquisa, que é uma reflexão sobre o discurso e o protagonismo das mulheres da Rede Um Grito Pela Vida dentro da Igreja Católica. Trata-se de uma organização composta majoritariamente por mulheres católicas, como também de outros segmentos religiosos, porém em menor número, que atuam contra o tráfico de pessoas e todos os tipos de violência contra as mulheres, no âmbito social e religioso.

Para uma compreensão mais real e contextualizada das questões de gênero e religião, é indispensável o entendimento de que

a religião é, antes de tudo, uma construção sociocultural. Portanto, discutir religião é discutir transformações sociais, relações de poder, de classe, de gênero, de raça/etnia; é adentrar num complexo sistema de trocas simbólicas, de jogos de interesse, na dinâmica da oferta e da procura (Souza, 2004, p. 122).

Desse modo, não é tão simples compreender os emaranhados de fios invisíveis que tecem as relações de gênero na religião, pois “as religiões formam os indivíduos, definindo os valores morais e as regras de conduta” (Rago, 2015, p. 66). Assim, a imagem e o lugar da mulher e do homem foram determinados no cristianismo.

Maria José Rosado Nunes, socióloga brasileira, pioneira no debate sobre as questões de gênero e feminismo na Igreja Católica, afirma que “a “feminização do catolicismo, longe de significar um investimento de poder das mulheres nos espaços sagrados, configura-se mesmo numa reafirmação da sua condição de subordinada” (Rosado-Nunes, 2007), enquanto o investimento de poder das religiões no homem, no masculino é total e em todos os aspectos:

[...] as religiões são um campo de investimento masculino por excelência. Historicamente, os homens dominam a produção do que é 'sagrado' nas diversas sociedades. Discursos e práticas religiosas têm a marca dessa dominação. Normas, regras, doutrinas são definidas por homens em

praticamente todas as religiões conhecidas. As mulheres continuam ausentes dos espaços definidores das crenças e das políticas pastorais e organizacionais das instituições religiosas. O investimento da população feminina nas religiões dá-se no campo da prática religiosa, nos rituais, na transmissão, como guardiãs da memória do grupo religioso (Rosado-Nunes, 2007, p. 363).

Percebe-se que o lugar da mulher, na religião católica, é o *não lugar*, a elas cabem atividades e ofícios mais relacionados ao âmbito privado da casa, do doméstico, enquanto o homem está estabelecido e destinado para o público, e que suas ações são vistas, seus discursos ouvidos e assimilados pelas multidões de fiéis, especialmente pelas mulheres que são maioria nos bancos das igrejas. O catolicismo tem, explícita ou implicitamente, em seu bojo teológico, em sua prática institucional e histórica, uma específica visão antropológica que estabelece e delimita os papéis masculinos e femininos (Rosado-Nunes, 2005, p. 363). Essas concepções históricas, segundo Micaele Eugênio Costa⁶, “foram construídas, socializadas e naturalizadas as diferentes funções sociais atribuídas a homens e mulheres. Este processo implicou a ‘superioridade’ de um sexo e ‘inferioridade’ do outro” (Costa, 2017, p. 15).

Nessa perspectiva, o mito de Eva, no livro do Gênesis, ilustra bem essa ideia da diferenciação e demonização da mulher. É reforçado pelos Padres da Igreja em seus discursos bíblico-teológicos referentes a esse mito, como bem expressa a conhecida citação de Tertuliano de Cartago: “A mulher é a porta do inferno. É por meio da mulher que o diabo atinge o homem”. Essa frase demonstra e resume, de modo claro, o lugar e o papel da mulher na interpretação bíblica dos chamados Pais da Igreja (Sudário, 2009, p. 29). Na realidade, essa perseguição às mulheres, na religião judaico-cristã, vem de longe, desde o tempo da supressão da deusa, do ocultamento do poder do feminino no âmbito simbólico e representativo.

O próprio sistema cultural e religioso contribui para que os papéis de homem e mulher permaneçam estabelecidos desse modo, uma vez que:

O monoteísmo masculino reforça a hierarquia social do domínio patriarcal através de seu sistema religioso de um modo que não ocorria com as imagens emparelhadas de Deus e Deusa. Deus é modelado de acordo com a classe dominante patriarcal, e pensa-se que ele se dirige diretamente a essa classe de homens, adotando-os como seus “filhos”. Eles são seus representantes, os parceiros responsáveis do pacto com ele. As mulheres como esposas tornam-se agora simbolicamente reprimidas como a classe servidora dependente (Ruether, 1993, p. 51).

⁶Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Sergipe (2012). Mestra em Ciências da Religião pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Federal de Sergipe (2017). Graduada em Nutrição pelo Centro Universitário Estácio, de Sergipe.

Conforme a perspectiva acima e os achados da arqueologia, o Deus Javé não era cultuado sozinho no antigo Israel, mas ao lado da Deusa, sua consorte, a Asherah. Partindo das descobertas arqueológicas, é evidente que a figura e o culto à deusa era uma prática comum e encarnada no cotidiano do povo de Israel⁷. O ocultamento da divindade feminina se deu a partir da reforma de Josias desde o exílio babilônico:

Observa-se, portanto, que o culto à Deusa Asherah era presente na vida do povo israelita. Contudo, com a reforma de Josias, em 622 a.C., houve a destruição dos santuários de Israel e Judá, e a centralização do culto em Jerusalém. Nesse processo, Josias suprimiu as práticas de culto nativas, entre elas, o culto a Asherah e a Baal, removeu os lugares altos, destruiu a casa da prostituição sagrada do Templo de Jerusalém, assassinou sacerdotes e expulsou as mulheres ‘que teciam vestes para Asherah’ (2 Rs 23,4-7). Esta ação no combate às Deusas continua também, e principalmente, no pós-exílio. (Dever, 2015, p. 193-194).

A mulher, gradativamente, deixou de ser representada no sistema simbólico religioso como uma figura de poder e importância, diferente de como é representada e exaltada a figura masculina na maioria das religiões. O homem é imagem e semelhança de Deus, o todopoderoso, que decide tudo sobre todos. “Para o cristianismo, mulheres e homens são radicalmente distintos, cabendo aos homens o governo da sociedade, a política, o poder e a nós, mulheres, a reprodução de seres humanos, a domesticidade: *‘Belas, recatadas e do lar’*”⁸.

A citação entre aspas e em itálico, um indicativo da volta ao passado, em relação à mulher e ao lugar que ela ocupou e ocupa no âmbito religioso e social, é uma tentativa clara de mantê-la na invisibilidade, negando suas conquistas. Essa frase, muito usada em nossos dias pelas linhas conservadoras da política e da religião católica e evangélica, legitima a condição de subalternidade das mulheres e, ao mesmo tempo, escancara a violência que estas sofrem todos os dias, de vários modos, até pelas próprias mulheres.

Na religião católica, não existe representatividade feminina no sistema simbólico religioso. Apesar da forte presença da Virgem Maria e da devoção mariana exercer grande influência na vida dos fiéis, a figura de Maria é apresentada de modo binário e até contraditório entre o texto bíblico e as interpretações que fazem sobre ela, o que contribuiu para que a mulher no catolicismo permaneça na invisibilidade. Reforça-se, desse modo, a condição de inferioridade na qual é colocada. A mariologia, na perspectiva feminista, “exige que as

⁷ Para aprofundamento do assunto da origem e supressão da deusa ler: Ottermann, 2006, p. 273-282 e Römer, 2016.

⁸ Manchete da revista *Veja*, em abril de 2016, sobre a vice primeira dama, Marcela Temer. O artigo, com um teor machista, exaltava as qualidades domésticas e a rotina da esposa do então vice-presidente Michel Temer. Essa frase viralizou na internet, gerando revolta por parte das feministas e das linhas progressistas das igrejas, mas simpatia por parte dos conservadores.

mulheres, hoje, sejam libertadas de um jugo simbólico que fez de Maria o exemplo da mulher poderosa e ao mesmo tempo submissa, a serviço de uma organização hierárquica masculina e dominadora” (Gebara, 2009, p. 24).

Conforme Maria José Rosado:

Essa é a experiência de muitas mulheres religiosas. Elas oscilam entre a afirmação de sua fé religiosa e a necessidade de defender os mais elementares de seus direitos, em busca da própria autonomia. As mulheres exigem o reconhecimento de sua capacidade moral de tomar decisões que consideram válidas dos pontos de vista ético e religioso; o reconhecimento de seu direito de decidir acerca de questões que afetem suas vidas e seus corpos; e o reconhecimento de que sua experiência de vida é apropriada para a reflexão religiosa, em todas as áreas, mas especialmente, na esfera da moral sexual e reprodutiva (Rosado, 2017, p. 74)

A situação de exclusão, sobrecarga e violência, nascidas do modelo antropológico e patriarcal, que “se desdobrou na história do Ocidente em muitas formas e foi o responsável pela produção de uma série de comportamentos ideológicos que justificaram múltiplas explorações, desde o colonialismo, o escravismo, o racismo, as classes sociais e a dominação no relacionamento homem/mulher” (Gebara, 1990, p. 10), continua a mesma, porém, com novas roupagens e sofisticação. Porém, nem sempre é possível perceber a tessitura desses sistemas opressivos e manipuladores dos segmentos sociais, econômicos e religiosos, que perpassam as relações interpessoais nesses âmbitos.

Sobre a definição e o conceito do que é gênero, a filósofa e professora de História da Consciência no Departamento de Estudos Feministas na Universidade da Califórnia Donna Haraway (2004, p. 211) afirma:

Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo.

Segundo Motta (1999, p. 198), o conceito de gênero foi sistematizado por Gayle Rubin, antropóloga americana, na década de 1970, na efervescência do feminismo dessa época, como instrumento de compreensão e interpretação da realidade política. No Brasil, esse conceito começa a aparecer na década de 1990, a partir dos estudos da historiadora americana Joan Scott, em seus trabalhos direcionados para a história das mulheres na perspectiva de gênero. Segundo a referida autora, o gênero

é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (Scott, [s.d.], p. 07).

Discutir gênero é enxergar as diferenças e cavidades existentes nas relações de controle e poder imbricados nos processos culturais relativos às mulheres. Nesse contexto, Cisne (2012, p. 21) explica: “Não é o sexo que determina valores e ações e sim as relações sociais, fundamentalmente, as de classe, gênero e raça/etnia, articuladas dialeticamente”. Com isso, “o discurso feminista contemporâneo, de caráter acadêmico ou político, religioso ou laico, tem buscado evidenciar as conexões existentes entre esse controle e a falta de direitos sociais, políticos e religiosos das mulheres” (Rosado, 2017, p. 75).

Grossi (1999, p. 12) afirma que, “de uma forma simplificada, diria que sexo é uma categoria que ilustra a diferença biológica entre homens e mulheres; que gênero é um conceito que remete à construção cultural coletiva dos atributos de masculinidade e feminilidade”. As questões de gênero, de modo geral, põem em xeque o que se tem estabelecido e dito sobre o modo de ser homem ou mulher, e as percepções dessa ótica abalam as verdades inquestionáveis da religião, visto que pensar “as representações de gênero demanda, também, pensar o papel da religião na construção social dos sexos” (Souza, 2004, p. 123). Esta é uma reflexão sobre os fundamentos das relações entre mulher e homem e quem as determinou, pois, a “efetivação da autonomia das mulheres – bem como, dos homens – não pode vir a ocorrer enquanto lhes forem negados direitos econômicos, sociais, políticos, e de controle sobre seus corpos, de autonomia na condução de suas vidas no campo da sexualidade e de sua capacidade reprodutiva” (Rosado, 2017, p. 75), dinâmicas estas que exercem estrita relação com a religião.

2.3 CONTRIBUIÇÃO DOS ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DOS ESTUDOS FEMINISTA PARA AS CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Os estudos, a epistemologia e as teorias feministas são áreas do conhecimento que refletem, discutem e questionam o lugar da mulher nos diversos segmentos sociais, de modo particular na religião, com a tentativa de trazer às consciências a luz da verdade do que foi feito com a identidade da mulher e com tudo que se liga à figura feminina nesses âmbitos da

sociedade. Segundo Helen E. Longino (2008, p. 505), epistemologia é “um campo de pesquisa [...] que investiga o significado das afirmações e atribuições do conhecimento, as condições e possibilidades do conhecimento, a natureza da verdade e da justificação”.

Assim, o objetivo desses estudos é pôr em evidência a verdade contida nos sistemas nos quais as mulheres estão imbricadas. Ainda conforme Longino (2008, p. 513), a epistemologia feminista não é única. Existe uma imensidade variada de ideias que trazem, em seu bojo, convergências e questões de seus autores, que expõem e discutem a respeito das mulheres e dos preconceitos de gênero preconizados nos moldes tradicionais.

Ao tratar das contribuições dos estudos feministas para as ciências da religião, Freire (2016, p. 383) afirma que “a epistemologia feminista contribui com o estudo do fenômeno religioso ao propor a ressignificação de conceitos positivistas de pesquisa, propiciando uma metodologia de investigação baseada em um paradigma emancipatório e na relevância do cotidiano da vida das mulheres”. Os estudos feministas criticam o modo como a mulher foi tratada pela ciência na produção do conhecimento ao evidenciar as relações de poder constitutivas da produção dos saberes.

Desse modo, à medida que as experiências das mulheres passam a serem vistas e ouvidas, a partir da ótica delas próprias, as determinações positivistas passam a ser questionadas em suas cosmovisões puramente masculinas, que excluem as mulheres da produção do conhecimento.

A epistemologia feminista, então, busca desarticular a aparente neutralidade de quem produz ciência, revelando os interesses que estão por trás das teorias científicas (Freire, 2016). As concepções e elaboração dos estudos feministas no campo científico e religioso visam “denunciar o caráter ideológico de boa parte da ciência patriarcal” (Gebara, 1997, p. 56). Desse modo, é possível enxergar claramente que as questões de gênero relativas às diferenciações discriminatórias, sexistas e classicistas entre o homem e a mulher abrangem todos os campos, não só os campos religioso e teológico.

A teóloga Ivone Gebara, referência nacional e internacional nos estudos feministas na religião, em sua reflexão sobre os aspectos teológicos e antropológicos, diz o seguinte:

Minha reflexão teológica não será especificamente bíblica, embora não deixe de recorrer à Escritura. Vou trabalhar principalmente na perspectiva de uma antropologia teológica, essencial à construção de relações de justiça e solidariedade. Esta antropologia poderá eventualmente abrir as portas para decretar o fim da “maldição das mulheres” na nossa cultura e na nossa teologia. A palavra “escandalosa” das mulheres, ou o “escândalo” de sua palavra, poderiam ser lidos como um anúncio de salvação, como um evento de redenção, como um ensaio de restauração da justiça numa estrutura de

violência. A compreensão patriarcal e hierárquica do cristianismo, própria à nossa tradição, poderá abrir-se a uma compreensão não patriarcal, mais aberta e democrática, com todos os limites que ela comporta (Gebara, 2000a, p. 35).

Na perspectiva do que está nas afirmações da teóloga, uma vez que as mulheres tomam a palavra, ou, dito de outro modo, quando as mulheres começam a refletir e questionar os sistemas excludentes que lhes foram impostos ao longo dos séculos, elas trazem à tona a luz da verdade, verdade esta que lhes foi ocultada a partir dos sistemas patriarcal e religioso.

Contudo, esse entendimento dos fios ocultos da alienação, que atravessa da epistemologia até a religião, só pode ser conquistado por meio dos embates e discursos científicos, teológicos, filosóficos, antropológicos, sociológicos proferidos pelas mulheres. Desse modo, elas reafirmam que são capazes de produzir conhecimento nessas áreas, tanto quanto produzem os homens, pois não há impedimentos biológicos para isso, e refutam o que a ciência e a religião postularam por muito tempo: a inferioridade da mulher em relação ao homem.

Dessa maneira, “pode-se sair do silêncio em que as mulheres permaneceram nas análises chamadas científicas e permitir sua expressão livre. Ouvir suas vozes, seus sentimentos, seus desejos, suas dores e esperanças, é a matéria prima do feminismo” (Gebara, 2000a, p. 23), ou seja, a vida real das mulheres é o objeto de estudo das mulheres feministas, da teologia feminista e de outros campos do conhecimento. Seus corpos, suas vivências e experiências são os campos em *locus* da pesquisa científica.

Sobre as desigualdades de gênero dentro da religião, Linda Woodhead, socióloga britânica especializada em estudos religiosos, afirma que, se houvesse investimento nas mulheres dentro da religião como se investe no homem, elas

poderiam acumular igualmente capital social e cultural; poderiam exercer um poder considerável – nas ordens religiosas, nos círculos de igreja, nos grupos de voluntárias, etc. Na verdade, o Cristianismo abriu um caminho parcial para o mundo público, através da participação voluntária em organizações de caridade e, talvez de forma mais marcante, no trabalho missionário fora do país (Woodhead, 2002, p. 04).

Percebe-se aqui que foi o cristianismo que abriu uma brecha para que as mulheres religiosas saíssem da invisibilidade, do mundo doméstico e da posição de segunda categoria, o que lhes era destinado dentro do sistema religioso. O caminho aberto era parcial porque as mulheres permaneciam subordinadas aos homens, uma vez que as determinações dentro do cristianismo eram e continuam sendo demandadas por homens. O que está posto são os desníveis nas ciências e nas religiões entre homem e mulher, uma vez que os lugares de poder

e destaque são destinados ao sexo masculino. Entretanto, os estudos feministas, nesse campo ideológico e sexista das ciências e da religião, têm mostrado uma outra face, a das mulheres na luta pelo reconhecimento de seus direitos.

Nos estudos de Rosado-Nunes (2007) sobre a invisibilidade feminina no cristianismo, especificamente na Igreja Católica, ela afirma o seguinte:

Ao se constatar, sociologicamente, a estrutura da divisão do trabalho religioso entre clero e laicato, sem mencionar que esse clero é, de forma absoluta, masculino e celibatário, deixa-se de compreender algo que é parte intrínseca da maneira como essa religião (catolicismo) organiza-se institucionalmente e que tem efeitos sobre o discurso e a prática dessa religião, sobre a forma como ela atua na sociedade e, principalmente, sobre a vida de suas fiéis e das mulheres em geral. O uso genérico da categoria “clero” impede a análise das relações de poder que presidem a organização da igreja católica. O lugar diferenciado atribuído às mulheres e aos homens é iniludível em qualquer análise que se faça dessa religião, independentemente da explicitação de seu caráter feminista ou supostamente “neutro”. A consequência de uma suposta “neutralidade” é a da invisibilidade das mulheres na análise. O tratamento genérico dado a fiéis e agentes no campo religioso, assim como o tratamento gramatical no masculino, acaba por tornar as fiéis invisíveis nos relatos históricos, como nas análises sociológicas, e por subsumi-las no masculino genérico – isso, além de distorcer dados empíricos relativos à religião (Rosado-Nunes, 2007, p. 114-115).

A diferença entre clero e laicato se dá justamente nas posições em que cada classe se situa na estrutura organizacional dentro da Igreja Católica. O clero é a classe sacerdotal que também compõe a pirâmide da hierarquia, onde o papa e os cardeais estão no topo, e de lá são tomadas as decisões para toda a Igreja. Os bispos e os sacerdotes estão no centro e são os executores dessas ordens. E os leigos, que estão na base da pirâmide, são os sustentadores de toda a estrutura. Formando a maioria, são aqueles aos quais são destinadas as normas e as regras que a Igreja determina.

Percebe-se que os dois primeiros grupos são compostos por homens, os responsáveis por ditar as leis. No último grupo, dos leigos, estão homens e mulheres, porém, a começar pela palavra no masculino, há um ocultamento da presença da mulher nessa classe, mesmo sendo a maior parte. A compreensão da religião católica se dá aparentemente na perspectiva masculina, suprimindo, com isso, o protagonismo, a atuação e o engajamento das mulheres nas bases de sustentação dessa religião. Mas esses protagonismos não aparecem na mesma proporção que as ações dos homens têm dentro do catolicismo.

Nessa perspectiva, a teologia feminista se utiliza do método de desconstrução das ideologias patriarcais, que:

Tem sido muito importante para mostrar que a maioria dos ensinamentos cristãos foram baseados em uma perspectiva patriarcal, onde os homens têm todo o poder e às mulheres restava ocupar o segundo ou o terceiro lugar nas igrejas e no lar. Assim, foi imposta a ideia da masculinidade de Deus, subjacente aos ensinamentos doutrinários, a filiação divina única de Jesus, um varão, o conceito de masculinidade presente nas três pessoas da Trindade Divina, a ideia da virgindade de Maria de Nazaré e várias outras ideologias sexistas (Tomita, 2010, p. 3).

Frente a essa problemática surgem os questionamentos pelo lugar da mulher na religião. Quem determinou que era assim? Por que as mulheres não podem fazer parte da classe do clero? Como as mulheres se veem nesse sistema que não as reconhece igualmente como o homem é reconhecido e elevado? Essas são perguntas que os estudos feministas vêm respondendo com seus discursos reais, em múltiplas áreas do conhecimento, e que trazem importantes contribuições para o campo religioso na perspectiva de gênero, como afirma Pádua (2015, p. 1):

As teorias feministas têm uma contribuição fundamental para as Ciências da Religião ao incluírem o mundo da vida e da religião das mulheres como fundamentos centrais para a pesquisa. As teorias feministas aportam referenciais e conceitos interessantes para as Ciências da Religião ao proporem uma metodologia de investigação baseada em um paradigma emancipatório e na relevância do cotidiano da vida das mulheres para o estudo das religiões e das experiências religiosas. A interdisciplinaridade define as Ciências da Religião. Nesse sentido, faz-se possível um diálogo das Ciências da Religião com o feminismo - que igualmente se desenvolve como uma ciência interdisciplinar.

As Ciências da Religião se apresentam como um lugar privilegiado para os estudos feministas, por seu caráter interdisciplinar e pela abrangência das questões feministas que têm muito a ver com questões religiosas.

2.4 ORIGEM DO FEMINISMO

Apesar de não ter sido entendido e sistematizado como é hoje, o feminismo surgiu com a humanidade, não existe um marco histórico que afirme o início dele. A teóloga Alzira Munhoz (2008), em sua tese de doutorado, ao tratar da origem do feminismo, afirma que o surgimento do feminismo se deu “quando as mulheres, se insurgiram contra a dominação e a opressão sexista, exigindo melhores condições de vida, ali o feminismo estava se expressando como um fenômeno que denunciava e exigia mudança social” (Munhoz, 2008, p. 24). A história do feminismo e da luta das mulheres acompanha a humanidade, porém o debate público sobre as questões relativas às mulheres só começa a ser travado por elas mesmas bem mais tarde.

Foi no século XIV, na França, que Christine Pizan⁹, filósofa e poetisa, foi a primeira mulher escritora a levantar a bandeira das causas das mulheres e quem primeiro abordou as problemáticas referentes às mulheres no âmbito público, em sua obra *A Cidade das Mulheres*. Nesse livro, ela escreveu a história de 100 mulheres da sociedade francesa de seu tempo, mostrando que possuíam a mesma capacidade intelectual que os homens. O contexto social e religioso dessa época se ancorava nas ideias aristotélicas, como também em outras ideias e teorias que tinham a mulher como ser inferior. “Questionava-se, então, se elas eram capazes de pensar e agir criticamente, se pertenciam ou não ao povo de Deus da mesma forma que os homens; e se até mesmo possuíam almas” (Munhoz, 2008, p. 26). Essa concepção evidencia o modo como a imagem e as ideias sobre as mulheres foram constituídas social e culturalmente.

A imagem deturpada, imposta, sobre a mulher foi sustentada pelas concepções da filosofia, da teologia, do direito e da medicina daquele contexto, que classificavam a mulher como um ser inferior em relação aos homens, nos aspectos físicos, psicológicos e antropológicos. Contudo, Christine Pizan se coloca contra esse pensamento errôneo a respeito das mulheres afirmando que o problema estava na educação inferior que as mulheres recebiam, unicamente voltada para os afazeres domésticos e para a maternidade. Elas eram privadas da participação na produção científica, o que reforçava a posição dos homens como os detentores do poder.

Para contradizer a realidade citada acima e comprovar as capacidades femininas, Pizan recolheu, em seus escritos, histórias de mulheres intelectuais de seu tempo, provando que o que faltava às mulheres não era nenhuma condição física ou psíquica, mas tratamento e condições igualitárias. Nessa época, a palavra feminismo não existia, mas suas pautas já se faziam ver. Segundo Munhoz (2008, p. 26), “ainda que não falasse em feminismo, muitas mulheres em diferentes partes do mundo levantaram a voz e escreveram sobre a situação de opressão das mulheres e sobre sua luta para mudar tal realidade”.

Um fato ocorrido na França, no século XVI, ilustra bem esse modo que as mulheres têm de resistir e enfrentar as situações de exclusão e imposição. Na convocatória do rei Luís XVI, dos Estados Gerais, da nobreza, do clero e do povo, para que escrevessem suas queixas, as mulheres ficam de fora. Elas, porém, escreveram seus próprios cadernos de queixas, manifestando indignação contra a opressão em que viviam¹⁰.

O caso acima reflete bem o significado do termo “feminismo”, que:

⁹ Para saber mais a respeito da vida e obra dessa exímia mulher, à frente de seu tempo, ler: Cliford, 2002; Anderson; Zinsser, 1991.

¹⁰ Esses cadernos podem ser encontrados até os dias atuais na Biblioteca Nacional em Paris.

Pode ser associado a diferentes significados, tanto em relação às suas representações individuais, quanto às coletivas e políticas. Ele pode indicar tanto um “processo isolado” de rupturas ou mudanças na vida de cada mulher, como uma busca conjunta de superação da subordinação e opressão coletiva das mulheres. Nesse sentido, o feminismo é visto como “um projeto de vida pessoal e coletivo” das mulheres (Tornaría, 1986, p. 45).

Frente ao que está explicado acima, compreende-se que o feminismo se conecta a diferentes significados e está relacionado a todas e a cada mulher de modo particular, pois diz respeito a uma realidade comum que todas experimentam, que é a dominação do machismo sobre seus corpos e suas escolhas.

2.5 TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS

Quando falamos em movimentos feministas, entendemos que não existe um único movimento feminista, pois este abrange uma diversidade de mulheres, negras, indígenas, brancas, dentro de suas realidades pessoais e coletivas. Essa diversidade faz com que o movimento feminista não seja tomado como um agrupamento único, pois esses grupos de mulheres atuam em linhas e realidades diferentes. Não obstante, suas pautas se inter cruzam e acabam formando uma grande rede de mulheres que lutam nos campos econômico, político, religioso e social por respeito, liberdade e direitos iguais entre homens e mulheres, formando o movimento feminista.

Neste ponto, abordam-se os movimentos feministas em sua diversidade, de modo geral, mas com ênfase em três que foram consideradas mais pertinentes à pesquisa, que são o movimento feminista da América Latina e Caribe, o movimento feminista brasileiro e o movimento feminista na Igreja Católica.

Antes de adentrar nos temas citados acima, ressalta-se a importância desses movimentos não somente para as questões relacionadas às mulheres, visto que os movimentos feministas, em suas variadas facetas, trouxeram contribuições e benefícios para todos os âmbitos sociais. Suas pautas, seus protestos e suas reivindicações sacudiram o mundo patriarcal, heterônomo, no qual as sociedades, em sua maioria, estão fundadas, no que se refere aos aspectos social, econômico, político e científico, a começar pelas instituições religiosas. Suas “verdades” foram questionadas no que diz respeito às mulheres e ao sistema patriarcal¹¹, no qual o cristianismo

¹¹ A palavra patriarcal vem de patriarquia, um neologismo, criado por Elizabeth Schussler Fiorenza, teóloga americana, em sua obra “But she said: feminist practices of biblical interpretation” (Fiorenza, 1992). O

está ancorado, mostrando como o rastro e o protagonismo feminino das classes dominadas foram apagados e excluídos da história.

Foi através dos movimentos feministas que muitas mulheres se sentiram reconhecidas e valorizadas, enxergando os fios invisíveis da violência que as atravessam, despertando-as a lutar para tomar posse do que é seu: sua dignidade e suas capacidades criativa, política, científica e religiosa.

Esses movimentos levam as sociedades a entenderem que não há diferenciação entre as mulheres e os homens. O que realmente existe é um sistema ideológico cruel, que insiste em colocar as mulheres em condições desfavoráveis aos homens, negando-lhes sua dignidade ao tirar sua liberdade de escolha, ao determinar papéis que as fazem ficar na subalternidade. Os movimentos feministas escancaram essas desigualdades e violências que as mulheres vêm sofrendo desde o Gênesis. Essas perspectivas serão abordadas na trajetória dos movimentos feministas descritos a seguir.

2.5.1 Fases dos movimentos feministas

Como tudo na vida passa por fases, os movimentos feministas também passaram por importantes fases, o que mostra que ele se modificou ao longo do percurso, uma vez que os problemas sociais foram se transformando. Era preciso mudar a ótica para identificar como a problemática do feminismo se mostrava a cada tempo.

Em relação a essas fases, Ana de Miguel (1995) apresenta três etapas diferentes. Segundo ela, a primeira fase trata do “feminismo pré-moderno”, relacionado às primeiras reivindicações das mulheres no âmbito público. A segunda é denominada de “feminismo moderno” e tem seu começo com os movimentos de libertação no período da revolução francesa. Já a terceira e última fase dos movimentos feministas, na perspectiva de Miguel (1995, p. 29-70), trata do “feminismo contemporâneo” ou neofeminismo.

Sobre o desenvolvimento do movimento feminista, a socióloga americana Linda Woodhead (2001) o apresenta também em três momentos distintos evolutivos, os quais denominou ondas do movimento feminista. Conforme essa autora, a primeira onda do feminismo ganhou impulso no final do século XIX, tendo como objetivo a igualdade entre os

significado do termo quiriarquia está relacionado aos diferentes níveis de dominação no sistema piramidal complexo da sociedade. Segundo a autora, o termo quiriarcial é mais abrangente que patriarcado, por envolver uma dimensão mais ampliada dos tipos de dominação, indo além da opressão de gênero, característica principal do patriarcado, mas traz em seu bojo as questões da raça e etnia, de classe e do colonialismo, levando, assim, a um entendimento de que a dominação, a violência e subordinação são diversas e estabelecem relações entre si na pirâmide social como um todo.

sexos, almejando suprimir as diferenças segundo um padrão comum, no qual homem e mulher tivessem o mesmo valor em uma perspectiva essencialista em relação aos papéis que foram estabelecidos entre mulher e homem. Nesse momento, a crítica estava direcionada a uma sociedade machista e à religião.

Foi nesse contexto que Elizabeth Cady Stanton, teóloga americana e criadora da *Bíblia das Mulheres*, afirmou que “todas as religiões da terra a degradam, e tanto tempo como a mulher aceita a posição que lhe atribuem, a emancipação é impossível” (Stanton, 1987, p. 12). O alvo aqui eram as igrejas cristãs e o ensino religioso. A segunda onda do feminismo se instaurou e se desenvolveu entre as décadas de 1960 a 1980. Nesse momento, as questões do movimento se davam em torno da temática relativa à libertação das mulheres frente à opressão masculina e às imposições do patriarcado.

A terceira onda do feminismo ganhou destaque na década de 1990, colocando-se contra o essencialismo, centrando-se nas diferenças de gênero, entendidas mais tarde, como uma problemática complexa e com muitas faces, a partir dos estudos das mulheres.

O movimento feminista dentro da Igreja Católica também passou por fases como os demais. Essas fases do movimento feminista religioso não são muito diferentes dos seculares. Na perspectiva de Brunelli (1988, p. 16), a primeira fase do feminismo intraeclesial caracteriza-se

por denunciar com vigor a estrutura patriarcal e sexista da sociedade e da Igreja, e por reivindicar para a mulher os mesmos direitos e espaço numa sociedade e Igreja dos homens. No âmbito eclesial, se quer a participação da mulher nas decisões e na gestão da Igreja, propondo como caminho indispensável a admissão ao ministério ordenado.

A segunda fase do movimento feminista católico ou “segundo feminismo”, como foi chamado, “não se limita a denunciar o androcentrismo socio-eclesial e reivindicar espaço para a mulher. Suas propostas são mais radicais e abrangentes. Propõe um modelo novo de sociedade e de igreja, baseado nos princípios da igualdade, justiça e fraternidade” (Brunelli, 1988, p. 17). Nessa fase, não se almejava mais o *status* que o masculino detinha, mas uma mudança profunda das estruturas da igreja e da sociedade, que libertasse não só as mulheres, mas também os homens, da ideologia androcêntrica e sexista.

2.5.2 Movimento feminista brasileiro

A gênese do movimento feminista no Brasil se deu a partir do movimento das

sufragistas¹², em 1910, com a fundação do Partido Republicano Feminino, pela professora baiana Leolina Daltro, como também foi impulsionado pela criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, por Bertha Lutz. Vale lembrar que as mulheres que faziam parte desse movimento tinham um perfil específico das classes mais abastadas. Eram mulheres estudadas e até formadas fora do país. Esta fase do movimento feminista era uma expressão da primeira onda no Brasil.

A década de 1970 é marcada pela efervescência dos movimentos sociais ligados às igrejas, universidades e outros segmentos da sociedade na luta por justiça, igualdade e liberdade. E foi uma época também marcada pela ditadura militar.

Nesse contexto, o feminismo passa a ter outro rosto e, por que não dizer, nasce outro feminismo e um novo modo de enxergar as mulheres. No cenário de ditadura, opressão e violência, a nova expressão do movimento feminista nasce e cresce atrelado aos movimentos da Igreja Católica, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Ele “surge como um novo sujeito social, que junto a tantos outros, inclusive à Igreja Católica, interveio nos processos de transformação sociopolítica do país” (Munhoz, 2008, p. 83).

Foi na efervescência reflexiva e ativa que as mulheres, como as classes desfavorecidas, entenderam-se como injustiçadas, violentadas e empobrecidas em diversas áreas da vida social, religiosa e política, desprovidas de dignidade pelo peso que lhes foi imposto ao longo da história.

A partir dessa consciência, o movimento feminista toma novos rumos, impulsionados pela instituição do Ano Internacional da Mulher e a criação da Década da Mulher¹³. Frente a esses marcos históricos, o movimento feminista passa a ter uma identidade puramente feminista e com esse novo desenho, passa a ter mais força e influência na vida do país.

Nessa perspectiva, conforme aponta Soares (1998, p. 33), o feminismo brasileiro “tornou-se capaz de promover muitas e salutaras críticas também no seu próprio interior, estimulando debates sobre seus objetivos, seus referenciais, sua prática, suas teorias, sua identidade e suas perspectivas de futuro”. Ao adotar essas práticas e tendências, o movimento se preocupou em dar respostas coerentes às demandas daquele momento em todos os aspectos de sua pauta.

¹² O Movimento das Sufragistas teve início no século XIX com a inglesa Millicent Fawcet, com o objetivo de lutar e reivindicar a participação ativa das mulheres na política, ou seja, o direito de votar e ser votada. A origem do nome se dá devido ao que o movimento designou como luta pelo sufrágio das mulheres.

¹³ Esses dois marcos foram criados e instituídos pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de pressionar e fomentar a participação política das mulheres na sociedade, bem como a defesa dos direitos das mesmas em países nos quais esses direitos são violados.

O movimento feminista brasileiro se situou no meio dos movimentos sociais, organizando-se com outros setores, na busca por justiça, igualdade e cidadania, tornando-se, dessa maneira, o movimento de maior amplitude, diversidade e influência entre os movimentos de mulheres da América Latina e do Caribe.

2.5.3 Movimentos feministas na América Latina e Caribe

O surgimento do feminismo na América Latina e no Caribe se deu a partir das vivências, relatos e experiências das mulheres e, mais tarde, evoluiu para o campo de pesquisa, ao enfatizar a atuação das mulheres em movimentos sociais na cidade e no campo. Mulheres de todas as classes dos países da América Latina, na região central e sul do continente, estavam envolvidas de muitos modos nesse movimento, que também era muito diverso.

Outra característica que marcou o movimento feminista nessa região foram as lutas pela libertação, em muitos países da América Latina, que, entre as décadas de 1960 e 1970, passavam por forte repressão dos regimes totalitários. A sociedade civil foi reprimida e os movimentos sociais dessa época eram perseguidos e silenciados. As mulheres, ao contrário, organizaram-se e levantaram a voz contra a privação da liberdade, contra a pobreza e violência.

Mas a articulação e organização do movimento feminista, enquanto elemento social transformador, nas perspectivas políticas, econômicas e sociais, segundo Alzira Munhoz (2008), só se tornou visível na década de 1970, com manifestações em encontros de mulheres em níveis regionais, nacionais e internacionais. Esses encontros se constituíam no momento propício para as mulheres pertencentes ao movimento reverem a caminhada, identificando os desafios e avanços, bem como, era o momento de ampliar os conhecimentos sobre as perspectivas e métodos feministas. E o faziam elaborando planos e metas para cada realidade em que as mulheres estavam inseridas. Com essa articulação, as mulheres latinas reafirmavam suas prioridades em relação às mulheres mais pobres. Sobre esse momento, Tornarria (1986, p. 50) afirma:

Através de metodologias alternativas revalorizamos os afetos, os sentimentos, democratizamos e humanizamos os espaços políticos que ocupamos, convertendo-nos em novas atoras sociais. Priorizamos nossa atuação junto às mulheres pobres, trabalhadoras urbanas e rurais e junto àquelas atuantes no movimento mais amplo de mulheres, apoiando-as e ajudando-as a articular estratégias comunitárias de sobrevivência, e ao mesmo tempo a criar uma maior consciência da discriminação sexista que sofrem.

A partir dessas palavras, confirma-se o cunho diverso e popular do movimento feminista na América Latina e no Caribe. Entende-se, ainda, que a metodologia utilizada nesse movimento passa pelo cotidiano e pela realidade das mulheres ameríndias e caribenhas, cujas vidas, ocultas em todos os ambientes, são postas à luz e torna-se um campo de conhecimento científico, uma vez que esse ocultamento é fruto da violência e discriminação do machismo e do patriarcado. As mulheres entendiam “que a dominação e a exploração têm raízes nas relações androcêntricas na esfera privada: a família, as relações homem/mulher e a opressão sexual das mulheres” (Chuchryk, 1984, p. 46). Desse modo, as violências contra a mulher surgem primeiro em casa, no seio familiar e se estendem para o âmbito público como algo natural.

No âmbito público, as feministas mostravam a contradição existente entre o discurso do governo e a realidade que esse mesmo governo lhes imputava, uma vez que, conforme Sternbach (1992, p. 145):

Os conceitos tradicionais dos papéis das mulheres e os apaixonados apelos aos “valores da família cristã” estavam no âmago da ideologia da segurança nacional e da política social recessiva. Contraditoriamente, um grande abismo separava o discurso do estado sobre ‘gênero e família’, da realidade concreta das mulheres. Enquanto o discurso oficial exaltava as virtudes feministas, a política econômica regressiva impelia milhares de mulheres à força de trabalho.

Nesse fragmento, Sternbach põe às claras as intenções escusas do governo, uma vez que o discurso não condiz com a prática em relação às mulheres e suas reivindicações. Deve-se lembrar, ainda, que “as mulheres que foram vítimas da repressão estatal foram violentamente estupradas e humilhadas; seus ideais e sua luta foram vilipendiados; seus familiares perseguidos, humilhados e expostos a todo tipo de ameaças” (Munhoz, 2008, p. 83). A luta das feministas da América Latina estava fortemente ligada às questões democráticas e sociais, ou seja, pelo direito à liberdade, pelo direito das mulheres, pelo direito dos pobres.

Essa luta implicou o engajamento de muitas organizações de mulheres em toda a América Latina. Mas isso não significava que esses movimentos feministas eram os mesmos no território latino-americano. Como já mencionado, o movimento feminista é diversificado, com pautas distintas, mas que se inter cruzam em muitos aspectos. O Brasil também é um dos países pertencentes aos movimentos latino-americanos, como mostra Alzira Munhoz:

No Brasil esse movimento se expressou numa pluralidade de clubes de mães, organização de defesa dos direitos humanos, associações de moradores, Movimento por creches e Contra a alta de Custos de Vida, bem como o Movimento pela Anistia a exilados e presos políticos. Na Bolívia, expressou-se na organização das Mulheres de Mineiros Bolivianos. Na Argentina, no

conhecido movimento das Mães da Praça de Maio. No México, no das mulheres do Movimento Popular (Munhoz, 2008, p. 83).

Verifica-se aqui que esses movimentos de mulheres estavam profundamente ligados às causas humanísticas presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Com suas pautas, elas atuavam também nas questões sociais, políticas, econômicas e religiosas, na medida em que iam recuperando seu lugar de fala e de atuação nessas diversas esferas.

Ressaltamos que grande parte desse processo de atuação dos movimentos feministas, tanto na América Latina como no Brasil, foi impulsionada inicialmente com o apoio e a participação da Igreja Católica¹⁴. É importante dizer que, nessa diversidade dos movimentos feministas, as relações entre esses movimentos nem sempre foram pacíficas. Não faltaram divergências e desentendimentos mútuos, o que foi um divisor de águas entre os mesmos, no sentido de autoafirmação ou de redefinição e alinhamento de alguns segmentos feministas da América Latina e do Caribe. Esse fato gerou:

Diálogo e confronto entre as “feministas” (corrente autônoma) as “políticas” (militantes em partidos da esquerda) atravessaram a maior parte da prática feminista na América Latina e no Caribe durante a década de 1980. Essas posições polarizadas não refletem senão precariamente a realidade indubitavelmente complexa, diversificada e fluida do feminismo latino-americano e caribenho (Munhoz, 2008, p. 87).

Tudo o que foi exposto até agora é uma pequena partícula do que é o movimento feminista ameríndio e caribenho, e não é pretensão deste trabalho debatê-lo de modo amplo e aprofundado, mas mostrar uma ideia panorâmica da temática dos movimentos feministas e de sua trajetória. Esse modo superficial de exposição se deve à multiplicidade de elementos que esse movimento contém, o que faz com que não seja possível abordá-lo em um único trabalho. Além do mais, essa rápida passagem por algumas vertentes do movimento feminista tem por objetivo mostrar a fonte na qual as mulheres da Rede Um Grito Pela Vida¹⁵ bebem de modo indireto.

2.5.4 Movimento feminista na Igreja Católica

Não é, e nunca foi, comum, a ideia de movimento feminista dentro da religião católica. Ao contrário, os movimentos feministas foram vistos com suspeita e rejeição por parte dos líderes católicos, uma vez que a hierarquia da Igreja, formada massivamente por homens, não

¹⁴ Essa questão será aprofundada no item seguinte ao tratar de movimentos feministas na Igreja Católica.

¹⁵ O capítulo segundo apresentará e abordará de modo aprofundado o referido grupo de mulheres.

dá lugar de decisão e fala para as mulheres pertencentes a essa religião. Estas estão destinadas a um segundo plano no campo religioso, apesar de serem a maioria e as bases efetivas da igreja, no sentido do trabalho de evangelização. Também, quando pensamos no dízimo, as mulheres são as maiores colaboradoras e mantenedoras financeiras da instituição.

Analisando-se cuidadosamente a relação de Jesus com as mulheres de seu tempo, é possível perceber que esta não tem nenhuma ligação com o que a Igreja vem pregando desde os primeiros anos do Cristianismo, no que se refere às mulheres. Nos quatro evangelhos, uma figura feminina se destaca: Maria Madalena, amiga e discípula de Jesus. Mas essa mulher não teve, na história do Cristianismo, o lugar que lhe é devido, pois, conforme Hoornaert (2023), Maria Madalena é sistematicamente maltratada nos sermões da Igreja, até ser rebaixada à condição de prostituta e de pecadora arrependida. Essa criminalização simboliza na realidade o rebaixamento da figura da mulher em geral, na tradição cristã, que tentou apagar de muitos modos o protagonismo das mulheres ao longo do tempo, dentro da religião.

Um exemplo dessa realidade da mulher na Igreja Católica é a história de Santa Joana D'Arc, uma jovem francesa que ousou se passar por homem e se infiltrou no exército francês de Carlos VII. Como líder da tropa, venceu a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), um conflito entre a França e a Inglaterra, com sucessivas batalhas para a ocupação do trono francês que estava vacante com a morte de Carlos IV no ano de 1328, na região de Flandres. Joana foi capturada pelos ingleses, julgada e condenada à morte na fogueira, aos 19 anos de idade, acusada de bruxaria. Mais tarde, a própria Igreja reconsiderou sua atuação e a declarou santa protetora da França, tornando-a uma importante figura na história da França.

No período da Idade Média (476-1453) e início da Idade Moderna (1453-1789), houve a era da chamada “Santa Inquisição”, que foi um movimento religioso de cunho político criado pela Igreja Católica em alguns países da Europa e da América. Esse movimento tinha o objetivo de promover o arrependimento ou a condenação daqueles e daquelas que eram considerados hereges, ou seja, dos que tinham um pensamento diferente da doutrina da Igreja. Os que se recusavam a seguir os ensinamentos da Igreja eram expostos aos mais atrozes suplícios até a morte.

Lançando-se um rápido olhar na história da Igreja, nesse período, verifica-se que a perseguição da Igreja e a punição recaiu mais fortemente sobre as mulheres, principalmente aquelas que ousavam desafiar-la e iam além das regras, usando sua sabedoria e sua inteligência e igualando-se aos doutores da igreja. Essas mulheres sábias e inteligentes eram queimadas vivas e enforcadas sob acusação de bruxaria e pacto com o demônio e eram destinadas à fogueira, depois de passarem pelos cruéis instrumentos de torturas, como aconteceu com Joana

D'arc. “Os inquisidores justificavam que os atos de bruxaria se relacionavam à inferioridade genética das mulheres” (Carvalho, 2018, p. 161). Essas ideias da inferiorização das mulheres na religião católica encontraram eco no pensamento dos dominicanos Kramer e Sprenger que, a partir do mito de Eva, pregavam que:

A razão natural está em que a mulher é mais carnal do que o homem, o que se evidencia pelas suas muitas abominações carnis. E convém observar que houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer, contrária à retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepiona e mente.

Conforme Schubert e Nielsson (2021), foi sobre o pressuposto desse mito que a Inquisição fundamentou os discursos de opressão e violência de gênero ao reprimir o comportamento “desviante feminino”, justificando, desse modo, a partir da Bíblia, a perseguição e a morte das mulheres, que, como Eva, eram desobedientes e transgressoras. E, por isso, deviam ser expulsas do paraíso, ou seja, castigadas e mortas. Frente a isso, “a maioria das mulheres tornou-se Eva, incorporando para si a responsabilidade pela origem da maldição” (Gebara, 1990, p. 31). A mulher é “assimilada à fraqueza da carne, à sensualidade, à volúpia, à tentação, ao pecado, enfim, considerada um ser humano pela metade” (Bergesch, 2008, p. 118), só podendo ser completa com o homem, segundo os ensinamentos cristãos advindos do livro do Gênesis.

As mulheres, porém, nunca se conformaram com o sistema patriarcal e violento que lhes foi imposto. Em todos os tempos, houve mulheres que se organizaram e levantaram a voz em sua própria defesa e em defesa de tantas outras mulheres. Essas manifestações, atitudes e protestos são os primeiros brotos das sementes do feminismo, é o protofeminismo dentro da Igreja, mas que ainda não se denominavam de movimento feminista.

Paradoxalmente, essa mesma Igreja que condena e diminui as mulheres vai ajudar muitas a se engajarem no caminho de libertação dentro da sociedade. As “mulheres têm sido solicitadas a lutar por mudanças sociais e mudanças na religião. A religião tem sido um instrumento de libertação para as mulheres, da mesma forma como se torna um instrumento de opressão social das mulheres” (Yazbeck-Haddad; Esposito, 1998, p. 21). Assim,

Nos meados dos anos 1960, a igreja da América Latina se configura muito sensível à realidade dos empobrecidos, e dentre eles as mulheres. Os movimentos popular, sindical, social e feminista contribuíram para que a hierarquia da Igreja deixasse “a luz entrar” na vida pastoral e na forma de organização das comunidades. Com isso, abriram-se as portas para um novo modo de evangelizar, começando a olhar de perto a realidade e as reais

necessidades de seu povo. Com o olhar renovado e sensível aos pobres e oprimidos as mulheres começam a ocupar espaços antes ocupados apenas por homens. As teólogas, religiosas e leigas se engajaram na reflexão e no debate da Teologia da Libertação e na participação nas Comunidades Eclesiais de Base, o que acabou por impulsionar esse avanço (Cruz, 2013, p. 51).

Nesse momento da história, a Igreja começa a “abrir-se” a muitas questões sociais da época, porém essa abertura não foi natural, mas provocada pelo clamor do povo, veio de fora, a partir da teologia da libertação. Esta tinha como foco uma reflexão teológica fundamentada na luta e libertação do povo pobre e oprimido pelo capitalismo e pelo neoliberalismo. É a partir das reflexões bíblico-teológicas que as mulheres engajadas nesses movimentos passam a se ver como os demais pobres e oprimidos, sem liberdade, espaço e oportunidades no mundo público e eclesial.

Essas provocações vêm da teologia feminista, nascida da teologia da libertação, que, apesar de libertadora, mantinha o mesmo padrão sexista, machista e patriarcal da teologia tradicional. Deixou as mulheres de fora da construção desse novo jeito de fazer teologia. A partir daí, surge a necessidade de novas teologias nascidas do próprio chão das classes oprimidas e minorias, como os indígenas e os afro-brasileiros. E continuam a nascer novas teologias, como as relativas aos grupos LGBTQIA+..., que também foram deixadas de fora da teologia tradicional.

Essas são as bases dos movimentos feministas na Igreja Católica, no momento atual, os quais serão abordados a seguir.

2.5.4.1 Aliança Internacional Joana D’arc

A Aliança Joana D’Arc, um dos primeiros movimentos de que se tem registro na Igreja Católica, foi fundado em 1911 na Grã-Bretanha, por um grupo de mulheres, com o objetivo de lutar pela igualdade entre homens e mulheres na religião católica. Esse grupo critica “a visão única e hegemônica de um Deus somente masculino” (Duby; Laclotte, 1997, p 113), como preconiza o cristianismo.

Esse é o único movimento feminista que remonta dessa época. Segundo Brunelli (1988, p. 16), “a ‘Aliança Internacional Joana D’arc’ se propôs garantir a igualdade entre homens e mulheres em todos os campos”. Sobre este movimento existe pouca coisa escrita, o que não permite saber como essas mulheres atuavam na garantia dos direitos das mulheres naquela época, bem como quem foi sua fundadora.

2.5.4.2 Teologia Feminista

A teologia feminista se desenvolveu em diversos países da Europa, Américas, Ásia e África. Teve seu início com os trabalhos da ativista norte-americana Elizabeth Cady Stanton (1815-1920), protestante, abolicionista e feminista, presidente do Movimento Nacional das Sufragistas, de 1892 a 1900, que lutou pelos direitos das mulheres em muitas frentes da sociedade e da religião. Em relação à perspectiva teológica, ela publicou a *Women's Bible*, a *Bíblia da Mulher*, com a ajuda de um grupo de estudo bíblico o qual coordenava.

A publicação da *Bíblia da Mulher* tinha por objetivo enfatizar o protagonismo da mulher na bíblia bem como a violência contra a mulher, legitimada por algumas passagens bíblicas. Contribuí, assim, para uma leitura mais equitativa em relação à figura da mulher dentro da religião cristã, desconstruindo a opressão patriarcal imposta às mulheres a partir da Bíblia, arraigada no judaísmo. Pode-se afirmar que foi um dos primeiros trabalhos hermenêuticos teológicos publicado pelas mulheres feministas.

As mulheres não encontraram espaço na teologia tradicional e "foram as mais atingidas por essa teologia da renúncia e do sacrifício, pois foram definidas como seres-para-o-outro, para servir, não só do ponto de vista material, mas também sexual" (Tomita, 2006, p. 149). Desse modo, "nos terrenos baldios do texto bíblico, nós, as mulheres, vamos nos encontrando e fazendo as perguntas que não foram feitas, tecendo argumentos pelo avesso, inventando variações e rupturas com nossos corpos gozosos e dolorosos na história, na teologia e na igreja dos homens" (Pereira, 2009, p. 85). As teólogas feministas não buscam a ruptura com a religião, mas um modo mais livre de estar nela.

Conforme a teóloga Nancy Cardoso,¹⁶ em entrevista concedida a *La Diaria*¹⁷ a Teologia Feminista:

Se dá quando percebemos que o cristianismo que nos foi imposto é um vestido muito justo, no qual não podemos nos mover. Recebemos um impacto muito forte dos movimentos feministas ao longo do último século. Este inconformismo, esta inquietação dentro das igrejas, somada ao impacto que vem de fora, foi gerando suspeitas e aí veio a pergunta: por que queremos continuar sendo cristãs e fazendo teologia? Aí tomamos uma decisão: a maneira de continuar foi criando uma voz própria, uma voz coletiva. E a partir daí, contar com a experiência da espiritualidade e a mística sem os limites do patriarcado.

¹⁶ Nancy Cardoso é pastora da Igreja Metodista, teóloga feminista, foi integrante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), desenvolvendo trabalhos com as camponesas. Seus estudos estão mais ligados ao feminismo da América Latina, como também ao feminismo brasileiro.

¹⁷ *La Diaria* é um jornal do Uruguai que foi criado no ano de 2006.

Uma das bases metodológicas da Teologia Feminista é justamente a suspeita do que está posto em relação à mulher, o feminino e o feminismo na religião, apoiando-se na mística e na espiritualidade que é para todos, que não tem barreiras dogmáticas e doutrinárias. Além de se apropriar de uma nova hermenêutica, o movimento de mulheres religiosas feministas se articula a partir das pautas do movimento feminista secular, porém difere em seus fundamentos, pois, nas escolas feministas hegemônicas, as estudiosas têm “visualizado a consciência de gênero como nascida fora da crença e da experiência religiosa” (Braude, 2004 *apud* Vieira, 2018, p. 569). Assim, excluem e rejeitam qualquer ideia em que se aborde a perspectiva da religião na qual, em seu imaginário, a mulher religiosa é submissa por natureza.

É aqui que nasce a originalidade desses movimentos de mulheres religiosas em busca de seus direitos mais elementares dentro da religião católica e cristã. Buscam a mudança a partir de suas próprias narrativas, fazendo conexões com a Teologia Feminista que, nas palavras de Ivone Gebara (2006, p. 47), “não é de massa, acontece a partir de grupos pequenos. Não existe proposta de melhora imediata, é uma desconstrução da teoria tradicional, para a formação de uma que seja mais libertadora”. Desse modo, evidenciam um movimento mais participativo, em que cada mulher pode contar suas próprias experiências e juntas possam se libertar.

Na América Latina, a teologia feminista é elaborada a partir de realidades concretas, quer acompanhar a experiência que as mulheres pobres e oprimidas têm de Deus em sua prática libertadora e procura responder às questões e aos desafios que essa prática propõe à fé cristã. Além disso, entende que a revelação não ocorre fora das coordenadas históricas, daí a contextualidade ser uma das suas características centrais (Aquino, 1997, p. 55).

Com isso, o lugar social é um dos fundamentos da Teologia Feminista, porque é a partir da compreensão do lugar em que as mulheres pisam, ocupam e vivem que devem se libertar e serem agentes de libertação para outras mulheres e para os homens também, pois estes precisam se libertar desse padrão machista que lhes foi imposto. "Essa é uma característica da teologia feminista: ela é relacional e ela é plurivetorial, não tendo um fator apenas na sua análise. Ela é classe, etnia e gênero. Isso estrutura a realidade, estrutura o texto, estrutura a tradição" (Pereira, 2015b, p. 131). A Teologia Feminista se utiliza do método de desconstrução das ideologias patriarcais, o que:

Tem sido muito importante para mostrar que a maioria dos ensinamentos cristãos foram baseados em uma perspectiva patriarcal, onde os homens têm todo o poder e às mulheres restava ocupar o segundo ou o terceiro lugar nas igrejas e no lar. Assim, foi imposta a ideia da masculinidade de Deus, subjacente aos ensinamentos doutrinários, a filiação divina única de Jesus, um varão, o conceito de masculinidade presente nas três pessoas da Trindade

Divina, a ideia da virgindade de Maria de Nazaré e várias outras ideologias sexistas (Tomita, 2010, p. 3).

Os conceitos de gênero e de sexualidade, cientificamente construídos por pesquisas em diversas áreas do conhecimento, passam a sofrer críticas a partir de conceitos religiosos com base cristã ou bíblica, uma vez que “as mulheres aprenderam a ler e a interpretar a Bíblia com as lentes dos esquemas teológicos masculinos e a partir de determinados paradigmas hermenêuticos desenvolvidos historicamente” (Santos, 2010, p. 33). Os esquemas teológicos masculinos as deixavam de fora ou em segundo plano, não havendo representatividade e empoderamento feminino no sistema simbólico religioso de que a antiguidade dispunha, como a imagem da deusa. São perspectivas históricas e teológicas como estas que a teologia feminista busca restaurar.

Ciente do lugar onde se está “pisando”, as mulheres feministas cristãs entendem a importância de seu discurso dentro de suas comunidades e dos lugares que ocupam. “Nesse sentido, a teologia feminista é um poder e quer ser um poder capaz de modificar gradativamente as relações de dominação e exclusão que se verificam no dia a dia das comunidades cristãs” (Gebara, 2017, p. 93). Não é uma tarefa fácil, livrar-se do emaranhado sistema de opressão contra a mulher dentro da religião. Essa violência se revela de maneira muito sutil, passa pelo discurso elaborado e proferido por homens para as mulheres, desde muito cedo. À menina é ensinado, na igreja e nas demais instituições, qual é o seu lugar: a obediência e a submissão aos homens. Desse modo, a maior parte das mulheres católicas nem suspeitam que são vítimas da própria religião, e que muito do que está posto nas igrejas a respeito delas próprias é fruto da criação masculina.

2.5.4.3 Católicas pelo Direito de Decidir (CDD)

A organização Católicas pelo Direito de Decidir surgiu no Brasil, no período da ditadura militar, entre as décadas de 1970 e 1980, atrelada à efervescência dos movimentos sociais e à Teologia da Libertação e à Teologia Feminista. Nesse período, grande parte da igreja do Brasil abraçava a causa dos empobrecidos e oprimidos, impulsionada pelo concílio Vaticano II e a Conferência Episcopal da América Latina, em Medellín (1968), que convidava toda a Igreja a ouvir o grito dos empobrecidos e defender suas causas.

Nesse contexto, o CDD surge com pautas a respeito dos direitos reprodutivos e sexualidade, temática abordada na época pela ONU, em nível mundial. Outros fatores também impulsionaram a criação do Católicas pelo Direito de Decidir, como o Centro Ecumênico de

Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEEP), a disciplina feminista criada pelo Instituto Metodista de Ensino Superior (IMES), além do Núcleo de Estudos Teológicos da Mulher na América Latina (NETMAL). Esses foram os marcos na criação da organização Católicas pelo Direito de Decidir, espaço importante de debate, onde as mulheres levantam questionamentos acerca da doutrina da Igreja Católica, contestando regras em relação às mulheres e seus corpos, uma vez que a religião, ao longo dos séculos, tem controlado o corpo feminino ao tirar a liberdade de elas próprias decidirem sobre ele. A criminalização do aborto, condenação das mulheres, é uma das questões centrais do CDD, tanto no campo religioso quanto no político.

Sobre a atuação do CDD, Regina Jurkewicz, uma das integrantes e coordenadora executiva da ONG, no ano de 2015, em entrevista à Julia do Carmo Silva, pesquisadora e conhecedora da referida organização, afirma que é possível ser católica e feminista, visto que não há divergência entre essas duas realidades. Segundo ela:

Ser católica e ao mesmo tempo feminista para nós, significa uma demonstração que estas duas propostas podem não ser divergentes, ou seja, é possível ser católica e feminista. Para isso buscamos perspectivas éticas que legitimam as decisões das mulheres sobretudo no campo da sexualidade e da vida reprodutiva. Participamos com o movimento de mulheres das iniciativas de luta contra os fundamentalismos e a imposição de pensamentos machistas. Somos parte das redes de mulheres tanto no Brasil como no âmbito latino-americano (Silva, 2015, p. 43-44).

Como visto, a organização Católicas pelo Direito de Decidir trabalha em várias vertentes, “buscando a promoção dos direitos humanos, tanto na sociedade quanto no interior da igreja católica, partindo do pressuposto de que a religião tem forte influência em nosso país” (Silva, 2015, p. 37), e a sociedade, como um todo, acaba sendo impactada por essa instituição religiosa. Mesmo aqueles que não têm ligação direta com a religião sofrem o efeito de seu poder por meio dos discursos de seus líderes e das leis civis criadas por linhas conservadoras, que vão ao encontro do pensamento do cristianismo em relação às mulheres.

2.5.4.4 Conselho das Mulheres Católicas (Catholic Womens Council - CWC)

O Conselho de Mulheres Católicas é uma organização nova, pouco conhecida, que foi criada na cidade de Stuttgart, em novembro de 2019, a partir de associações católicas de mulheres, entidades religiosas e eclesiásticas da Alemanha, da Áustria, de Liechtenstein e da Suíça, que se uniram para criar uma visão comum, em rede, sobre as mulheres dentro da Igreja Católica.

O CWC tornou-se uma rede global em janeiro de 2020 e seu objetivo principal é o pleno reconhecimento da dignidade e da igualdade das mulheres dentro da Igreja Católica Romana. A entidade afirma a necessidade de validar e equilibrar os direitos das mulheres na estrutura e na prática cotidiana da Igreja, uma vez que as mulheres ainda não têm direito de decidir juntamente com os homens os rumos da Igreja. O voto das mulheres no sínodo dos bispos, a partir do ano de 2024, já é fruto desse movimento de mulheres.

O CWC realiza diversas atividades formativas *on-line* através das redes sociais, com mulheres de outras redes com causas semelhantes, em nível mundial, as quais difundem suas pautas e questões de modo local. Conforme as organizadoras do CWC, em seu *site*¹⁸, dessas reuniões e encontros via *Zoom* surgiram muitas questões como: O que as mulheres esperam de sua igreja? O que precisa mudar? Com que questões temos de lidar? Além de temas como: situação das mulheres na igreja; poder, participação e representação; vida sacramental; resistência e esperança.

O Conselho das Mulheres Católicas desponta como uma luz promissora no horizonte. Percebemos, em suas linhas de ações, que este é um grupo bem inserido na igreja e que está trabalhando a partir de dentro, como mostra a citação seguinte, extraída do *site* da organização:

A dignidade de cada ser humano é inviolável – está dentro de nós e é dada por Deus, ninguém mais. A igualdade é o que as mulheres continuam a lutar de geração em geração. O Conselho das Mulheres Católicas convida-vos a descobrir o que significa para vós a dignidade e a igualdade enquanto católicas e como as nossas capacidades, talentos e conhecimentos como mulheres devem ser utilizados para beneficiar a Igreja no futuro.

Todas as informações contidas neste tópico foram colhidas do *site* da presente organização, e, por ser muito nova, não foi possível encontrar outras referências sobre ela.

2.6 O QUE DETERMINA A MULHER FEMINISTA?

A presente pesquisa levanta uma questão que parece muito pertinente para o objeto de estudo e para a temática do feminismo abordado até aqui. Nos trabalhos e pesquisas já consolidadas, muito se falou a respeito da constituição e da identidade do homem e do masculino, dos seus fundamentos no patriarcado, que os tornaram machistas, sexistas e alguns até misóginos. da mesma forma, foi abordada a condição da mulher em sua subordinação imposta pela estrutura patriarcal, kiriárquica e machista.

¹⁸ Para conhecer melhor a organização, o leitor pode acessar o *site* catholicwomenscouncil.org.

As perguntas que emergiram neste contexto foram: Como a mulher feminista se constitui? Será que as mulheres feministas são somente aquelas que se autodeclaram feministas? E como estas se tornaram feministas? Neste tópico, serão apresentadas respostas a essas questões a partir do pensamento de algumas autoras. Essas questões serão trazidas no capítulo seguinte, a partir da análise das entrevistas realizadas com algumas mulheres integrantes do grupo pesquisado.

A identidade feminista se deu a partir de muitas questões relativas às mulheres e às condições em que viveram e vivem, e é a partir de suas experiências e vivências que muitas mulheres se tornam feministas, uma vez que:

As mulheres eram simbolicamente consideradas como mais próximas da natureza por causa de seu papel nos processos biológicos de reprodução e nutrição e de cuidado dos recém-nascidos. Os homens eram considerados como produtores de cultura por causa de sua atividade na caça, pesca e nas guerras. É importante notar que numa perspectiva patriarcal, transformar produtos, cozinhar, preparar medicamentos com ervas, saber limpar e costurar tudo isso não era considerado como obra de cultura, mas como algo inferior (Gebara, 2000a, p. 128).

A subordinação da natureza e da mulher ao homem foi determinada desde os primórdios pela religião, quando toma como verdade o mito do Éden, em que Deus, o todo-poderoso, dá ao homem o poder de submeter e dominar tudo que foi criado, inclusive a mulher. É frente a essas situações que o movimento feminista se impõe, fazendo novas releitura e interpretação dessas ideias e desses conceitos inverídicos e cristalizados sobre a identidade da mulher, pois:

O feminismo é um olhar específico a partir do corpo e para o corpo das mulheres, um olhar crítico em relação aos lugares que ocupamos, às obrigações que nos impuseram e aos sonhos que nutrimos. Por isso questões relativas à sexualidade, à maternidade voluntária, à luta contra a violência doméstica e à liberdade de opção sexual são reivindicações que vislumbram outro tratamento e outra compreensão filosófica de nossos corpos (Gebara, 2017, p. 10).

Nessas perspectivas, pode-se ver a luta permanente das mulheres feministas que enxergam os fios invisíveis da condição de desigualdade em que vivem cotidianamente em todos os segmentos sociais e não se calam. Elas gritam por seus direitos e para acordar muitas outras que não conseguem perceber o sistema criado para a manipulação de seus corpos e consciências, mas que têm sido cada vez mais despertas pelos ecos do movimento feminista. Toda mulher que não concorda com a subordinação imposta pelo sistema machista das nossas sociedades, que luta pelo fim da violência doméstica, que enfrenta aqueles que querem encarcerar seus corpos e dominá-los através da política e da religião dos homens que fazem leis

com determinações acerca do que elas podem ou não fazer com seus próprios corpos, toda mulher que luta por justiça e igualdade de direitos pode, sim, ser considerada feminista.

As mulheres aprenderam a ser feministas por elas mesmas, uma vez que “a consciência crítica está vinculada a uma experiência de que algo não está bem ou que algo não está funcionando como deveria ou de que a continuidade de uma situação de opressão está no limite do suportável” (Gebara, 2017, p. 16). Desse modo, considera-se que o que as tornou feministas foi o próprio sistema de exclusão e restrição, preconizado pela religião, pela ciência, pela política e pelos demais segmentos sociais. Da mesma forma, também o protagonismo e o destaque de muitas mulheres em diversos campos da sociedade continuam até hoje a inspirar e impulsionar as lutas do feminismo e das mulheres que entram em contato tanto com a história e a dinâmica desses marcos femininos na história quanto com as pautas do movimento feminista em sua diversidade.

Segundo Ivone Gebara, “o despertar da consciência das mulheres corresponde a um passo qualitativo na história da humanidade a partir do qual se descobre de forma mais crítica nossa capacidade de afirmar a liberdade de muitos jeitos” (Gebara, 2017, p. 16). O que determina uma mulher feminista é sua própria consciência frente às injustiças e violências que vivenciam ou veem suas semelhantes viverem.

A identidade da mulher feminista, declarada ou não, manifesta-se no modo como estas se enxergam e se sentem na religião, na família e na sociedade e questionam o que para elas não soa como correto. Ainda segundo Ivone Gebara, as mudanças que as mulheres vêm introduzindo no mundo por meio do movimento feminista constituem um verdadeiro fenômeno que tem revolucionado o mundo:

O século XX assistiu ao despertar da consciência feminina como um fenômeno cultural, social, e político que atingiu de formas diferentes a história da grande maioria dos povos. Por intermédio do movimento feminista na sua diversidade e em conexão com outros movimentos sociais e culturais, as mulheres se organizaram para afirmar seu direito de participação, plena e reconhecimento na História da Humanidade. Descobriram-se colonizadas, proletárias e inferiorizadas. Foram capazes de abrir caminhos para pensar e repensar a própria vida muitas vezes através de teorias que estavam ausentes (Gebara, 2017, p. 17).

O trabalho dos movimentos feministas é descolonizar a identidade das mulheres, tirando os estereótipos que lhes foram impostos de muitos modos e em todos os aspectos da vida humana, e isso só é possível por meio do despertar da consciência para o processo de silenciamento empreendido contra o gênero feminino até os nossos dias. Porém, reconhece-se

que não é uma tarefa tão fácil acordar consciências adormecidas debaixo de pesados séculos de opressão.

As mulheres que hoje se declaram feministas descobriram sua identidade ao participar e se engajar em grupos e movimentos que visam à justiça e à igualdade. Essa foi a forma em que “muitas mulheres conseguiram acordar para uma vida mais digna e para uma consciência política que as levou a assumir posições de liderança no bairro ou no movimento social ao qual pertenciam” (Gebara, 2017, p. 54). Assim, a identidade de muitas mulheres que foram se descobrindo feministas foi construída em coletividade. Não se nasce feminista, torna-se por meio de processos de valorização do ser mulher, do reconhecimento de suas habilidades e capacidades, e de que não são nem melhores nem piores que os homens.

No campo educacional, as condições educacionais para as mulheres foram, por muito tempo, bem menores e inferiores às dos homens. Um exemplo são as discriminações de profissões para homens e mulheres, das quais as destinadas às mulheres eram relacionadas ao cuidado da casa, dos filhos, do marido, do outro, ou aos afazeres domésticos, tais como costureira, professora, enfermeira.

A identidade das mulheres foi determinada como inferior à do homem. Desse modo, o sistema patriarcal e machista diminuía a autoestima das mulheres. Muitas, pelo próprio processo de desvalorização, viam-se inferiores aos homens, acreditando na mentira que contaram sobre as mulheres. Essas posturas de descaracterização da identidade das mulheres podem ser observadas principalmente dentro da Igreja Católica, uma vez que:

O desenvolvimento da autoestima nas instituições da Igreja Católica não podia ir além do mundo doméstico. Em outros termos, os processos educativos de ajuda, dados às mulheres de meio popular, na maioria das vezes se limitava a fazê-las assumir as tarefas do lar com um certo refinamento e um conhecimento maior de suas próprias tarefas. Dessa forma, aperfeiçoavam-se as tarefas femininas através de cursos especializados em diferentes prendas domésticas e promovia-se um sentimento de companheirismo entre as mulheres. Raras as vezes o estudo de uma dimensão crítica da antropologia patriarcal e de seu correspondente poder masculino aparecia como parte integrante do programa (Gebara, 2017, p. 54).

Dessa maneira, a identidade feminina foi moldada de acordo com os parâmetros patriarcais. Não lhes foram dadas as mesmas possibilidades que aos homens, e a religião cristã foi conivente e mantenedora desse paradigma injusto. Mas, a partir dessa condição, as mulheres forjaram uma nova identidade, mais justa e verdadeira, a identidade feminista, que não permite mais a humilhação e a desvalorização de seu ser mulher. A condição de ser mulher não é nenhum defeito, ao contrário, carrega em si possibilidades e potencialização, e é este o trabalho

do movimento feminista: despertar as mulheres para sua verdadeira identidade de deusa criadora e salvadora. O trabalho do feminismo teológico, dentro da religião, é a conversão do sistema simbólico que enaltece a figura masculina para a elevação do feminino, da mulher, a partir da representação dos símbolos religiosos na mesma proporção entre mulheres e homens.

2.7 O DISCURSO COMO INSTRUMENTO DE OPRESSÃO OU DE EMPODERAMENTO FEMININO NA RELIGIÃO

Neste tópico, apresentam-se fragmentos de alguns discursos dos últimos papas dirigidos às mulheres por meio de cartas encíclicas. O objetivo é evidenciar como esses discursos foram interpretados pelas mulheres e pelos homens dentro da religião católica e quais os efeitos dessas falas na vida prática dos fiéis, especialmente das mulheres.

Como já exposto, a religião sempre foi como uma espada de dois gumes para as mulheres. Em alguns momentos da história, ela ficou do lado das mulheres e defendeu seus direitos, por exemplo, quando:

Nos meados dos anos 1960, a igreja da América Latina, se configura muito sensível à realidade dos empobrecidos, e dentre eles as mulheres. Os movimentos popular, sindical, social e feminista contribuíram para que a hierarquia da Igreja deixasse “a luz entrar”, na vida pastoral e na forma de organização das comunidades. Com isso, abriram-se as portas para um novo modo de evangelizar, começando a olhar de perto a realidade e as reais necessidades de seu povo. Com o olhar renovado e sensível aos pobres e oprimidos as mulheres começam a ocupar espaços antes ocupados apenas por homens. As teólogas, religiosas e leigas se engajaram na reflexão e no debate da Teologia da Libertação e na participação nas Comunidades Eclesiais de Base, o que acabou por impulsionar esse avanço (Cruz, 2013, p. 51).

Nesse momento, uma parte da Igreja Católica se mostrou favorável às mulheres, não de modo pleno, mas já com vislumbre de alguma mudança. As mulheres ganharam espaço dentro da Igreja, ainda que não fosse espaço de decisão, porém já configurou um avanço. O Papa João XXIII, em sua carta encíclica¹⁹, afirma que “é direito da pessoa escolher o estado de vida, de acordo com as suas preferências, e, portanto, de constituir família, na base da paridade de direitos e deveres entre homem e mulher”. Mais uma vez, o líder maior da Igreja Católica discursa a favor das mulheres, quando fala sobre a igualdade de direitos e deveres em uma perspectiva global, porém nada fala da situação da mulher no interior da própria igreja.

¹⁹ *Pacem in Terris*, de 11 de abril de 1963. Esta carta tinha como lema a paz de todos os povos na verdade, justiça, caridade e liberdade.

O Papa Paulo VI também fala em favor das mulheres em sua mensagem de 8 de dezembro de 1965²⁰, nos seguintes termos:

E agora, é a vós que nos dirigimos, mulheres de todas as condições, jovens, esposas, mães e viúvas. A vós também, virgens consagradas e mulheres solteiras: vós constituís a metade da família humana. A Igreja orgulha-se, como sabeis, de ter dignificado e libertado a mulher, de ter feito brilhar durante os séculos, na diversidade de caracteres, a sua igualdade fundamental com o homem. Mas a hora vem, a hora chegou, em que a vocação da mulher se realiza em plenitude, a hora em que a mulher adquire na cidade uma influência, um alcance, um poder jamais conseguidos até aqui. É por isso que, neste momento em que a humanidade sofre uma tão profunda transformação, as mulheres impregnadas do espírito do Evangelho podem tanto para ajudar a humanidade a não decair. Mulheres, vós que sabeis tornar a verdade doce, terna, acessível, empenhai-vos em fazer penetrar o espírito deste Concílio nas instituições, nas escolas, nos lares, na vida de cada dia. Mulheres de todo o universo, cristãs ou não crentes, vós a quem a vida é confiada neste momento tão grave da história, a vós compete salvar a paz do mundo.²¹

No fragmento acima, pode-se verificar que o papa exalta a mulher e as conquistas que elas fizeram até o momento na vida social e econômica, mas nada diz da situação da mulher na igreja; ao contrário, reforça, em seu discurso, o que a mulher deve ser e fazer em suas casas e na igreja. Nada mais que desenvolver funções secundárias. Por mais que se fale em igualdades de direitos entre homens e mulheres dentro da Igreja Católica, esses textos estão apenas reforçando a subalternidade das mulheres. São falsos empoderamentos e defesa da mulher, pois só enxerga a escravidão da mulher fora dos muros e extensão da igreja, para o que está além dela, mas não vê nem trata de modo real e objetivo as violências e a falta de direitos das mulheres dentro do catolicismo. Como se pode ver no discurso do Papa João Paulo II²², ele tem plena consciência das injustiças, dos problemas e desafios que as mulheres enfrentaram e enfrentam devido à mentalidade machista e sexista. O papa diz:

Mas agradecer não basta, já sei. Infelizmente, somos herdeiros de uma história com imensos condicionalismos que, em todos os tempos e latitudes, tornaram difícil o caminho da mulher, ignorada na sua dignidade, deturpada nas suas prerrogativas, não raro marginalizada e, até mesmo, reduzida à escravidão. Isto impediu-a de ser profundamente ela mesma, e empobreceu a humanidade inteira de autênticas riquezas espirituais de respeito, de acolhimento, de ternura. Honrava assim, na mulher, a dignidade que ela sempre teve no projecto e no amor de Deus. Ao fixar o olhar n'Ele, no final deste segundo

²⁰ Por ocasião do término do Concílio Vaticano II, o Papa Paulo VI escreve às mulheres. PAPA PAULO VI NA CONCLUSÃO DO CONCÍLIO VATICANO II: Carta às mulheres. Disponível em <https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965.index.html>. Acesso em 10 de setembro de 2023.

²¹ PAPA PAULO VI NA CONCLUSÃO DO CONCÍLIO VATICANO II: Carta às mulheres. Disponível em <https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965.index.html>. Acesso em 10 de setembro de 2023.

²² Carta do papa João Paulo II às mulheres, em 29 de junho de 1995, pela ocasião da IV Conferência Mundial das Mulheres, que aconteceria em Pequim, no mês de setembro.

milênio, vem-nos espontaneamente a pergunta: em que medida a sua mensagem foi recebida e posta em prática? Sim, é tempo de olhar, com a coragem da memória e o sincero reconhecimento das responsabilidades, a longa história da humanidade, para a qual as mulheres deram uma contribuição não inferior à dos homens, e a maior parte das vezes em condições muito mais desfavoráveis (João Paulo II, 1996a).

No fragmento da carta acima, o papa João Paulo II reconheceu que as mulheres, ao longo da História, deram sua contribuição para a humanidade na mesma proporção que os homens, mas em condições desfavoráveis, evidenciando, assim, que não há diferenciação entre homem e mulher no sentido de capacidades humanas. O problema é que historicamente as mulheres não tiveram as mesmas oportunidades que os homens devido à ideologia do patriarcado e do machismo.

Penso, de modo especial, nas mulheres que amaram a cultura e a arte, e às mesmas se dedicaram partindo de condições desvantajosas, excluídas frequentemente de uma educação paritária, submetidas à inferiorização, ao anonimato e até mesmo à expropriação da sua contribuição intelectual. Urge conseguir onde quer que seja a igualdade efetiva dos direitos da pessoa e, portanto, idêntica retribuição salarial por categoria de trabalho, tutela da mãe-trabalhadora, justa promoção na carreira, igualdade entre cônjuges no direito de família, o reconhecimento de tudo quanto está ligado aos direitos e aos deveres do cidadão num regime democrático. Um dos aspectos mais delicados da situação feminina no mundo, como não lembrar a longa e humilhante história — com frequência, «subterrânea» — de abusos perpetrados contra as mulheres no campo da sexualidade? No limiar do terceiro milênio, não podemos permanecer impassíveis e resignados diante deste fenómeno. Está na hora de condenar vigorosamente, dando vida a apropriados instrumentos legislativos de defesa, as formas de violência sexual, que não raro têm a mulher por objeto. Mais, em nome do respeito pela pessoa, não podemos não denunciar a difusa cultura hedonista e mercantilista que promove a exploração sistemática da sexualidade, levando mesmo meninas de menor idade a cair no circuito da corrupção e a permitir comercializar o próprio corpo (João Paulo II, 1996a).

A consciência do papa sobre o que é a vida das mulheres no mundo, em seus variados universos, é indiscutível. Ele fez um resumo incontestável do que todas as mulheres viveram e vivem nos contextos familiar, educacional, econômico e político. Em todos os ambientes em que as mulheres estão presentes, ele reconheceu que há desvantagens, há violências, há mentiras históricas em relação às mulheres. Porém, como os demais, nada disse sobre as mulheres na religião católica, como são tratadas e vistas dentro da instituição. Ou seja, elas estão sujeitadas do mesmo modo que são fora dela, sujeitas à lista de violências elencadas por ele. Por mais que a Igreja Católica tenha estado do lado das mulheres nas lutas sociais por justiça e igualdade, essa mesma Igreja parece não estar disposta a desconstruir o que ela mesma construiu em seus

discursos e símbolos contra as mulheres e, assim, fazer jus à igualdade de direitos e deveres dentro da Igreja, como fez o próprio Jesus, que acolheu e defendeu as mulheres de seu tempo.

Para Paul Ricoeur (1978, p. 15), a interpretação é “o pensamento que consiste em decifrar o sentido oculto no sentido aparente, em descobrir os níveis de significação implicados na significação literal”. Outro modo de conceber a linguagem da religião é a perspectiva da fronteira, na qual, segundo as ideias contidas nessa perspectiva, tem-se a possibilidade de reverter sistemas opressores e transformar realidades caóticas a partir das margens, das periferias. Tanto o movimento feminista religioso como os demais acreditam nessa perspectiva e difundem essas ideias, pois nasceram nas margens, nas fronteiras e fazem movimento rumo ao centro, que é seu lugar.

Como afirma Nogueira (2016, p. 256), “onde há processos de recepção de textos religiosos, principalmente na cultura popular, nas margens e periferia dos sistemas dominantes, aí o potencial de inversão de mundo dessa linguagem tem chances de vir à tona”. Todos esses aspectos da religião e da linguagem estabelecem forte relação com o objeto da presente pesquisa, uma vez que esta visa a analisar o discurso, a linguagem e a simbólica do grupo Rede Um Grito pela Vida. O referido grupo será apresentado de modo mais aprofundado no capítulo seguinte.

3 O SURGIMENTO DA REDE UM GRITO PELA VIDA NA IGREJA CATÓLICA

*Urge aguçar nossa capacidade de pessoas históricas e construtoras da história. Romper com o silêncio que faz novas vítimas. A crueldade do escândalo do Tráfico de pessoas exige uma opção pastoral decidida e inegociável.*²³

A Igreja Católica, para além das violências praticadas ao longo da história, sempre teve uma preocupação com a dignidade dos indivíduos, e seu interior é composto por uma diversidade de grupos, pastorais e movimentos com ações e atividades evangelizadoras e caritativas bem específicas: cuidar dos doentes, visitar os encarcerados, acolher os órfãos, lutar pelos direitos das memórias, como o direito à terra, a moradia, ao trabalho, à saúde, e também à liberdade, que é um direito inalienável de cada pessoa. A “Rede Um Grito Pela Vida (RGPV)” é uma dessas organizações pertencentes à Igreja Católica que lutam pela libertação dos corpos explorados de diversos modos pelo tráfico humano.

A “Rede Um grito pela vida” é formada por pessoas católicas, leigas ou clérigas, dedicadas (consagradas) a algumas tarefas de cunho religioso compreendidas como importantes para a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), especialmente por entender que se trata de uma entrega da vida ou uma forma de sacrifício à divindade. Esses indivíduos católicos, por almejamem uma vivência intensa da espiritualidade, submetem-se aos fóruns internos que legalizam essa consagração e, em sequência, se agrupam à Rede. Tal procedimento se repete em outras ligas e outros institutos, ordens, congregações ou grupos que operam no interior do catolicismo.

A “Rede um grito pela vida” é uma extensão daquilo que a ICAR concebe como Vida Religiosa Consagrada do Brasil. Está ligada à Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e foi fundada no dia 11 de fevereiro de 1954, no Rio de Janeiro/RJ, durante o Congresso Nacional dos Religiosos do catolicismo.

A CRB Nacional é uma organização religiosa da Igreja Católica Apostólica Romana reconhecida internamente, em acordo com suas diretrizes, contidas num documento chamado direito canônico, tendo seu estatuto aprovado por um organismo hierárquico e administrativo, nomeado Sagrada Congregação dos Religiosos, através do Decreto nº 01561/55.

A Rede também está vinculada à organização católica Talitha Kum. Esta é uma Rede Internacional da Vida Consagrada que conta com mulheres e homens dedicados em 76 países.

²³ Trecho extraído de um texto do blog da organização Rede Um Grito Pela Vida escrito por Eurides Alves de Oliveira.

O propósito desta é reduzir ou acabar com o tráfico de pessoas por meio de ações colaborativas e intercâmbio de informações. Em linhas gerais, o objetivo da Rede é combater e tratar de questões ligadas ao tráfico de pessoas aprofundando as causas e situações que o favorecem, tais como: questões de gênero, exploração sexual e outras violências, modelo de desenvolvimento, grandes construções e projetos, grandes eventos, hedonismo midiático, aumento da precariedade do trabalho, corrupção, impunidade, entre outras.

No Brasil, a Rede está presente em quase todos os estados e atua de modo articulado nos níveis nacional e regional e em núcleos de diversas cidades nos respectivos estados nos quais a “Rede” se faz presente. A tabela abaixo ilustra sua organização interna.

Tabela 1: Organização Interna da RGPV

Coordenação Nacional	5 pessoas
Coordenação Regional	5 pessoas
Coordenação de Núcleo	1 ou mais pessoas

Fonte: Elaboração própria (2024).

Conforme exposto na Tabela 1, a coordenação nacional é composta por uma presidente e mais quatro referenciais (membros) eleitas em assembleia trienal, responsáveis de articular e acompanhar o trabalho da organização no território brasileiro em conexão com as organizações internacionais parceiras. Essa equipe é formada unicamente por pessoas religiosas, quer dizer, por membros das congregações espalhadas pelo Brasil, segundo o regimento interno do grupo, uma vez que foi criada e articulada pela Conferência Nacional dos Religiosos do Brasil.

A RGPV articula-se ainda por regiões, e existe uma pessoa responsável pelos grupos ou núcleos em cada região do país. Essas regionais são indicadas pelos núcleos pertencentes às regiões e eleitas em assembleia regional para um exercício de dois anos. O trabalho dessas pessoas é formar e acompanhar os núcleos nos estados pertencentes a cada região, sendo ainda um elo entre a coordenação nacional e os grupos de bases, os núcleos, os quais serão explicados a seguir.

Os núcleos são os grupos formados nas cidades dos estados brasileiros. Esses grupos têm uma coordenadora, eleita pelo próprio grupo e que tem o papel de articular o trabalho e as ações em colaboração com os demais membros. Os núcleos são os responsáveis pela divulgação das informações elaboradas pelas coordenações nacional e regional, na função de multiplicadores. Frente a essa configuração organizacional, a ideia de *rede* faz todo sentido.

Figura 1: Encontro da coordenação nacional e regional em 24/11/ 2023



Fonte: Blog da organização (2023).

3. 1 OS PRIMEIROS FIOS DE UMA REDE PARA LIBERTAR

As informações sobre a origem da organização “Rede Um Grito Pela Vida” foram extraídas do blog pertencente própria instituição, o qual guarda e atualiza todas as informações a respeito dos núcleos e das atividades que estes realizam em nível nacional nos seus respectivos estados, como também provém das entrevistas com algumas das primeiras a fazerem parte da criação da organização em questão.

A história da fundação da referida organização vem de longe. Começou a ser pensada em terras estrangeiras, quando, no ano de 2001, a UISG – União Internacional das Superiores Gerais, reunida em plenária na cidade de Roma, contava com a presença de 800 religiosas de muitos institutos e Congregações femininas. Em seu documento final, essas religiosas declararam se comprometerem publicamente em enfrentar e lutar contra o abuso e exploração sexual das crianças e das mulheres, em especial, o enfrentamento ao Tráfico de mulheres. O posicionamento protagonizado por essas mulheres católicas pode ser visto no fragmento a seguir, extraído do documento firmado nessa reunião internacional:

Enviadas a ser uma presença viva de Ternura e misericórdia de Deus no nosso mundo ferido, declaramos publicamente a nossa determinação em trabalhar em solidariedade umas com as outras nas nossas próprias comunidades e nos países em que estamos, em interpelar, insistentemente, a todos os níveis, para o abuso e exploração sexual das mulheres e crianças, com particular atenção para o tráfico de mulheres, que se tornou um negócio lucrativo multinacional (Declaração-Plenária UISG. Roma.13.05.2001 in Oliveira et al., 2013)

Frente ao exposto no trecho, percebe-se o posicionamento firme dessas mulheres religiosas a respeito da exploração dos mais vulneráveis, neste caso, as mulheres e crianças que são presas fáceis daquela prática abominável.

A partir desse encontro de Roma, a temática sobre o tráfico de pessoas passou a ser ouvido com mais frequência dentro dos grupos da vida religiosa no Brasil, mas ainda muito timidamente. No final do ano de 2004, a UISG, depois de assumir a causa das mulheres traficadas no ano 2000, e a partir do protocolo de Palermo, que foi um do marco histórico no combate ao crime desta natureza que é o tráfico humano, o qual será abordado de modo mais aprofundado no tópico seguinte, solicitou que a CRB nacional organizasse um curso formativo sobre o tráfico humano para a vida religiosa Brasil. Segundo uma das fundadoras, ela só conhecia o tráfico de pessoas retratado nos filmes, e não relacionava essa prática com tantos outros problemas sociais, como pobreza, violência, exploração etc.

Para atender à solicitação da UISG, o curso ficou planejado para o início do ano de 2005, sob a direção da Ir. Marian Bozan, então presidente da CRB nacional, que delegou essa tarefa à Ir. Eurides²⁴. Esta estava à frente de um projeto que buscava despertar a presença solidária da vida religiosa em novos espaços, nas causas maiores da humanidade, e a situação do tráfico de pessoas mostrava-se como um destes espaços. A ideia do curso era convocar e sensibilizar congregações já trabalhavam de algum modo com a questão da violação dos direitos humanos, como também pessoas que se identificavam com causa.

O curso foi realizado em outubro de 2005 em São Paulo e contava com 30 mulheres de diversas congregações, dentre as quais apenas uma já trabalhava de modo mais direto com o enfrentamento ao tráfico humano, pois desempenhava atividades com mulheres em situação de prostituição e já desenvolviam uma linha de ação de combate ao tráfico de humano. As demais representantes das outras congregações trabalhavam com causas afins ao tráfico, como a dos migrantes, das crianças em situação de vulnerabilidade, das mulheres vítimas de violência. Essa capacitação, segundo a Ir. Eurides, foi o momento de tirar o véu e entender o conceito desse crime, como é tipificado, as causas sistêmicas, humanas, afetivas, culturais, como também enxergar a latente e cruel realidade do tráfico humano, que é uma rede do mal, bem articulada,

²⁴ Irmã Eurides Alves de Oliveira, Religiosa da Congregação do Imaculado Coração de Maria, Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo – UMESP, Especialista em Gestão Social pela UNISSINOS/RS Vice coordenadora da CRB Regional Manaus – AM/RR, Integrante da Rede Um Grito pela vida e da Comissão Especial Pastoral de Enfrentamento ao Tráfico de pessoas da CNBB – CEPHETH, Assessora das comunidades Eclesiais de Base – CEBs do Regional Norte I e participante da Ampliada Nacional das CEBs, Participante do Fórum permanente de Mulheres de Manaus – FPMM, Coordenadora do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência sexual contra Crianças e adolescentes do Amazonas – CEVSCA.

que preda milhares de pessoas no mundo todo, especialmente os mais vulneráveis, as mulheres e as crianças.

Conforme informações extraídas das entrevistas a respeito da fundação da organização “Rede Um Grito Pela Vida”, as participantes desse curso realizado no ano de 2005, em São Paulo, voltaram para suas comunidades com um pequeno plano de ação, que era sensibilizar suas congregações e assumir o compromisso de enfrentar o tráfico humano enquanto conferência, que é a CRB.

Em 30 de março do ano de 2006, houve um novo curso, que era a segunda etapa do processo formativo, desta vez na cidade de São Salvador, na Bahia. O objetivo desse novo curso era partilhar as práticas realizadas e os avanços, como também desenvolver um plano permanente de ação na linha do enfrentamento ao tráfico humano. Foi nesse momento que o nome “Rede” se estabelece, pois haviam entendido que, para combater a rede do mal, que mata, escraviza e rouba a dignidade das pessoas, era preciso a criação de uma rede do bem, tecida por pessoas de boa vontade que se importam com a vida. Foi assim que a “Rede” foi criada, inspirada também no legado das conferências da América Latino-americana, que são reuniões convocadas pelo papa e realizada pelos bispos para discutir a vida igreja nesses territórios, identificando pontos positivos e negativos, como também planejam metas e linhas de ações pastorais e sociais. É um momento de escuta do povo, de suas dores e alegrias. Essas conferências desenvolveram, em suas temática e perspectiva teológicas e pastorais, a ideia de um Deus que vê e ouve o sofrimento do povo e desce para libertar, e é nesse pensamento que reside a mística e a missão da organização da “Rede Um Grito Pela Vida”.

3.2 O HORROR DA ESCRAVIDÃO NÃO ACABOU

No passado, a escravidão dos povos africanos e indígenas era considerada uma prática comum pelos europeus, uma vez que estes se consideravam uma raça superior às demais, afirmando que aqueles povos não possuíam almas, eram selvagens, animais e, por isso, deveriam ser escravizados, comprados e vendidos como coisa qualquer. Segundo Miller (1997, p.34):

O tráfico converteu a mão-de-obra africana, adquirida através de mercadorias de pouco valor, em metais preciosos das Américas, ou em especiarias ou drogas americanas - além de açúcar, tabaco, cacau e finalmente café - que valiam moeda corrente ou notas que podiam ser trocadas por moeda.

No Brasil, o modelo escravocrata durou oficialmente cerca de 390 anos, sendo abolido em 13 de maio de 1888, depois da forte pressão internacional vinda do movimento abolicionista em outros continentes. Vale ressaltar que o Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão e o único que recebeu maior contingente de pessoas escravizadas. Porém, ao contrário do que a maioria das pessoas pensam, a escravidão não acabou, ela se modernizou e vitima milhões de pessoas no mundo inteiro.

Depois de uma breve análise da atuação da “Rede Um Grito Pela Vida”, percebe-se que é a partir da consciência de que o tráfico humano não acabou que as mulheres dessa organização atuam, entendendo esse fenômeno em profundidade e tornando-o mais conhecido, discutindo-o em várias frentes como será tratado no tópico seguinte.

No Brasil, o conceito de tráfico de pessoas foi retificado a partir do Protocolo de Palermo²⁵, através do decreto 517 de 12 de março de 2004, no qual define o tráfico de pessoas como:

O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre a outra para fins de exploração. A exploração inclui, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos.

A recente política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, homologada em 26 de outubro de 2006, por meio do decreto 5.948, em seus princípios, diretrizes e ações, estabelece a prevenção, a repressão e o atendimento às vítimas, segundo o Protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças. Desse modo, o combate ao tráfico de pessoas se dá em três níveis diferentes: prevenção, repressão/punição e o apoio às vítimas.

²⁵ Protocolo Relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea. Este protocolo foi aprovado pela Resolução da Assembleia-Geral no 55/25 e entrou em vigor no dia 28 de janeiro de 2004. O protocolo lida com o problema crescente de grupos criminosos organizados para o contrabando de migrantes, atividade que muitas vezes representa um alto risco para os migrantes e grandes lucros para os infratores. A grande conquista do protocolo foi que, pela primeira vez, um instrumento internacional global chegou a uma definição consensual do contrabando de migrantes. O protocolo visa à prevenção e ao combate desse tipo de crime, bem como promover a cooperação entre os países signatários, protegendo os direitos dos migrantes contrabandeados e prevenindo a exploração dessas pessoas. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/marco-legal.html>>. Acesso em 06/01/24.

A prevenção, com o objetivo de alertar a sociedade sobre o perigo dessa prática, acontece através de campanhas, seminários e panfletagem com informações fundamentais que capacitam as pessoas para identificar possíveis situações de tráfico humano e, assim, tomar as medidas cabíveis. Já o enfrentamento direto diz respeito à atuação repressiva e punitiva da polícia e dos órgãos especializados no combate ao crime organizado dessa natureza, ou seja, é o enfrentamento direto aos traficantes. O terceiro nível é tão importante quanto os demais, pois as pessoas que conseguem sair da rede do tráfico humano necessitam de uma rede de apoio psicológico, uma vez que essa prática causa danos físicos e psicológicos difíceis de sanar, como também de medidas protetivas, pois, mesmo depois de resgatadas, as vítimas continuam ameaçadas de morte pelos traficantes.

3.3 GRITANDO PELA VIDA DAS MULHERES TRAFICADAS, DANDO VOZ ÀS MULHERES SILENCIADAS NA BÍBLIA

As mulheres da organização “Rede Um Grito Pela Vida” atuam no primeiro nível de combate ao tráfico de pessoas, ou seja, trabalha de muitas maneiras na prevenção desse crime. Nesta seção, será apresentado um pouco dessa prática a partir da análise do material produzido e disponibilizado nas redes sociais pela organização a respeito do tema. O intuito é entender o protagonismo das integrantes em relação à Igreja Católica como também os impactos da prática desse crime na sociedade, a partir da perspectiva de gênero. Como primeiro aspecto, realiza-se uma análise da logomarca do grupo: mãos coloridas, abertas, disposta em modo circular.

Figura 2: Logomarca da Rede Um Grito Pela Vida



Fonte: Blog Rede Um Grito pela Vida (2024).

Esse desenho expressa toda a missão da organização, visto que, segundo as entrevistas realizadas com alguns membros, as mãos abertas expressam um “basta” a toda violência que as mulheres, as pessoas traficadas, vivenciam todos os dias. A circularidade representa união entre as integrantes da “Rede” e todas as mulheres vítimas de todo tipo de violência no mundo, numa atitude de sororidade.

Sororidade é a união e a aliança entre mulheres, baseadas na empatia e no companheirismo, em busca de alcançar objetivos em comum. A origem da palavra sororidade está no latim *sóror*, que significa “irmãs”, e pode ser considerado a versão feminina da fraternidade, que se originou a partir do prefixo *frater*, que quer dizer “irmão”. O conceito da sororidade está fortemente presente no feminismo, pois compreende-se que, sem a ideia de “irmandade” entre as mulheres, o movimento não conseguiria alcançar proporções significativas para impor as suas reivindicações. Do ponto de vista do movimento feminista, a sororidade consiste no não julgamento prévio entre as mulheres, o que, na maioria das vezes, ajuda a fortalecer estereótipos preconceituosos criados por uma sociedade machista e patriarcal. Ou seja, é definida como um aspecto de dimensão ética e prática dentro do movimento de igualdade entre gêneros, e é um dos principais alicerces do feminismo. Não há um sinônimo perfeito para sororidade, mas as palavras que mais se aproximam são irmandade e fraternidade (entre mulheres)²⁶.

Segundo entrevistas via Google Meet com algumas das primeiras integrantes da Rede, no processo de formação e conscientização dos membros da organização, foi publicado pela CRB, em 2013, o livro “*Um Grito Pela Vida*” organizado pela Irmã Eurides Alves de Oliveira. Esse material foi destinado inicialmente ao público mais interno da CRB, ou seja, às congregações participantes da “Rede”, e logo depois distribuídos aos núcleos de todo Brasil, servindo como um subsídio de estudo para os grupos. O livro é, na verdade, uma coletânea de artigos escritos por vários autores, sendo oito mulheres religiosas e dois sacerdotes, que refletem a questão do tráfico de pessoas e da violência de gênero dentro do cristianismo, nas perspectivas bíblico-teológica, histórica e social.

Esse livro contém um pouco da trajetória da organização, como foi criada, quais os objetivos almejados além de palestra, reflexões, orações e dinâmicas para ajudar os grupos participantes a adentrarem e entenderem a missão da “Rede” nas dimensões pastorais, proféticas, místicas e sociais.

²⁶ Disponível em: <<https://www.significados.com.br/sororidade/>>. Acesso em 08/01/24.

Uma panorâmica do livro pode ser vista a partir de seu próprio prefácio, o que ajuda na compreensão do todo que compõe esse material, destacando aspectos importantes relativos ao gênero dentro da Igreja Católica, como também ao protagonismo do movimento no interior dessa instituição.

O autor do prefácio, Irmão Lauro Daros, assessor da CRB nacional, no ano de 2013, começa afirmando que UM GRITO PELA VIDA (o livro) apresenta textos, em três partes, que contemplam a mística e a profecia da REDE. A missão da REDE é lutar contra o tráfico de pessoas”. Segundo Irmã Eurides, uma das fundadoras da organização:

O tráfico de pessoas configura em nossos dias uma grande chaga social, que desumaniza e crucifica milhões de pessoas em todo o planeta. Constituem uma das formas mais explícitas da escravidão do século XXI. Reflete profundas contradições históricas das relações humanas e sociais da humanidade. Vulnere e viola a dignidade e a liberdade de numerosas pessoas, particularmente de mulheres e crianças, mercantilizando e ferindo seus corpos, matando seus sonhos e direito de viver, configura hoje uma das piores afrontas à dignidade humana e uma das mais cruéis violações dos direitos humanos. Uma afronta à imagem do criador (Daros, 2013).

Aqui percebe-se uma explícita preocupação com as mulheres e as crianças que, segundo dados oficiais das nações unidas, são as maiores vítimas das redes criminosas do tráfico de pessoas, por serem tratados como os mais vulneráveis historicamente. Voltando ao prefácio, o autor diz que “gritar supõe urgência, pois a vida, dom de Deus, merece ser defendida e promovida, agora, sem adiamento”.

Apresenta-se, agora, um resumo do que trata cada parte desse material produzido pela “Rede”, o livro “Grito Pela Vida”, como também explicações sobre o desenho que está na capa. Em seguida, destacam-se discutem-se alguns trechos da obra.

A primeira parte do livro trata da profecia da vida religiosa e o assessor da CRB nacional, supracitado, apresenta-a nestes termos:

A Rede, nesta primeira parte, oferece subsídios para colocar você no centro do problema: o tráfico de seres humanos. À medida que vai lendo, você se envolve com a mente e o coração, se emociona, se enche de indignação, sente que é tempo de se desinstalar, agir, de ser místico e profeta ao mesmo tempo (Daros, 2014, p. 9).

Partindo do contexto bíblico a respeito da vida consagrada e da profecia, a Irmã Marian Ambrósio²⁷ traça a identidade da vida religiosa dos primórdios até os dias atuais. Cada parte é

²⁷ Irmã Márian Ambrósio cursou pedagogia em Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI), no Paraná. Estudou Religião na CRB. Estudou Teologia espiritual na Pontifícia Universidade Gregoriana, na Itália. Foi

composta por três textos, e, ao fim de cada um deles, tem algumas dinâmicas como preces, orações, poemas. Aqui transcreve-se uma oração considerada pertinente ao tema do gênero e da religião.

Graças porque ainda não cheguei

Quero caminhar, seguir e seguir, Pai!
 Pois no dia que parar, nem chegar de pressa demais à meta.
 Quero apenas ser caminhante rumo a ti.
 Nunca pensar que tenho propriedade da verdade inteira,
 Nunca ter respostas para tudo.
 Quero estar diante das tuas surpresas e de tua providência!
 Não quero viver na tranquilidade,
 Com as respostas que me deram em criança;
 Nem com os costumes da infância, nem com aquilo que então aprendi.
 Quero pesquisar nos livros e na vida,
 As marcas de teus passos.
 Que eu caminhe na penumbra, à luz da certeza que vem da fé.
 Não espero chegar à infinita conversão,
 Não espero me obrigar a ser perfeita/o,
 Nem olhar os outros desde cima.
 Que sigamos em comum pelo caminho.
 Prefiro a minha vela vacilante à minha luzinha fixa;
 Teu amor prometido, a meu amor possuído;
 Teu campo, a meu caminho feito;
 Teu futuro, a meu presente.

Em alguns trechos da oração transcrita, é visível a quebra dos paradigmas do pensamento da Igreja Católica, por exemplo, como possuir a verdade inteira, ter resposta para tudo, certezas inquestionáveis, perfeição. Essas são ideias que perpassam o universo católico cristão e que o movimento feminista, no caso aqui descrito, a organização “Rede Um Grito Pela Vida”, vem desconstruindo, reinterpretando. A Rede, de modo sutil, traz em suas práxis um pensamento diferente em relação ao pensamento conservador e doutrinário da Igreja Católica.

A segunda parte do livro analisado intitulada com os verbos “*Recordar-Denunciar/Resistir - Denunciar*”, trata do tráfico de pessoas e da exploração de mulheres ao longo da história, em diversas perspectivas. Uma das autoras, Tea Frigerio²⁸, também integrante da “Rede” nos primeiros anos de fundação, discute, em um dos artigos que compõem a segunda

diretora do Colégio Santa Rosa de Lima, em Lages, Santa Catarina, e do Colégio São José, em Rio Negro, no Paraná. Atualmente, é assessora da Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Missionária e Cooperação Intereclesial a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e presidente da Conferência dos Religiosos do Brasil-CRB Nacional de 2008 a 2013.

²⁸ Tea é de origem italiana, Missionária de Maria (Xaveriana) e atuante no Brasil desde 1974. Foi assessora e professora de Sagrada Escritura no Instituto de Pastoral Regional (IPAR) de Belém do Pará. No mesmo Instituto, foi coordenadora do Departamento de Pastoral e Diretora por dois mandatos. Formada em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma, pós-graduada em Assessoria Bíblica pela Faculdades EST-CEBI, foi coordenadora do Programa de Formação do CEBI e atualmente é assessora do CEBI.

parte, a mulher a partir da perspectiva bíblica, evidenciando algumas figuras femininas da Bíblia que tiveram suas histórias negligenciadas, mal interpretadas e até ignoradas pela hermenêutica machista e patriarcal com a qual a Bíblia foi escrita e reinterpretada.

No artigo, Tea fala de algumas mulheres bíblicas. A primeira é Safira, a que virou uma estátua de sal porque desobedeceu a ordem do profeta para não olhar para trás. Ela é a mulher de Ló, que, em uma noite de ataque em Gomorra, oferece suas duas filhas aos soldados para serem estupradas, ao invés de lhes entregar dois jovens homens desconhecidos, que apenas passavam a noite em sua casa (cf. Gêneses, 19,1-29). A segunda mulher é Resfa, que ficou vigiando os corpos de seus dois filhos até secar, para não serem comidos pelos animais e aves (cf. 2 Sm 21, 1-14). A terceira é Leha, filha de Jefté, o qual ofereceu em sacrifício a própria filha por ter vencido uma guerra (cf. Jz 11,34-39). Dentre os três, foi selecionado, neste trabalho, o relato de Leha, o qual é transcrito na íntegra para ser analisado de modo mais aprofundado, uma vez que evidencia traços das violências simbólica e institucional na perspectiva religiosa e patriarcal.

Uma manhã, ao acordar, olhando da janela as montanhas de Judá, senti que me convidavam. Decidi então aceitar o convite e saí andando nas montanhas de Judá. Tomei uma trilha e comecei a subir. Então uma música chegou aos ouvidos. Os olhos enxergando lenços brancos ao vento. Aproximei-me, eram jovens cantando e dançando. Juntei-me a elas e, quando sentaram em círculos, sentei com elas. A jovem ao meu lado leu as perguntas nos meus olhos. E começou a falar: “Meu nome é Leha, em minha família sempre há uma mulher com esse nome, é para honrar minha antepassada”.

E começou a contra.

Ela era filha do juiz Jefté, filho de prostituta, expulso de sua herança pelos irmãos por ser filho ilegítimo. Tornou-se um guerreiro valente e liderou um bando armado (Jz 11,1-3). Os acontecimentos lhe proporcionaram a possibilidade de vingar-se de quem o havia marginalizado.

Houve um conflito externo, mas existia um conflito interno. O eterno jogo de poder, de violência entre os homens. Nesse jogo sempre há vítimas inocentes que sofrem as consequências.

Os irmãos atacados foram até Jefté. Se lutasse por eles e os libertasse, concederiam bens, e ele seria reconhecido como chefe. Com seu bando, Jefté alcançou a vitória sobre os inimigos e os irmãos. Para ter certeza de vencer, ele fez um juramento: oferecer um holocausto. Quando voltasse para casa, a primeira pessoa que saísse ao seu encontro seria oferecida em holocausto a Iaweh. Sua meta era ambiciosa, a oferta devia ser correspondente.

Quando Jefté voltou a Masfa, sua casa, eis que sua filha saiu ao seu encontro dançando aos sons dos tamborins, celebrando a vitória do pai. Era a única filha. Além dela, não tinha filho, nem filha. Logo que a viu, rasgou suas vestes e bradou: “Ai! Ai! Filha minha! Tu me prostraste em angústia! Tu estás entre os que fazem a minha desgraça! Fiz um voto a Iaweh e não posso recuar!” (Jz 11, 34-35).

Era costume as mulheres saírem ao encontro dos vencedores celebrando a vitória. Leha era quem liderava as mulheres nestes coros de danças de celebrações como filha do chefe.

Ele sabia disso! Ele foi sua própria desgraça. A armadilha fechou-se sobre ele! Ele sabia disso! Não assumiu a culpa! Culpabilizou Leha, sua filha! Foi assassinio premeditado em nome da honra, do nome, da grandeza. Numa visão de um Deus violento.

A vítima inocente pediu saiu do silêncio, convidou a manter o compromisso e pediu uns dias para chorar sua virgindade. Sua vida tornada inútil, não gerou, não deixou um nome.

Dois meses com as amigas nas montanhas. O que elas falaram? O que refletiram sobre o mundo dos homens? Que Deus invocaram? Ou invocaram uma Deusa? Não um Deus amante da violência? Uma Deusa amante da vida, de ternura, de amor?

Cumplicidade, denúncia, resistência? Um rito, uma celebração para denunciar o patriarcado e seu deus. Ser memória para as mulheres da Deusa, das brechas para outra casa, outras relações.

Procede daí este costume em Israel: de ano em ano as filhas de Israel saem quatro dias para lamentar a filha de Jefé, o galaadita”. (Jz 11, 39).

As mulheres cada ano renovam este choro, querem ser memória que contesta a lógica masculina, que sacrifica no jogo do poder sangue inocente.

A virgem chorou pela inutilidade de sua vida. Seu choro não foi inútil, foi resistência. Sua lamentação se tornou para as mulheres uma tradição: cada ano se empoderar para contestar, criticar, denunciar os inocentes que silenciosamente são mortos pelas estruturas de opressão, do lucro. Não poderá haver terra livre enquanto o fraco, o indefeso, a mulher não tiver seu espaço garantido na sociedade.

Leha concluiu sua narração conclamando: “Nós somos sua descendência”. (Frigerio, 2013, p. 95-97)

Esse relato nos convida a pensar em muitos aspectos a respeito da mulher, do patriarcado, do cristianismo e do catolicismo, que continua a contar essa história somente pela ótica masculina. Verifica-se, aqui, que a autora dá voz à mulher, olha o lado do vencido, da vítima, e revela a importância de uma releitura e um leitura crítica da Bíblia, o livro sagrado dos cristãos. A partir desse olhar, desse ângulo das integrantes da Rede um Grito Pela Vida, é clara a consciência a respeito da condição das mulheres na Igreja Católica, do quanto as mulheres são silenciadas por uma violência institucional hierarquizada sem perspectiva de mudança aparente. O resgate histórico das mulheres violentadas nos relatos bíblicos diz muito a respeito da violência do tráfico de mulheres, mas também revela o protagonismo de muitas mulheres que não se calam, que resgatam e interpretam essas histórias sob a ótica da teologia feminista e assim vão formando gerações de mulheres acordadas para suas realidades de violências e libertação também. Como conclui Tea Frigerio no artigo sobre as mulheres da Bíblia, conectando-as à realidade atual das mulheres hoje:

A temporalidade de dois meses é demasiada para quem está sentenciada de morte. Dois meses, o tempo de sentir calar nos corpos a crueldade vivida pelas mulheres. O tempo das estratégias, das conspirações. O tempo necessário para recuperar o poder sobre seu corpo. O tempo para Leha recuperar o direito de decidir sobre seu corpo: assumir ser sacrificada para se tornar celebração que

recorda, denuncia e resiste. Foi para as montanhas com outras jovens para refletir, planejar o futuro, conspirar, criar um ritual para que as outras mulheres despertassem das armaduras e armadilhas do patriarcado. Romperam, fizeram memória, criaram uma tradição, criaram um rito místico-político: denúncia-resistência. (Frigerio, 2013, p. 98).

3.4 MARCOS IMPORTANTES NA ATUAÇÃO E NAS AÇÕES DA REDE EM NÍVEL NACIONAL

Segundo as entrevistas com as primeiras integrantes, foram relatadas algumas práticas e ações consideradas importantes na história da organização. A primeira foi a novela “Salve Jorge”, da Rede Globo de televisão, escrita por Gloria Perez, que estreou em 22 de outubro de 2012 e terminou 18 de maio de 2013. A novela tratava, em seu tema central, do tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual, despertando a sociedade brasileira para prática deste crime. Para a grande maioria dos telespectadores, foi a primeira vez em que ouviram falar sobre a existência do tráfico de seres humanos. Ao final de cada capítulo, era apresentado um testemunho ou imagens reais de pessoas que foram traficadas. A relação da Organização com essa novela é que a Rede teve ligação direta uma das pessoas responsáveis pelo roteiro da novela, ou seja, segundo relatos, a “Rede” também inspirou o roteiro da novela, e essa pessoa contribuiu com a Rede na formação dos seus membros a respeito do tráfico internacional de mulheres.

Outro evento importante de realizado pela Rede em nível nacional foi a campanha “Jogue a Favor da Vida”, uma ação preventiva ao tráfico de pessoas durante a Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil, uma vez que as redes de traficantes de pessoas aproveitam os megaeventos para aliciar e recrutar suas vítimas. Nessa campanha, a rede realizou palestra, panfletagens nos principais aeroportos do país, e também um comercial veiculado na Rede Globo alertando e convocando a sociedade a jogar a favor da vida, dizendo NÃO ao tráfico de pessoas.

No blog da organização, é possível encontrar diversos materiais a respeito dessa campanha, como folders explicativos, vídeos, fotos e uma explicação do que é a campanha e quais os objetivos dela. A seguir, estão retratadas algumas imagens para análise.

As Figuras 3, 4 e 5, nas páginas a seguir, apresentam algumas das imagens relacionadas a campanhas desenvolvidas pela Rede.

Figura 3: Logomarca da campanha 2014



Fonte: Blog da organização “Rede Um Grito pela Vida” (2014).

Figura 4: Folder explicativo sobre os dados oficiais e os círculos do tráfico de pessoas



Fonte: Blog da organização “Rede Um Grito pela Vida” (2014).

Figura 5: Pôster chamando atenção para mercantilização do corpo da mulher



Fonte: Blog da organização “Rede Um Grito pela Vida” (2014).

Sobre as coordenadas e os objetivos da campanha “Jogue a favor da vida” de 2014, foi encontrada, no blog da organização, a seguinte explicação:

A REDE UM GRITO PELA VIDA tem o papel de sensibilizar e socializar informações sobre o Tráfico de Seres Humanos. Para tal, busca convidar e capacitar multiplicadores e multiplicadoras para ações educativas de prevenção, a fim de intensificar a luta por políticas públicas de enfrentamento desta realidade. (Rede um Grito pela Vida)

Os MEGAEVENTOS que serão sediados no Brasil trazem uma série de questionamentos e riscos que podem maximizar condições nas quais pessoas são ludibriadas com falsas promessas sobre trabalho e melhoria de vida. Dentro do contexto do tráfico humano, em especial o tráfico de mulheres para fins sexuais, a eminência de ofertas de empregos atrai e conquista. Neste contexto, o esporte trará uma grande quantidade de turistas e, com eles, os responsáveis por quadrilhas que organizam tais fatos que tem sido cada vez mais divulgado. Existe a necessidade de ampliar a prevenção, alertando e sensibilizando a população. A Rede de ENFRENTAMENTO ao Tráfico de Pessoas Um Grito pela Vida inicia sua CAMPANHA e sob o slogan JOGUE A FAVOR DA VIDA, fazendo uma analogia com os jogos de futebol e pedindo a ação de denúncia. A CAMPANHA PARA QUEM: Sociedade de modo geral, tanto as pessoas ditas expectadoras (Sensibilização) quanto aquelas passíveis de serem aliciadas (alerta). O QUE E ONDE: Comunicação contra o tráfico humano no Brasil. QUANDO: Megaeventos como Copa das Confederações, Copa do Mundo 2014, Olimpíadas etc. RAZÃO: Alerta e sensibilização, pois há a possibilidade de maximizar a exploração, bem como a ação de agentes organizadores desse tipo de tráfico. COMO: Campanha via mídia online e off-line.

É possível perceber a clareza com a qual o grupo entende o problema social que é o tráfico de pessoas e como se articula enquanto organização para enfrentá-lo através das práticas preventivas.

Segundo as organizadoras, a imagem da capa do livro analisado também transmite uma mensagem para as integrantes da organização e para as vítimas da violência.

Figura 6: Capa do livro em análise



Fonte: Organização “Rede Um Grito pela Vida” (2014).

O apêndice do livro traz a seguinte explicação da imagem da capa:

Uma leitura sobre o desenho “Um Grito Pela Vida”. A mão indica poder e força. Também significa pedir contas e expressa julgamento. Por isso é que Irmãs e Irmãos se “levantam com entusiasmo renovado” como os discípulos de Emaús, e lá estão nas “fronteiras da missão” abraçando a causa dos pobres e dos jovens, ouvindo seus gritos e compartilhando suas dores. Seus gritos se misturam aos deles nesta “encruzilhada de nossa história”. Esses gritos não serão em vão: são esperanças e alegria das conquistas, cujos anúncios se fazem concretudes visíveis, representadas nas faixas luminosas da aura da mão levantada que, aos gritos, proclamam aos quatros ventos: “UM GRITO PELA VIDA”. O desenho também nos convida a olharmos para as palmas de nossas mãos, pois elas nos alertam para que não percamos de vista a nossa identidade e missão em meio a tantos gritos, clamores e soluços.

Conforme a explicação do apêndice, a “REDE” grita pela vida, pela a liberdade daquelas e daqueles que também gritam de dor e de sofrimento causados pela violência em suas múltiplas facetas, nas encruzilhas da História, e são nessas expressões que se pode entrever o rastro de protagonismo das integrantes da organização.

4 VOZES FEMINISTAS NO CONTEXTO MACHISTA DA IGREJA CATÓLICA: CAMINHOS METODOLÓGICOS

[...] as ciências da religião, a partir de sua interdisciplinaridade e pluralidade epistemológica, podem contribuir para que "outra" ciência seja feita, uma ciência que veja, ouça e visibilize o que as mulheres têm a dizer.
(Ana Freire)

Antes de tudo, é importante ressaltar elementos fundamentais referentes aos caminhos metodológicos adotados para a presente pesquisa, de cunho empírico e qualitativo, ou seja, as razões e os motivos que levaram à tomada de decisões relativas a este método utilizado, que é a análise de conteúdo.

Uma abordagem qualitativa é um processo de idas e vindas cujas fases se inter cruzam, sem perder a identidade de cada uma delas, tampouco seus objetivos próprios. O trabalho qualitativo é a busca por respostas para questões e indagações relativas ao “universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo, 2007, p. 21), que, no presente trabalho, diz respeito ao problema levantado em relação ao protagonismo das mulheres da Rede Um Grito Pela Vida em um ambiente machista, no caso em questão, a Igreja Católica. A resposta ao problema da pesquisa encontrar-se-á nas contribuições subjetivas advindas das respostas e análises das ações das integrantes da referida organização.

Ainda sobre a abordagem qualitativa, Minayo (2007), afirma que ela é dividida em três etapas ou fases: exploratória, trabalho de campo e análise.

1ª Fase - Exploratória: É a delimitação do objeto de estudo, do discurso teórico, a escolha dos pressupostos metodológicos e as definições de um cronograma. É a fase preparatória para que o pesquisador possa ir *in lócus* da pesquisa.

2ª Fase - Trabalho de campo: É o momento da coleta de dados para responder ao problema da pesquisa por meio de “instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e interlocução com os pesquisados, levantamento de material documental e outros” (Minayo, 2013, p. 26). É nessa fase, também, que se confrontam os dados com as hipóteses, as quais podem ser confirmadas ou não de acordo com o fundamento teórico.

3ª Fase - Análise do material para formulação dos dados: é o momento do tratamento dos dados, ou seja, de analisá-los, fazendo interpretações e inferências, organizando-os em categorias, unidades, e outros, em concordância com os objetivos e as finalidades da pesquisa em foco, fundamentadas teoricamente. A análise dos dados permite, ainda, a ampliação de contextos para além do que é identificado na superfície dos fenômenos.

Conforme o mapa da Figura 7, a Rede está presente em 22 estados do país mais o Distrito Federal e ausente apenas em 4 estados brasileiros: Amapá, Tocantins, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo.

A organização da Rede no território brasileiro se dá por meio de regionais e núcleos. Cada região tem uma representante em Brasília e cada núcleo, que são os subgrupos dentro dos estados, é representado por uma coordenadora ou coordenador. A Tabela 2, a seguir, ilustra essa divisão territorial.

Tabela 2: Distribuição dos núcleos por região do Brasil

Núcleos	Quantidades
Nordeste	12
Norte/Amazônia	11
Sudeste	03
Sul	03
Centro Oeste	02
Total	31

Fonte: Elaboração da autora (2024).

A seguir, apresentam-se os dados regionais referentes aos quantitativos de participantes mulheres e homens por estados da referida região de acordo com os que responderam à pesquisa feita pela a organização em 2023.

A Figura 8 apresenta a região Norte, ou Amazônia, como as integrantes da Rede costumam chamar, por se tratar da diversidade de povos e culturas presente nessa área.

Figura 8: Dados da Região Norte

Estado	Respostas	Mulheres	Homens	Religiosas (os)	Leigas (os)
Acre	6	6	0	3	3
Amazonas	34	33	1	12	22
Pará	4	4	-	4	-
Rondônia	5	5	-	3	2
Roraima	4	3	1	3	1
Totais	53	51	2	25	28



53 participantes
11 Núcleos

Fonte: Elaboração da autora (2024).

De acordo com a Figura 8, na região Norte, são 5 Estados nos quais existem representantes da organização. A região tem 11 núcleos, que são os grupos dentro dos Estados, com um total de 53 participantes, dentre os quais 51 são mulheres leigas e consagradas e 2 são homens, sendo 1 padre.

A seguir, a Figura 9 apresenta os dados da região Nordeste.

Figura 9: Dados da Região Nordeste

Estado	Respostas	Mulheres	Homens	Religiosas (as)	Leigas (as)
Alagoas	5	2	1	-	5
Bahia	10	10	-	6	4
Ceará	14	9	5	6	8
Maranhão	7	7	1	3	4
Paraíba	11	09	2	6	5
Pernambuco	12	10	2	6	6
Piauí	8	8	-	3	5
R.G. do Norte	1	-	1	-	1
Sergipe	2	2	-	1	1
Totais	68	57	12	31	37



68 Participantes
12 Núcleos

Fonte: Elaboração da autora (2024).

Na região Nordeste, a Rede tem representação em todos os Estados, formando um total de 12 núcleos com 68 participantes, sendo 57 mulheres e 12 homens.

Em seguida, a Figura 10 apresenta os dados da região Centro-Oeste.

Figura 10: Dados da Região Centro-Oeste

Estado	Respostas	Mulheres	Homens	Religiosas (as)	Leigas (as)
Goiás	20	18	2	17	3
Mato Grosso	15	11	4	6	9
Distrito Federal	2	2	-	2	-
Totais	37	31	6	25	12



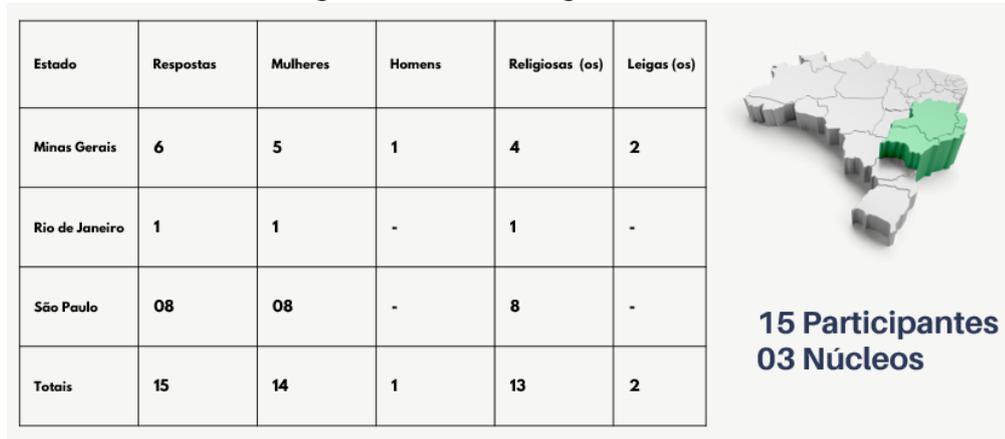
37 Participantes
02 Núcleos

Fonte: Elaboração da autora (2024).

No Centro-Oeste, são 3 Estados com representação da organização Rede Um Grito pela Vida, porém com apenas 2 núcleos, o que demonstra que um desses estados não tem grupos estruturados, mas somente pessoas representantes. São 37 participantes nessa região, dentre os quais 31 são mulheres e 6 são homens.

Dando prosseguimento, a Figura 11 apresenta os dados da região Sudeste.

Figura 11 Dados da Região Sudeste

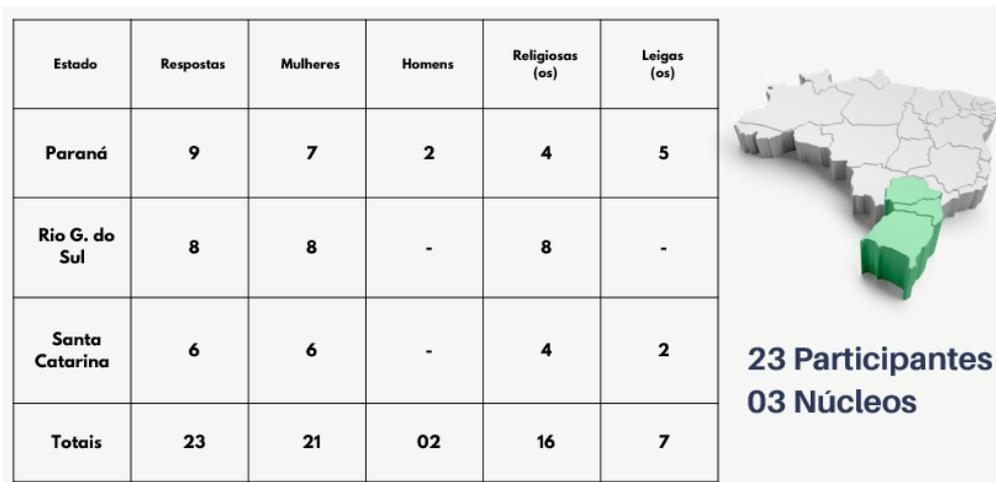


Fonte: Elaboração da autora (2024).

Na região Sudeste, dos 4 estados a Rede só tem representação em 3 deles, nos quais há apenas 3 núcleos com 15 participantes: 14 mulheres, dentre as quais 13 são religiosas, e um homem apenas.

Por fim, a Figura 12 apresenta os dados da região Sul.

Figura 12: Dados da Região Sul



Fonte: Elaboração da autora (2024).

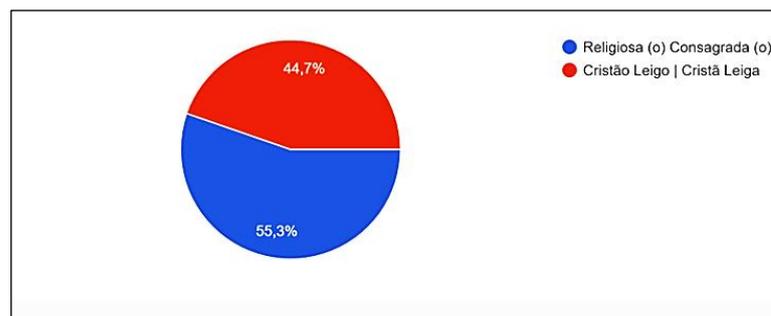
Na região Sul, a Rede tem representação nos 3 Estados, nos quais verifica-se a existência de 3 núcleos com um total de 23 participantes, sendo 21 mulheres e 2 homens.

Os dados da Rede Um Grito pela Vida, coletados internamente pela organização, relativos às 5 regiões do Brasil demonstraram que a participação feminina é massiva, ou seja, as mulheres são a maioria e a participação masculina é muito pouca, principalmente no que se refere aos padres e bispos da Igreja Católica. Inclusive não há nenhum representante desta última categoria. O quantitativo de participante desta pesquisa, envolvendo as cinco regiões, foi de 196 pessoas dentre os quais são 173 mulheres (88,27%) e 23 homens (11,73%).

Essas mulheres pertencem a duas categorias dentro da Igreja Católica, que são as religiosas, freiras, aquelas que estão ligadas diretamente a uma instituição religiosa, e a segunda categoria é das/dos leigas/os, que, na linguagem católica, são aquelas que não pertencem a nenhuma instituição religiosa dentro da igreja, mas que desempenham algum outro papel nas pastorais.

As mulheres religiosas membros da Rede Um Grito Pela Vida provêm de 56 congregações religiosas, que desempenham papéis diversos tanto no interior da Igreja Católica como na sociedade em geral. Com isso, as integrantes religiosas/os são a maioria, mas o percentual em relação às integrantes da categoria leigas/os não apresenta grande diferença, como mostra o gráfico da Figura 13 a seguir.

Figura 13: Porcentagem de mulheres por categoria



Fonte: Elaboração da autora (2024).

A apresentação detalhada da organização Rede Um Grito Pela Vida feita neste item é uma tentativa de demonstrar como ela está organizada no território brasileiro, em relação aos membros, quem são essas atrizes e atores que compõem o cenário e o dia a dia dessa iniciativa. Outro ponto importante para esse demonstrativo é esclarecer o local de onde os dados foram colhidos para a concretização do presente estudo, uma vez que as entrevistadas pertencem essas regiões e territórios do Brasil.

4.2 RECRUTAMENTO DAS ENTREVISTADAS

A seleção das mulheres que seriam entrevistadas se deu do seguinte modo: inicialmente foi feito contato com a coordenadora nacional da organização, Irmã Isabel do Rocio, via WhatsApp, à qual foi apresentada a proposta da entrevista, como subseqüente envio do formulário com as perguntas que seriam feitas às integrantes da Rede por meio do Google Forms, solicitando autorização pra aplicá-lo. Ela aceitou prontamente e disse que indicaria alguns nomes e contatos, caso fosse de interesse da pesquisadora, o que foi aceito de imediato.

Aos nomes e contatos indicados foram acrescentados outros nomes dos quais foram selecionados aleatoriamente alguns por estados e regiões diferentes. Esse foi o critério principal: não serem todas do mesmo estado ou região, mas ter, pelo menos, uma de cada lugar. Depois de selecionados os nomes e os lugares, deu-se início ao contato com cada uma via WhatsApp, lançando o convite a participarem da pesquisa e explicando como esta se daria. Foi um total de 25 mulheres contatadas, das quais a maior parte aceitou prontamente, uma pequena parte pediu um tempo para decidir e algumas não responderam ao contato.

Das 25 mulheres contatadas, apenas 15 aceitaram participar da pesquisa, e as que se recusaram a participar, não justificaram os motivos da recusa. Destas 15 respondentes, 12 foram destinadas a responder o questionário via Google Forms e 3 foram entrevistadas via plataforma Google Meet, ou seja, *online*. O critério para esta divisão foi devido ao fato de essas três terem maior tempo de atuação na organização e por uma delas ter participado da fundação do grupo pesquisado.

É importante ressaltar que “a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (Bouer, 2008, p. 68). Nesse sentido, os números não são tão importantes quanto os são para a pesquisa quantitativa, sem os quais esta última não poderia acontecer. O que está imbricado nesse processo da pesquisa qualitativa, e especificamente no caso do estudo presente, é apresentar a diversidade de olhares e respostas sobre uma mesma questão, o que dá a possibilidade de verificar as intersecções culturais, regionais e de religião nas respostas das mulheres entrevistadas.

4.3 A METODOLOGIA DA ANÁLISE DE CONTEÚDO NA PERSPECTIVA DE BARDIN

A técnica de Análise de Conteúdo teve como precursor o sociólogo e cientista político Harold Laswell, por volta de 1915, nos Estados Unidos, com o objetivo de verificar o

comportamento estratégico de alguns países em relação aos procedimentos da análise de imprensa e de propagandas. Contudo foi Laurence Bardin, professora-assistente de Psicologia na Universidade de Paris, que o tornou popular, sendo utilizado por muitas áreas do conhecimento. A análise de conteúdo é um método investigativo em aperfeiçoamento, com foco nas comunicações de massas, que analisa uma diversidade de conteúdo.

Essa técnica analisa a comunicação de diversas fontes de informações, como, por exemplo, discursos políticos, notícias de jornais, relatórios, entrevistas, cartas, anúncios publicitários, filmes, fotografias, imagens, vídeo, biografias e relatos autobiográficos e, na atualidade, os conteúdos das redes sociais. Nas palavras da autora, a Análise de Conteúdo pode ser definida como: “Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (Bardin, 1977, p. 42), considerando tanto a postura do pesquisado quanto a do pesquisador.

Nessa perspectiva, Bardin (1977, p. 39) afirma que o analista é como um arqueólogo:

Trabalha com vestígios: [...]. Mas os vestígios são a manifestação de estados, de dados e de fenômenos. [...], o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula, para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo. Tal como um detetive, o analista trabalha com índices cuidadosamente postos evidência por procedimentos mais ou menos complexos.”

Em consonância à perspectiva de Bardin, o economista político Martin Bauer afirma o seguinte, sobre a referida técnica:

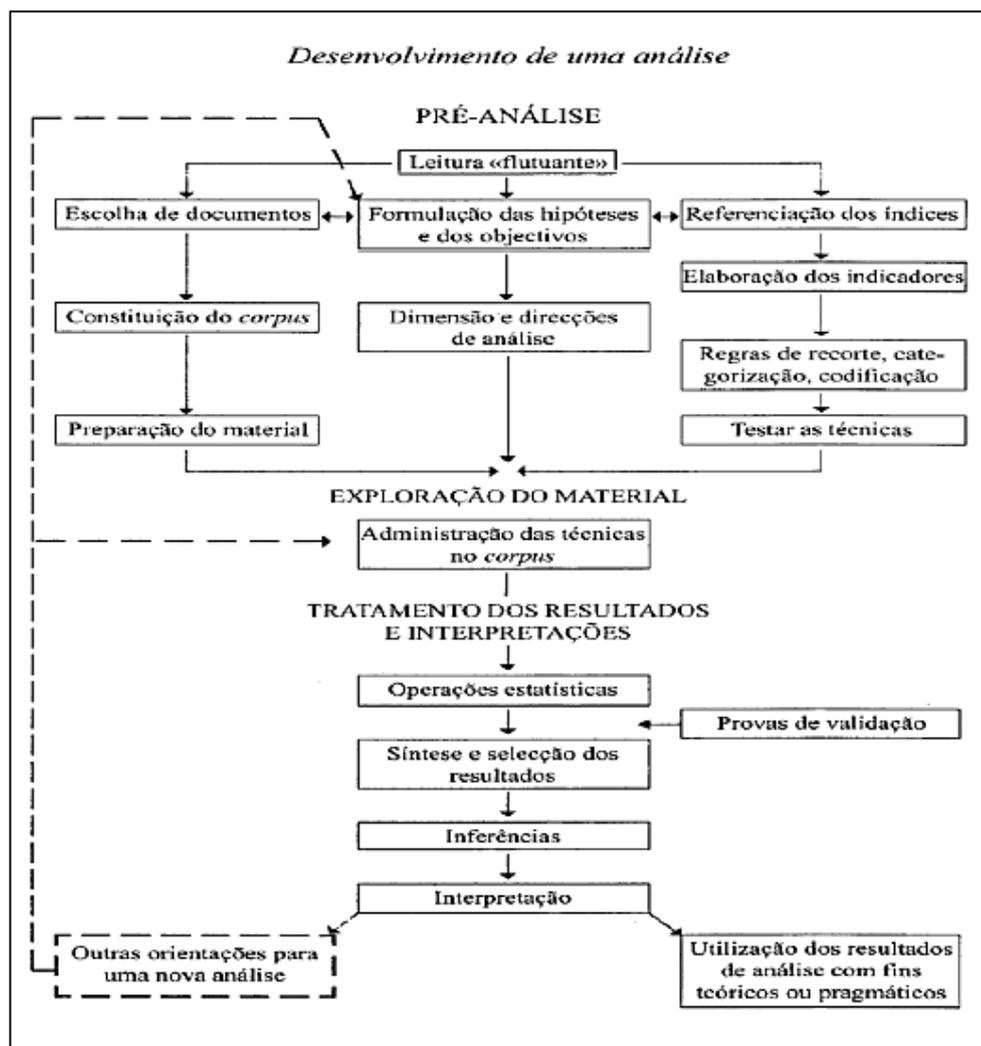
É uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetiva. Este contexto pode ser temporariamente, ou em princípio, inacessível ao pesquisador. A AC muitas vezes implica em um tratamento estatístico das unidades de texto. Maneira objetivada se refere aos conjuntos sistemáticos, metodicamente explícitos e replicáveis: não sugere uma leitura válida singular dos textos. Pelo contrário, a codificação irreversível de um texto o transforma. A fim de criar nova informação desse texto [...] A validade da AC deve ser julgada não contra uma ‘leitura verdadeira’ do texto, mas em termos de sua fundamentação nos materiais pesquisados e sua congruência com a teoria do pesquisador, e à luz de seu objetivo de pesquisa. Um corpus de texto oferece diferentes leituras, dependendo dos vieses que ele contém (Bauer, 2008, P.191)

De acordo com Bardin, para a realização da técnica, é preciso obedecer a algumas etapas ou procedimentos básicos caracterizados como pré-análise, que dizem respeito à escolha dos

documentos, à formulação das hipóteses e dos objetivos, à referenciação dos índices e à elaboração de indicadores, como também à preparação do material. A segunda etapa é a análise do material ou exploração do material, o qual será codificado em unidades de registros como, por exemplo, palavra, tema, personagem e outros, formando assim, categorias por significados semânticos. Já a terceira etapa diz respeito ao tratamento dos resultados, às inferências e à interpretação.

Na Figura 14, a seguir, apresenta-se um esquema criado pela própria Bardin na qual é possível visualizar a técnica de AC de modo mais sistematizado, claro e evidente.

Figura 14: Esquema do desenvolvimento da Análise de Conteúdo



Fonte: Bardin (1977).

A partir da análise do esquema da Figura 14, pode-se perceber o rigor no qual consiste a veracidade do método. É a partir destas premissas que a presente pesquisa se propõe analisar o conteúdo da organização Rede Um Grito Pela Vida, categorizado conforme os objetivos deste

trabalho que é a verificação do protagonismo das mulheres da referida organização dentro da Igreja Católica a partir de suas práticas.

4.4 DADOS DA PESQUISA

Para a coleta de dados, foi adotada as técnicas de entrevista e questionário, com perguntas semiestruturadas (APÊNDICE A) a respeito das mulheres, sua atuação dentro da Igreja Católica, como também a relação da Rede Um Grito Pela Vida com as lutas e o protagonismo das mulheres na perspectiva religiosa e social. As entrevistas aconteceram no formato *online*, com as primeiras integrantes e fundadoras da organização; já o questionário foi elaborado no formato remoto: as selecionadas receberam o *link* do formulário do Google Forms e respondiam as perguntas por esse aplicativo.

As perguntas serviram como roteiro de orientação da conversa com as entrevistadas no formato *online*, mas buscou-se flexibilizar as perguntas para que não fosse algo mecânico. Apesar de ter sido solicitado também que ficassem livres para responder, pois não eram obrigadas a seguir a sequência das perguntas, todas optaram por responder de modo sequencial, e, nessa dinâmica, outras questões foram surgindo em relação ao tema e outras contribuições também foram acrescentadas por parte das entrevistadas. Foi um momento muito agradável e produtivo no que diz respeito aos objetivos da pesquisa.

No tocante aos questionários, a dinâmica foi outra, uma vez que não houve contato ao vivo com as respondentes. A comunicação foi realizada via mensagens de WhatsApp e e-mail, o que não permitiu que fosse possível a percepção de alguns detalhes dos entrevistados, como, por exemplo, expressões faciais e corporais.

O objetivo de utilizar essas técnicas de pesquisa foi o de identificar o protagonismo das integrantes da organização em relação à estrutura patriarcal e machista da Igreja Católica e verificar como elas se veem e se compreendem nessa dinâmica. Conforme Bauer (2008, p. 65), “a entrevista qualitativa fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação”. Nessa perspectiva, tanto as entrevistadas no formato *online* como as respondentes do questionário trouxeram, em suas falas, respostas sobre essas relações entre o objeto de pesquisa e os atores envolvidos, neste caso, a relação Mulher-Igreja Católica-Protagonismo.

É importante ressaltar que, antes das entrevistas e no ato do envio do questionário, foi explicado às participantes da pesquisa que elas não eram obrigadas a participar não quisessem,

como também esclarecidos os objetivos do estudo, a metodologia e a garantia da preservação da identidade de todas as participantes. Após esses procedimentos, foi perguntado se havia alguma dúvida em relação ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –TCLE (APÊNDICE B) e, em seguida, foi solicitada a assinatura das participantes. Só então, deu-se início às entrevistas, que tiveram duração de 25 a 30 minutos. Apesar de terem acontecido de modo *online*, não foi possível, devido a problemas técnicos, a gravação do vídeo das entrevistas, só dos áudios, que foram transcritos (APÊNDICE C). Em relação ao questionário via Google Forms, foi estabelecido um prazo para a entrega destes.

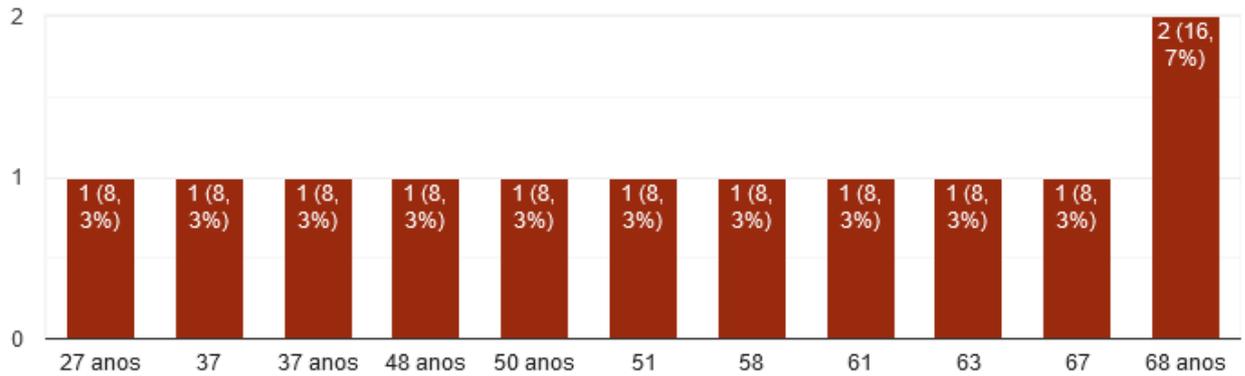
Após o recebimento das respostas do questionário e da transcrição das entrevistas, o material foi organizado para os procedimentos analíticos futuros. A organização se deu primeiro por questões, ou seja, todas as respostas de uma mesma pergunta foram compiladas em um mesmo documento. O formulário digital com as respostas do Google Forms realizou essa operação automaticamente, enquanto que as respostas das entrevistas foram agrupadas manualmente. Um segundo procedimento foi a criação de categorias de frases e palavras relativas aos objetivos da pesquisa para compor a base de análise dos dados. Ressalta-se que todas as respostas foram analisadas, contudo o foco foi naquelas mais relacionadas ao problema da pesquisa: a situação da mulher na Igreja Católica e como se dá o protagonismo delas em relação ao machismo estrutural no interior da referida igreja.

4.5 PERFIL DAS PARTICIPANTES

Nesta seção, apresentam-se algumas características das mulheres participantes da pesquisa que responderam ao questionário pelo formulário digital. De acordo com o que foi explicado na seção anterior, a organização desses dados foi feita pela própria plataforma do Google Forms, a partir das informações fornecidas pelas participantes ao responderem o questionário *online*. As informações que se seguem a respeito do perfil das respondentes são relativas a idade, escolaridade, profissão, cidade/estado em que vivem.

A Figura 15, na página a seguir, diz respeito à idade das participantes.

Figura 15: Gráfico da faixa etária das participantes



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Conforme o gráfico da Figura 15, a média de idade das integrantes da Rede Um Grito Pela Vida, participantes da pesquisa, varia entre 27 e 68 anos, e duas dentre elas tem a mesma idade de 68 anos. Essa diversidade de idades, de gerações pertencentes à organização, dá a possibilidade de obter vários pontos de vistas sobre o tema a partir de suas próprias experiências, o que é muito positivo e enriquecedor para a pesquisa.

O Quadro 1, a seguir, traz os dados sobre a escolaridade das participantes.

Quadro 1: Respostas sobre o nível de escolaridade das participantes da pesquisa

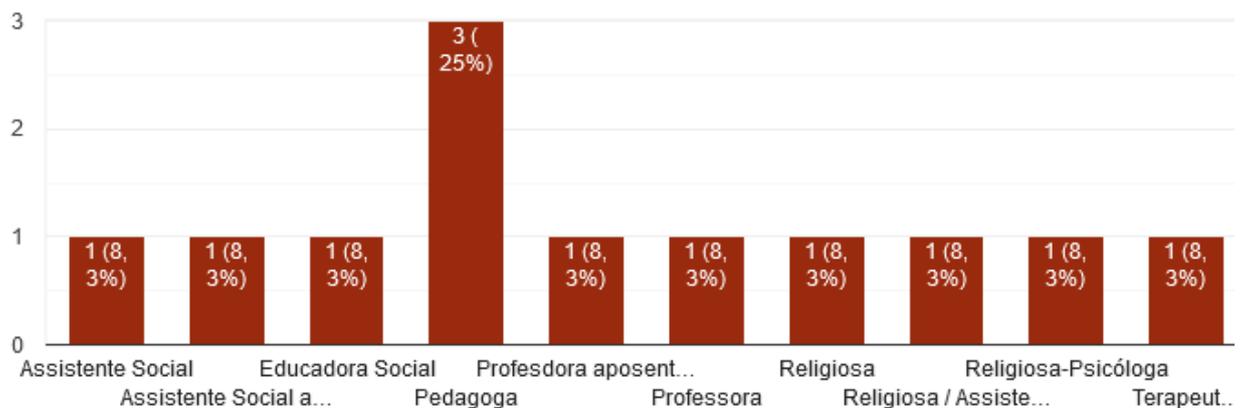
Cursada em teologia e Ciencia dad religioes
Nivel Superior
Superior
Ensino superior
Terceiro Grau
Ensino superior completo
Superior Completo
Estudos superiores
Doutorado
Graduação em Serviço Social
Superior completo
Superior completo

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

De acordo com as informações presentes no Quadro 1, nos quesitos escolaridade, todas as participantes têm ensino superior completo, habilitadas nos diversos cursos das ciências humanas, sendo que uma delas possui formação em Ciências da Religião. As respondentes das entrevistas também têm formação superior, nas áreas da Teologia, Ciências da Religião e psicologia. O fato de todas possuírem nível superior demonstra que o perfil dessas mulheres é de pessoas mais esclarecidas.

A seguir, a Figura 16 traz os dados sobre a atuação profissional das participantes.

Figura 16: Profissões das participantes



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No que diz respeito às profissões, como se apresenta na Figura 16, duas das participantes trouxeram o fator religioso antes do profissional, e uma delas colocou a questão do ser religiosa como se fosse uma profissão também. Além disso, são três assistentes sociais, uma educadora social, duas professoras, uma pedagoga, além de uma psicóloga e uma terapeuta ocupacional.

Esses dados demonstram que, em suas profissões, as participantes têm uma atuação social muito presente, informação importante para as análises desenvolvidas nesta pesquisa.

Na sequência, a Figura 17, apresenta os dados sobre onde vive as participantes.

Figura 17: Localidade das participantes da pesquisa – Quantidade por região

Juazeiro - Bahia
São Paulo /SP
Fortaleza- Ceará
São Luís-MA
Rio Negro. Pr
Manaus/AM
Barbacena- MG
Brasília-Acre
Joao Pessoa/PB
Goiânia/GOIÁS
Areia - Paraíba
Aracaju



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Como previsto neste trabalho, as mulheres participantes da pesquisa e integrantes da Rede Um Grito pela Vida são de várias partes do país, e há, pelo menos, uma representante de cada região (Figura 17). Essa possibilidade de contato com representantes de cada região e de variados estados abre a possibilidade de uma visão panorâmica de como a organização está estabelecida no território brasileiro, além de oferecer perspectivas, experiências e pontos de vistas culturais diferente das mulheres participantes.

5 VOZES FEMINISTAS NO CONTEXTO MACHISTA DA IGREJA CATÓLICA: ANÁLISE DE DADOS

*Um grito pela vida, tão sofrida quero ouvir, milhares de outras vozes,
solidárias vão se unir... (Refrão do hino da Rede um Grito Pela Vida).*

Os dados apresentados a seguir são provenientes do questionário respondido de forma remota por doze mulheres integrantes da Rede Um Grito Pela Vida, residentes em diversas partes do Brasil, assim como das entrevistas feitas no formato *online* com uma das fundadoras e outras duas primeiras integrantes da organização. Foram três as participantes das entrevistas, mas só foi possível trabalhar com os dados colhidos de duas entrevistadas, visto que uma das entrevistas foi perdida devido a problemas técnicos. Contudo essa terceira entrevista não foi totalmente perdida porque as informações presentes nela foram contempladas e reafirmadas nas respostas das demais participantes.

Depois de colhidos, os dados foram organizados e categorizados para análise conforme propõe Bardin (1977), ao definir codificação como a transformação, por meio de recorte, agregação e enumeração, com base em regras precisas sobre as informações textuais, representativas das características do conteúdo.

Partindo desse princípio, os textos dos questionários foram recortados em unidades de registro e organizados por temas pertinentes aos objetivos do presente trabalho, que é a investigação do protagonismo das mulheres da Rede Um Grito Pela Vida na Igreja Católica. Através desse “processo indutivo ou inferencial, procura-se não apenas compreender o sentido da fala dos entrevistados, mas também buscar-se-á outra significação ou outra mensagem através ou junto da mensagem primeira” (Fossá, 2003, p. 117). Assim, segundo Souza Júnior, Melo e Santiago (2010), “a análise dos dados, ainda que não se dissocie das demais fases, tem como objetivo compreender o que foi coletado, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e ampliar a compreensão de contextos para além do que se pode verificar nas aparências do fenômeno”. Essas perspectivas apareceram de modo gradativo na análise.

Para o trabalho de análise dos dados, foram estabelecidas três categorias, palavras-chave, extraídas das perguntas e das respostas dos questionários e das entrevistas, como mostrado no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2: Categorias para análise

Mulher e Igreja Católica.
Machismo e patriarcado.
Feminismo e protagonismo

Fonte: Elaboração da autora (2024).

Dentre as muitas palavras que compuseram as respostas das mulheres, as destacadas no Quadro 2 apareceram em muitas das respostas, mesmo quando as perguntas não tinham relação direta com essas palavras. Outro motivo para escolha dessas palavras-chave é a estreita relação com a temática e os objetivos da pesquisa. Vale ressaltar que, dentre as seis palavras destacadas, duas delas se repetiram com mais frequência, “Machismo” e “Autonomia”, o que já se evidencia uma dialética entre essas palavras.

Anterior ao processo de categorização, foi realizada uma leitura flutuante e exaustiva do material na perspectiva da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). Como supracitado, a plataforma utilizada para a coleta de dados dos questionários já traz as respostas de cada questão agrupadas (APÊNDICE 3), o que facilita a comparação e a análise, diminuindo, assim, o trabalho do pesquisador, que teria de fazer esse agrupamento de respostas manualmente.

As categorias estabelecidas no Quadro 2 foram desenvolvidas em tópicos, contendo fragmentos das falas das participantes da pesquisa e a análise decorrente dessas falas referentes a cada categoria. A proposta deste tópico é apresentar o que foi colhido das mulheres integrantes da Rede no sentido deixá-las falar de si, de suas vivências e experiências em relação às categorias estabelecidas para análise, na busca de entender, a partir desses relatos, essa relação na prática. Para apresentar as falas das mulheres da Rede, serão empregadas as letras MR, significando “Mulher Rede”, seguidas de um número para as respondentes do questionário, e E1 e E2 para as participantes das entrevistas, de modo que a identidade das participantes da pesquisa fica resguardada.

5. 1 MULHER E IGREJA CATÓLICA.

O pano de fundo da problemática desta pesquisa está intimamente ligado com essa relação entre a figura mulher e a Igreja Católica, partindo da organização Rede Um Grito Pela Vida. A ideia é entender como as mulheres católicas se percebem nessa dinâmica,

especificamente as mulheres integrantes desse grupo dentro da Igreja Católica. Ao falar do pensamento crítico relativo aos assuntos da fé e da religião, Gebara (1994, p. 09) afirma que “as instituições religiosas muitas vezes desenvolveram em nós esse medo e aprisionaram a nossa capacidade de pensar criticamente ‘as coisas da nossa fé’”.

As primeiras perguntas do questionário foram: Como conhecerem a organização? Porque decidiram fazer parte do grupo? A maioria das participantes conheceu a organização através dos encontros da CRB, e apenas duas tomaram conhecimento por meio da Campanha da Fraternidade de 2014, que tratou da temática, como explicado no capítulo 2. Sobre os motivos que as levaram a permanecer, a resposta foi justamente a identificação com a situação das mulheres traficadas. Essa identificação pode ser verificada nas respostas a seguir:

Quando tomei conhecimento que as mulheres, eram as vítimas principais de tráfico, me identifiquei com esta missão e senti um forte apelo pra entrar nesta luta. No começo era tudo muito escondido. Havia muito medo por parte de algumas religiosas. Buscar a dignidade da mulher, é conquistar seu próprio protagonismo (MR 1).

Por me identificar com a causa – defesa da vida e dignidade da mulher (MR 2).

Porque senti uma inquietação dentro de me e percebi que Deus estava me mostrando uma missão de defender a vida, não podia nem pensar que pessoas fossem tratadas como mercadoria (MR 11).

Os fragmentos acima já oferecem um ponto de reflexão sobre a percepção que essas mulheres têm do sofrimento de outras que elas não conhecem, que podem estar a milhas de distância, mas que, nem por isso, esse sofrimento deixa de ser capitado e sentido pelas mulheres da Rede, em uma perspectiva sororal e religioso, quando diz ser um chamado divino.

Quando questionadas a respeito da condição da mulher na Igreja Católica, em relação aos mesmos direitos, a resposta foi um Unânime: “NÃO”. Todas demonstraram, em suas respostas, que compreendem muito bem as relações de desigualdades das mulheres dentro da Igreja Católica.

A participação das mulheres na Igreja católica é bonita. Elas têm espaço para assumir alguns ministérios. Porém, o machismo ainda é muito forte. As decisões, cabem aos homens (MR 1).

Infelizmente não, há um longo caminho a percorrer... Temos uma vantagem, Apoio do Papa Francisco! (MR 2).

São duas as percepções dessas mulheres a respeito do seu lugar dentro da religião católica: a primeira é a de que os lugares de decisões pertencem aos homens, e a segunda é a de que, apesar de todo trabalho que desenvolvem, estão longe de alcançar essa equidade de gênero

nessa instituição. Apesar de a liderança maior da Igreja, o Papa Francisco, mostrar-se favorável à causa das mulheres e até proferir discursos em defesa dessa igualdade, não é promessa que as mulheres católicas serão tratadas por igual em relação aos homens, a começar pela ocupação dos lugares de poder.

No fragmento a seguir, chama a atenção a palavra *submissão* contraposta com as palavras *coragem e ousadia*.

A mulher em geral no serviço dentro da Igreja católica, apesar dos avanços que tem dado, ainda é muito submissa. Contudo as mulheres têm demonstrado, capacidades de dar o melhor de si, com coragem e ousadia, isto de modo muito claro dentro da Rede um Grito Pela Vida, em defesa da vida de tantas mulheres que em qualquer situação de vulnerabilidade se encontre. Não tem os mesmos direitos, apesar dos esforços do Papa Francisco (MR 3).

Essa contraposição demonstra que as mulheres se percebem submissas, porém corajosas e ousadas ao mesmo tempo. A submissão diz respeito aos serviços dentro da religião católica; já a coragem e a ousadia, segundo dão a entender, ocorrem fora dela, ao falar na defesa das mulheres traficadas.

Os próximos fragmentos abordam a complexidade da que é a relação da mulher x Igreja Católica,

Não tem os mesmos direitos que os homem. Fica sempre na sombra dos homem (MR 4).

Infelizmente a igreja é um dos espaços mais atrasados na questão das Mulheres, falta dar voz e lugar. Especialmente nos espaços decisórios de poder (MR 5).

Acredito que não, há ainda muito machismo, padres que abusam moralmente de suas secretarias . Avaliam que precisamos ainda combater muito o clericalismo e assim dar visibilidade a participação das mulheres (MR 6).

Pelos relatos, infere-se que, uma vez que a religião católica é transpassada por questões de abusos, machismo, clericalismo em relação à mulher, esses temas demandam enfrentamento e superação para que as mulheres sejam vistas na mesma proporção que homens, com o mesmo valor e apreço.

Sobre o papel da mulher nas atividades desenvolvidas dentro da igreja, destaca-se o excerto a seguir:

Não... Vai se fazendo um caminho, porém a nossa igreja é muito hierárquica, o ministério está reservado aos homens, e nem sequer o diaconato está aprovado para as mulheres, embora muitas vezes... fazemos as mesmas coisas que um diácono. Somos reconhecidas em papéis secundários (mas o povo reconhece mais a missão e serviço da mulher) (MR 7).

A partir desse fragmento, é possível verificar que os papéis secundários são destinados às mulheres dentro da religião, como é o caso de não serem equiparadas a um diácono, mesmo fazendo desempenhando as mesmas funções. O diácono compõe a hierarquia da Igreja Católica, enquanto as mulheres, na condição de religiosas, não podem ser inseridas e contadas, ou seja, não têm o mesmo reconhecimento só pelo fato de serem mulheres. Assim, como bem afirmou uma das participantes, as mulheres dentro da Igreja Católica: “São excluídas, subalternizadas e as vezes, invisibilizadas” (MR 8).

Na fala da (MR9), mostram-se outras dinâmicas de relações, a sinodalidade, que é uma proposta do Papa Francisco para o sínodo dos bispos, como uma tentativa de mostrar que não devia haver diferenças entre os membros da Igreja. Este é um termo muito usado pelo Santo Padre na condução da Igreja, para motivar o espírito de unidade do povo cristão. O desejo fundamental é de evidenciar a necessidade de todos caminharem juntos, com objetivos comuns na construção do Reino de Deus. Porém uma ala da Igreja se sente incomodada em relação à forma como o Papa tem tratado questões emergentes da cultura moderna.

Nós estamos em tempo de sinodalidade, falamos bastante em relações circulares e em equidade, desde o Concílio Vaticano II, a Igreja Católica tem ensaiado algumas mudanças significativas, o Papa Francisco tem insistido nesse tema da participação das mulheres na Igreja. Mas, ainda temos muito a avançar. Na verdade, o modelo de Igreja que temos hoje, o vejo distante do modelo das primeiras comunidades cristãs, onde mulheres e homens se relacionavam de forma mais circular. Não é à toa que o Papa Francisco está propondo uma volta às fontes com o tema da sinodalidade que não é novidade, mas é uma retomada da forma como Jesus nos ensinou a viver. No modelo paroquial de Igreja, eu considero que o papel de nós mulheres não têm sido reconhecido, sobretudo no que diz respeito às tomadas de decisão, no entanto, no modelo das CEBs, Igreja Povo de Deus, como nos orientam os documentos Conciliares e pós-conciliares do Vaticano II, as relações são mais igualitárias e sinodais, respeitando a diversidade. Nas CEBs, nós mulheres somos respeitadas, tomamos decisões juntos: mulheres, homens, crianças, idosos... Mas, a Igreja Católica ainda é uma Igreja de modelo patriarcal, machista, com muitos preconceitos contra nós mulheres, haja visto que ainda detém nas mãos dos homens Ministérios que nós mulheres podemos exercer muito bem, como, por exemplo, o Sacerdócio. Nós, mulheres, somos privadas do sacramento do Sacerdócio. Para nós, só 6 são permitidos. Estranho, né? Na Rede Um Grito pela Vida, nós optamos pelas relações de sinodalidade... (MR 9).

Conforme exposto na fala da (MR 9), existem relações de igualdades entre os integrantes de alguns organismos da igreja, como é o caso das CEBs (Comunidades Eclesiais de Bases), organizações que já trazem em suas bases os princípios de liderança participativa e sinodalidade. Dessa forma, verifica-se a viabilidade de um modelo de igualdade nas atividades

paroquiais que respeita as diferenças e promove a equidade, conforme sugerido pelo Papa Francisco.

Depois de questioná-las a respeito dos mesmos direitos entre homens e mulheres na Igreja Católica, uma segunda pergunta as interrogava: se elas, enquanto mulheres atuantes na referida igreja, sentiam-se valorizadas dentro dela por parte da hierarquia, referindo-se aos homens, padres, bispos, seminaristas, diáconos. Como anteriormente citado, o que esta pesquisa propõe é dar espaço para que as mulheres falem sobre o viver e o sentir delas dentro da Igreja Católica, de modo que elas não falem sobre, mas de si mesmas.

5.2 MACHISMO E PATRIARCADO

Essa segunda categoria foi estabelecida pelo fato de essas duas palavras aparecerem na fala da maioria das entrevistadas. Isso leva a inferir que essas mulheres estão cientes das implicações do machismo e do patriarcado nas relações interpessoais na Igreja Católica como um todo, uma vez que “os homens da instituição religiosa, em nome da tradição submetem as mulheres e estas se submetem, muitas vezes com evidente prazer, à mesma domesticidade vivida no lar” (Gebara, 1990, p. 23). Contudo, para as mulheres da Rede Um Grito Pela Vida, essa submissão já está sendo desconstruída, a começar pela mudança de pensamento a esse respeito, como expressa a entrevistada E2.

Dentro da Igreja Católica não existe essa valorização, esse dar lugar que tem a mulher religiosa dentro da igreja, não tem, infelizmente nós não temos. [Concluiu com ênfase na voz]. Podem enfeitar como quiser, mas na prática é a gente que sabe. Agora, tem tentativas, mas é muito pouco, precisa muito ainda. Está caminhando, no início. [A entrevistada falou com tom bem humorado] Eu estava pensando que vai acontecer o que aconteceu com Eva que comeu o fruto proibido e daí surgiu algo novo. Acho que nós também precisamos fazer alguma coisa, comer alguma maçã para sermos vistas e reconhecidas. Na verdade, temos muito poder, mas não sabemos, não temos consciência, porque nos amarram muito. São anos, séculos de apagamento da nossa história, da nossa essência de mulher.

A fala de E2, ao relacionar a situação das mulheres da Igreja Católica com o mito da desobediente Eva, descrito no texto bíblico (Gn 2.16s), a respeito da árvore do conhecimento do bem e do mal no jardim do Éden, traz à mente a frase do psicanalista Melanie Klein (1996) ao afirmar que quem come do fruto do conhecimento é expulso de algum paraíso. Assim, dessa fala emerge uma profunda consciência do silenciamento e do apagamento das mulheres dentro da Igreja católica, frutos da cultura machista e patriarcal que perpassa nossos dias, como o fez em outros tempos.

Nessas mesmas perspectiva e consciência, a entrevistada de número 1 (E1), quando questionada a respeito das possíveis causas que levaram as mulheres de modo geral a essa condição inferior aos homens, afirma que:

as mulheres historicamente eram mais vulneráveis no trabalho porque não trabalhavam fora, eram só do lar, na educação os meninos estudavam, as meninas não precisavam estudar. Então esse déficit histórico que nos colocou sempre em uma situação subalterna de cidadania, eu costumo dizer uma sub cidadania ou não cidadã em alguns momentos. É uma causa histórica que junto com a vulnerabilidade e posição subalterna em relação à outra parcela da humanidade que são os homens transformou-se um dado cultural naturalizado. É natural que seja assim, que as mulheres existam para servir, que as mulheres existam para ajudar, que as mulheres existam para sustentar a família, que as mulheres para servir ao homem como objeto de casa, mesa e cama. Esse dado se tornou uma cultura, nesse sentido, além da condição subalterna a mulher foi transformada em um objeto de serviço. E essa cultura que nós chamamos de patriarcado, que está em todas as culturas foi naturalizada, normalizada por homens e mulheres, isso porque historicamente a mulher acreditou que era mesmo assim, que é do destino. Eu costumo dizer que a cultura, o contexto criou as desigualdades sócio históricas. A cultura nos fez acreditar que isso é dado e a religião por sua vez, muitas vezes abençoou isso, ou seja, sacralizou.

Percebe-se aqui duas grandes barreiras que impedem a igualdade entre homens e mulheres em todas as esferas sociais. A primeira é a naturalização da subcidadania na qual as mulheres foram enquadradas, como bem descreveu a entrevistada. A segunda, a mentira imposta pelo patriarcado na qual a grande parcela das mulheres do mundo inteiro tem acreditado e da qual a religião católica tem sido cúmplice ao sacralizar, com seus discursos machistas, o não-lugar onde foram colocadas.

5.3 FEMINISMO E PROTAGONISMO

A palavra feminismo foi determinada como uma categoria de análise por ser uma das bases neste trabalho, uma vez que, em suas hipóteses, levantam-se questões a respeito das determinações da identidade feminista, em outras palavras, de como as mulheres se tornam ou assumem essa identidade. As perguntas sete e oito do questionário e das entrevistas interrogavam as participantes a respeito do significado do feminismo e se elas se consideravam feministas. Nas respostas das participantes fica claro que a maioria tem uma visão positiva do feminismo e se identificam como mulheres feministas. Do total, apenas uma respondeu que não se considera feminista, uma outra se diz apenas simpatizante e uma terceira mostrou-se indecisa, ao se dizer feminista em parte. Mesmo com a presença de três divergências, a pesquisa

verificou que o feminismo, no entendimento das entrevistadas, é uma ferramenta de desconstrução do patriarcado e é um modo de luta pela a igualdade de gênero.

Feminismo é um movimento social e político, que luta constantemente pela defesa da vida da mulher, sua Dignidade e Direitos ameaçados. A violência contra a mulher atinge as várias dimensões humanas. E o Feminismo tem como finalidade o seu protagonismo (MR 1).

É a luta das mulheres pela emancipação dos seus direitos, igualdade, liberdade. Ter uma vida digna perante a sociedade (MR 3).

Construção de um caminho de equidade entre mulheres e homens (MR 6).

Movimento social de luta pelo reconhecimento da equidade de gênero (RM 8).

É buscar o seu espaço frente essa sociedade machista e patriarcal, que vê a mulher em um lugar de subserviência (MR 12).

Muitas pessoas entendem o feminismo de maneira equivocada. Para mim, feminismo é a ação de empoderamento da mulher, é o caminho de defesa dos direitos da mulher ser, ter voz e vez; é o caminho para o fortalecimento de nós mulheres como cuidadoras da vida. Feminismo não é o contrário de machismo. A meu ver, feminismo é assumir o jeito próprio de mulher de ver a vida, de olhar para a realidade, de ler a Palavra de Deus na Bíblia e na vida; é assumir o seu ser mulher, sem querer incorporar o jeito masculino só para ficar igual e ter o mesmo poder. Nós mulheres, temos o nosso jeito feminino de exercer o poder e não devemos abrir mão disso. Como diz a canção: “Pra mudar a sociedade, sem medo de ser mulher”! (MR 9).

A concepção de feminismo das integrantes da Rede Um Grito Pela Vida é totalmente diferente da visão da linha conservadora da Igreja Católica, que insiste em colocar a mulher em uma condição de inferior e de restrição ao mundo doméstico, como está expresso no número 846 do documento de Puebla: “sublinhamos o papel fundamental da mulher como mãe, defensora da vida e educadora do lar”. As mulheres, mesmo dentro do trabalho religioso, têm quebrado essas gaiolas impostas pela Igreja Católica.

Eu sou feminista e exerço meu ministério, na Igreja e na sociedade como meu protagonismo feminino, mesmo que isto muitas vezes incomode. Não tenho medo de ser mulher, não busco o poder pelo poder. Luto pelo meu poder de ser gente, de ser mulher, de ser Religiosas, de manifestar minha fé e minhas ações pastorais e sociais, sem deixar de ser mulher para agradar ninguém. Ocupo meu espaço sem esperar que os homens me dêem espaço, seja na Igreja ou na Sociedade, porque o mundo é grande e tem muito espaço pra todo mundo (MR 11).

Sou simpática e apoiadora do feminismo. Mas não uma ativista do movimento. Optei por outras trincheiras ... (MR9).

Sim. Inclusive sou Teóloga Feminista (MR 6).

Sim em parte. Tem situações que talvez sim outras não. Considerar-se feminista e protagonista dentro da Igreja católica é um processo (MR3).

É possível verificar nesses trechos que, na visão das respondentes, o feminismo é um meio de construção de novas relações de equidade entre homens e mulheres.

O feminismo é o movimento de luta das mulheres para serem reconhecidas como gente, na sua identidade, na sua dignidade. É um movimento social e político de desconstrução desta lógica capitalista, patriarcal, centralizadora e dominadora. É um movimento de construção de novas relações mais equitativas entre homens e mulheres, de direitos iguais, de diferenças que não são assimétricas, de reconhecimento das diferenças (E 2).

A análise dessas falas a respeito do feminismo e da identidade feminista das participantes permite inferir que a maioria delas é feminista, visto que elas se posicionam frente às injustiças e violências sofridas pelas mulheres. Contudo, um posicionamento feminista aberto e militante contra as estruturas hierárquica da Igreja Católica não existe. A luta é na desconstrução do pensamento machista nas próprias mulheres católicas.

Nós temos lutado por uma questão e nos perguntamos como é possível, nós temos que começar dentro de casa, a gente não tem “moral” para falar de algo fora sem antes enxergar que dentro das congregações, dentro da igreja, tem opressões. Como é que nós dizemos para as mulheres fora não se deixarem enganar, que elas precisam se libertar e nós que somos religiosas e mulheres estamos também dentro de um sistema opressivo, de outro modo, mas a raiz do problema é o mesmo. Por isso temos que lutar, temos que tomar consciência da nossa realidade (E 1).

A desconstrução da mentalidade machista passa pela quebra do ícone da Virgem Maria, uma vez que, na perspectiva patriarcal da Igreja Católica, ela é o modelo a ser imitado por toda mulher uma vez que Maria “é o ícone mais perfeito da liberdade e da libertação da humanidade e do cosmos” (Doutrina Social da Igreja). Segundo Fiorenza (2009, p. 29), “Maria a serva do Senhor, pura e humilde, que se doa por completo e mãe paciente, cheia de tristezas, é pregada às mulheres como o modelo que deve ser imitado, mas nunca poderá ser alcançado”.

Para as integrantes de Rede, a imagem de nossa senhora, da virgem Maria é apresentada de modo distorcido por uma considerável parcela da Igreja Católica.

Outro dia eu escutei que nós devemos ser como Nossa Senhora, feminina e não feminista. Me deu uma raiva, [Disse com voz forte] porque nos apresenta Nossa senhora como feminina, aquela pessoa que não tinha voz, que só baixava a cabeça, que era muito terna. Ela é tudo isso, é verdade, mas não era desse modo, ela foi muito revolucionária, não que lhes tem dado essa conotação, ao contrário, isso é que os homens querem de nós, isso é o que criou e sustentou o machismo e o clericalismo até hoje. Nos ver como

femininas, coitadinhas, que não podem fazer nada, tem que ser submetida ao varão, ao homem, ao macho (E 1).

A pergunta de número quatro buscou saber dos desafios que a organização pesquisada enfrenta dentro da Igreja Católica. As ressonâncias desta pergunta podem revelar um cenário não tão novo, e até óbvio. Muitas apontaram as relações de poder, a falta de espaço dentro da instituição e o desinteresse por uma massiva parcela dos clérigos em relação à questão do tráfico de pessoas e às próprias questões de gêneros.

Diante da pergunta, a entrevistada de número 2 riu e disse:

O que é que vou dizer de desafios? Eu penso que o desafio da Rede é a prioridade de defender a vida, sobretudo a vida mais vulnerável, daquelas pessoas que são exploradas. E para isso ela tem que adentrar em temas que na Igreja Católica incomoda. Eu acho que nós precisamos ter consciência, não de brigar por brigar, mas de permanecer firmes com ética. Um dos grandes desafios é esse. Primeiro porque é uma rede de mulheres. Nós lutamos muito para ser acreditada (E 2).

A questão do espaço da organização hierárquica dentro da igreja apresenta-se até como algo pelo que não vale a pena lutar por entenderem que as estruturas estão solidificadas e não se vislumbra nenhuma perspectiva de mudanças no que diz respeito às mulheres.

A nossa condição de mulher de ser mais para o fazer do que participar das deliberações são desafios, isso na igreja hierárquica. Agora eu gosto de me entender como Igreja como povo de Deus. Daí se estou na estrutura hierárquica ou não, se estou no meio popular, social eu me sinto Igreja também. Então isso ajuda a gente como Rede. Se não conseguimos estar nos espaços mais formais e é importante estarmos nesses espaços. Mas, aí tem situações que não vale a pena gastar energia, assim partimos para outros lugares (E 2).

O maior desafio revelado nas falas das mulheres da Rede Um Grito Pela Vida se encontra no machismo e no patriarcado arraigados na Igreja Católica, que acaba configurando um obstáculo a todo progresso historicamente realizado pelas mulheres no sentido da igualdade de direito dentro da referida religião.

É uma igreja que exclui bastante, utiliza os saberes, os dons, os serviços das mulheres, mas tem dificuldades de um reconhecimento legítimo. A dimensão patriarcal é muito forte, por exemplo as teólogas feministas têm uma grande contribuição, um arsenal de conhecimentos. Elas nunca são citadas, elas nunca entram nos documentos oficiais da Igreja Católica, elas não são convidadas nem bem-vindas em muitos espaços e em alguns são até impedidas de falar. Então há um ranço em relação a isso. É assim, de um lado tem uns documentos (da Igreja Católica) que falam exaltando essa mulher abnegada, sensível, serviçal, meiga, parceira. Até tem umas coisas bonitas nos documentos oficiais, mas a questão da estrutura... questionar as estruturas, mudar os

paradigmas, compartilhar poder aí é um entrave muito grande, nossa igreja é muito patriarcal. Eu até me pergunto se dentro dessa estrutura vale a pena nós mulheres nos ascender à posse desse poder, porque ser só mulher no poder sem mudar as estruturas não adianta muita coisa. Sem dúvida o patriarcado estruturado nas relações de poder é um grande entrave para o avanço na participação das mulheres na Igreja Católica (E 2).

O que está apresentado neste capítulo não foi uma fala sobre as mulheres católicas, mas as próprias mulheres falando do lugar que conhecem, vivem e sentem em seu dia a dia. Assim, as falas das mulheres entrevistadas não são apenas discurso, mas experiência e perspectivas de fé e relação com o sagrado que perpassam a prática das mulheres dessa organização. São a expressão de mulheres que buscam a libertação de corpos escravizados e oprimidos de muitos modos e que, sem perceber ou de consciências bem despertas, se reconhecem também oprimidas e escravas de uma mentalidade e de uma cultura. E daí esboçam caminhos de libertação, no sentido do que diz Paulo Freire (2018): ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, as pessoas se libertam em comunhão.

Assim, verificou-se que, apesar de a organização não se declarar feminista, suas pautas convergem com as dos movimentos feministas mais tradicionais, com foco na justiça e no direito das mulheres, notadamente das mulheres traficadas, que têm seus corpos vendidos e escravizados por homens. Frente a essa realidade, emerge, de modo “natural”, a identidade feminista dessas mulheres, por suas consciências esclarecidas, de modo geral, por outras mulheres.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: NA VOZ DA PESQUISADORA

O caminho é a coesão entre as próprias mulheres. A mudança vai demorar, mas ela vai ser gestada por nós mesmas, não vai ser dada.
(Ir. Eurides)

O que me motivou a empreender esse trabalho foi a inquietação do meu ser mulher, católica, feminista, espremida dentro de um dogmatismo machista, excludente, no qual, por algum tempo, me sentia confortável. Porém, ao desabrochar da minha consciência, saí dessas margens estreitas para ser mais, como diz o canto de comunhão: “Deus criou o infinito pra vida ser sempre mais”. Comecei a me perguntar sobre o lugar da mulher no ambiente machista da Igreja Católica frente a tamanha importância que as mulheres católicas de todos os grupos, movimentos, organizações pastorais têm nessa instituição e o quanto, ao mesmo tempo, são invisibilizadas pelo sistema da própria igreja.

O protagonismo das mulheres dentro da Igreja Católica é uma constante, como evidenciado na atuação das participantes da presente pesquisa dentro de uma organização específica que se destaca dentre tantas outras existentes no catolicismo. Nessa instituição, há organizações que, com vieses diferentes, são movidas e formadas por mulheres de muitas mentalidades, que se sentem confortáveis em suas consciências frente à opressão, porque não se perceberam oprimidas ou por medo de perderem o “status” de mulher exemplo frente à hierarquia caso se coloquem contra. Porém, há também uma outra parcela de mulheres que veem, se aproximam, refletem e lutam por justiça e igualdade de direito. Mulheres que não baixam a cabeça e não se submetem, como é o caso das Católicas Pelo Direito de Decidir, que lutam para que as mulheres tenham direito de decidir sobre seus próprios corpos. Ou as teólogas feministas, que buscam o direito de compartilhar seus conhecimentos a respeito do Sagrado, de serem representadas em sua essência pela simbologia da deusa, cujo poder criador vai muito além de procriar e servir, como as mulheres foram e continuam vistas dentro do cristianismo. “Trata-se de colocar certos tesouros da nossa tradição numa nova luz para tentar, de um lado, fazer justiça ao mistério de Deus que está além das imagens maternas e paternas e, de outro lado, fazer justiça às mulheres, quase sempre excluídas de uma simbologia divina” (Gebara, 2000a, p. 231).

Nessas perspectivas, “garantir uma atitude permanente de crítica aos conteúdos e discursos teológicos patriarcais que legitimam a desigualdade, a injustiça, a submissão, a opressão, estratificadas em sexo, raça, religião, cultura, classe social e outras formas históricas de dominação” (Brancher, 2009, p. 58). Essa atitude, presente na organização Rede Um Grito

pela Vida, é percebida quando uma das entrevistadas, ao falar do protagonismo dentro da Igreja Católica, afirma:

Há um protagonismo dentro da Igreja sim, porque estamos ali a gente incomoda. A própria organização da Rede em grupos pequenos, em vários lugares. Essa visibilidade da Rede hoje é inegável. Então a Igreja precisa nos reconhecer, ela precisa nos acolher, pois onde tem representação da Rede consegue-se desencadear vários processos pelo conhecimento e posicionamento desses membros frente às pautas relativas ao tráfico de pessoas e a violência de gênero (E 2).

É a partir desses pressupostos que inferimos que as mulheres da Rede são protagonistas de um novo modo de estar na Igreja Católica, mostrando que existem e estão atuando de modo deliberado em relação à temática do tráfico de pessoas e simultaneamente à situação das mulheres no mundo, na religião, na própria Igreja Católica, quando levantam ou apoiam pautas em relação aos abusos de muitas naturezas sofridos pelas mulheres dentro da instituição católica. Assim “para mudar as próprias condições de produções das relações de dominação é necessário todo um processo coletivo de educação” (Gebara, 2000b, p.112) e, assim, desconstruir os hábitos de submissão impregnados nas consciências das mulheres católicas.

Inferimos, ainda, que a organização enfrenta grandes desafios diretos e indiretos, dentro da Igreja Católica, no que concerne ao gênero e aos lugares de deliberações e poder. Isso faz com que organizações como essas sejam de grande relevância na igreja e na sociedade por posicionarem-se “contra a violência dos dogmatismos culturais e religiosos que é necessário abrir espaços para ouvir as vozes diferentes: que incomodam, confundem, irritam, mas que são capazes de movimentar as águas da nossa vida, de suscitar movimentos novos, movimentos portadores de novas esperanças” (Gebara, 2000a, p. 240). Em relação à perspectiva do tráfico de pessoas, o qual a Rede combate com suas práticas preventivas e proativas, as vozes das mulheres da Rede ecoam para que vidas não sejam ceifadas pela ganância dos capitalistas que transformam tudo, inclusive vidas, em dinheiro.

Do mesmo modo, elas enxergam as vidas das mulheres dentro da Igreja Católica a partir de si mesmas, por serem católicas e, mesmo que não sejam a pauta principal da organização, provam mudanças na perspectiva feminista nessa igreja, que detém um potencial simbólico tanto de libertar e quanto de oprimir. Assim, debates e estudos, como o presente trabalho, são fundamentais para pensar sobre o lugar da mulher ontem e hoje na Igreja Católica e em todas as esferas sociais. Outro exemplo é no campo das ciências, que é um lugar também machista e patriarcal no qual as mulheres encontram resistências e preconceitos por serem mulheres.

No grito da vida, nasce a esperança: as vozes das “Mulheres Rede” se unem a outras vozes que também gritam e lutam por justiça. São as vozes silenciadas das mulheres ao longo da história. E, por mais que tenham tentado e tentem até hoje apagar nossos rastros, nossos sentidos, não conseguem apagar nossas consciências. Estas ressurgem das cinzas como uma Fênix que, reluzente, ilumina o caminho das que perderam a esperança e das que nem sequer sonham com um mundo no qual tenhamos dignidade e vida e não sejamos mais vistas como uma categoria inferior.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Bonnie S.; ZINSSER, Judith P. **Historia de las mujeres: una historia própria**. 2. ed. Barcelona: Crítica, 1992. 2 v
- AQUINO, Maria P. **A teologia, a Igreja e a Mulher na América Latina**. Tradução de Rodrigo Contrera. São Paulo: Paulinas, 1997.
- BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa edições, 1977.
- BERGESCH, Karen. Falas de violência e o imaginário religioso. In: NEUNFELDT, Elaine; BERGESCH, Karen; PARLOW, Mara [org.]. **Epistemologia, violência e sexualidade: Olhares do II Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**. São Leopoldo: Sinodal-EST, 2008. p. 115-127
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 14-15.
- BOURDIEU, Pierre (1930-2002). **A Dominação Masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRANCHER, Mercedes. Em Maria de Nazaré, Deus se manifesta! In: DOMEZI, Maria Cecília e BRANCHER, Mercedes (orgs.). **Maria entre as mulheres: perspectivas de uma Mariologia feminista libertadora**. São Leopoldo: CEBI, 2009.
- BRUNELLI, Delir. **Libertação da Mulher: um desafio para a igreja e a vida religiosa da América Latina**. Rio de Janeiro: CRB, 1988.
- CARVALHO, Larissa Duarte de. **O tratamento de saúde mental de presas provisórias e os limites da razão: história da Bárbara e possibilidades da Lei Antimanicomial**. 2018. 161 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2018. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/5791>. Acesso em: 19 maio 2023.
- CHUCHRYK, Patrícia. **Protest, politics and personal life: the emergence of feminism in a military dictatorship – Chile 1973-1983**. [Phd] New York University, 1984.
- CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- CLIFORD, Anne M. **Intruducing feminist theology**. 3 ed. New York: Orbis Books, 2002.

COSTA, Micaele. **Corpos, cruces e ressurreições**: um estudo fenomenológico das experiências do cotidiano de mulheres líderes da pastoral da criança. 2017. Tese (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

CRUZ, Maria Isabel da. **A mulher na igreja e na política**. São Paulo: Outras expressões, 2013.

DAROS, Lauro. **Grito Pela Vida**. DF: CRB, 2014.

DEVER, William G. Israelite Woman as “Ritual Experts”: Orthodoxy or Orthopraxis? *In*: ACKERMAN, Susan; CARTER, Harles E.; NAKHAI, Beth Alpert (ed.). **Celebrate Her for the Fruit of Her Hands**: Essays in Honor of Carol L. Meyers. Winona Lake: Eisenbrauns, 2015. p. 187-203.

DUBY, Georges; LACLOTTE, Michel. **História artística da Europa**: a Idade Média. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

ECCO, Clóvis; MARINHO, Thaís Alves; ARAÚJO, Claudete Ribeiro de. Religião e Gênero: Uma Investigação do Estado da Arte dos Estudos de Gênero nos Programas de Pós-Graduação em Ciências da Religião no Brasil. **Mandrágora**, v. 24, n. 1, 2018, p. 5-37.

FIORINZA, E. S. **But she said**: feminist practices of biblical interpretation. Boston: Beacon Press, 1992. p. 105-125.

FIORINZA, Elisabeth Schussler. Mariologia, ideologia de gênero e o discipulado de iguais. *In*: DOMEZI, Maria Cecília; BRANCHER, Mercedes (org.). **Maria entre as mulheres**: perspectivas de uma Mariologia feminista libertadora. São Leopoldo: CEBI, 2009.

FOSSÁ, M. I. T. **Proposição de um constructo para análise da cultura de devoção nas empresas familiares e visionárias**. 2003. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

FREIRE, Ana Ester Pádua. Fenomenologia feminista: contribuições para os estudos das religiões. **Religare**, Paraíba, v. 13, n. 1, p. 04-26, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 65 ed – Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2018.

FRIGERIO, Tea. **Recordar, denunciar, resistir, recriar**. DF: CRB, 2013.

GEBARA, Ivone. **As incômodas filhas de Eva na igreja da América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1990.

GEBARA, Ivone. **Trindade**: palavra sobre coisas velhas e novas: uma perspectiva ecofeminista. São Paulo: Paulinas, 1994.

GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**: Ensaio para repensar o Conhecimento e a Religião. São Paulo: Olho d`Água, 1997.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio**: uma fenomenologia feminista do mal. Petrópolis: Vozes, 2000a.

GEBARA, Ivone. **A mobilidade da senzala feminina**: mulheres nordestinas, vida melhor e feminismo. São Paulo: Paulinas, 2000b.

GEBARA, Ivone. Pensar a rebeldia cristã a partir das relações de gênero. *In*: SOUZA, Sandra Duarte de (org.). **Gênero e Religião no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade metodista de São Paulo, 2006. p. 135-146.

GEBARA, Ivone. Uma leitura feminista da Virgem Maria. *In*: DOMEZI, Maria Cecília; BRANCHER, Mercedes (org.). **Maria entre as mulheres**: perspectivas de uma Mariologia feminista libertadora. São Leopoldo: CEBI, 2009.

GEBARA, Ivone. **Mulheres, Religião e Poder**: ensaios feministas. São Paulo: Ed. Terceira Via, 2017.

GROSSI, Miriam Pillar. Estudos sobre mulheres ou de gênero? Teorias sociais e paradigmas teóricos. *In*: SILVA, Alcione Leite *et al.* (org.). **Falas de gênero**: teorias análises, leituras. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 329-343.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, v. 22, p. 201-246, 2004.

HOORNAERT, Eduardo. Igreja e Mulher. **Instituto Humanitas**, Unissinos, abr. 2023.

JOÃO PAULO II. **Carta às mulheres** (29-6-1995). São Paulo: Paulus, 1996a.

JOÃO PAULO II. **Exortação apostólica pós-sinodal: Vita consecrata** (25-03-1996). São Paulo: Loyola, 1996b.

KLEIN, M. Estágios iniciais do conflito edipiano. *In*: _____. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos**: 1921-1945. Obras completas, v. I. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 214-227

LONGINO, Helen E. Epistemologia feminista. *In*: GRECO, John; SOSA, Ernest (org.). **Compêndio de epistemologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MIGUEL, Ana de. Feminismos. *In*: AMORÓS, Celia (org.). **10 palavras chave sobre mujer**. Stella: Verbo Divino, 1995. p. 217-255.

MILLER, Joseph C. **O Atlântico escravista**: açúcar, escravos e engenhos. Afro-Ásia, Bahia, n. 19/20, 1997, p. 9-36.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. *In*: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Revista e atualizada. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-29

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2013.

MOREIRA, Priscila Neves. **Gênero Nas Ciências Da Religião**. Mandrágora, v.25, n. 2, 2019, p. 67-78

MOTTA, Alda Britto da. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 13, p. 191-221, 1999.

MUNHOZ, Alzira. **Mulheres. Feminismo e Evangelização**: Uma abordagem Histórico-Teológica à luz do Conceito de Evangelização das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil. 2008. Tese (Doutorado) - Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2008.

NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza. Religião e linguagem: proposta de articulação de um campo complexo. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 14, n. 42, p. 240-261, 30 jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2175-841.2016v14n42p240>. Acesso em: 07 abr. 2023.

OLIVEIRA, Eurides Alves de; GASTALONE, Marian Ambrósio Estrella; GONÇALVES, Alfredo J. [et al.]. **Um grito pela vida**. Brasília, Df: CRB 2013. 232p.

PÁDUA, A. E. Freire. Epistemologia feminista: contribuições para o estudo do fenômeno religioso "Feminist epistemology: contributions to the study of religious phenomena". **PARALELLUS Revista de Estudos de Religião**, UNICAP, v. 6, n. 13, p. 377-390, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.25247/paralellus.2015.v6n13.pp.377-390>. Acesso em: 20 maio 2023.

PEREIRA, Nancy Cardoso. **Palavras... se feitas de carne**: leitura feminista e crítica dos fundamentalismos. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2003.

PEREIRA, Nancy Cardoso. Maria e as outras: transgressão, práticas revolucionárias e cristologias feministas. In: DOMEZI, Maria Cecília; BRANCHER, Mercedes (org.). **Maria entre as mulheres**: perspectivas de uma Mariologia feminista libertadora. São Leopoldo: CEBI, 2009.

RAGO, Margareth. Comentários ao texto "Questões teóricas e metodológicas sobre gênero, feminismo e religião", de Elina Vuola. In: ROSADO, Maria José (org.). **Gênero, feminismo e religião**: Sobre um campo em constituição. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. p. 59-69.

RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações**: ensaios de hermenêutica. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

ROSA, Milton; OREY, Daniel. O campo de pesquisa em etnomodelagem: as abordagens êmica, ética e dialética. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 38, n. 04, p. 865-879, out./dez. 2012

ROSADO-NUNES, Maria José. Gênero e religião. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 363-365, Ago. 2005.

ROSADO-NUNES, Maria José. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 483-509.

ROSADO, Maria José. **Estudos de Religião**, v. 31, n. 2, p. 5-76, maio/ago. 2017. ISSN Impresso: 0103-801X – Eletrônico: 2176-1078

RUETHER, Rosemary R. **Sexismo e Religião**: rumo a uma teologia feminista. Tradução: Walter Altmann, Luís Marcos Sander. São Leopoldo-RS: Sinodal, 1993.

SANTOS, Odja Barros. **Uma hermenêutica bíblica popular e feminista na perspectiva da mulher nordestina**: um relato de experiência. 2010. Dissertação (Mestrado em Teologia) - São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação da Faculdades EST, 2010.

SCHUBER, F.; NIELSSON, G. Mulheres e Igreja Católica: uma (im)possível aproximação por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). **Coisas do Gênero**, São Leopoldo, v. 7, n. 1, p. 123-137, jan./jun. 2021. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/gênero>. Acesso em: 19 abr. 2023.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat. Recife: [s.d.].

SILVA, Júlia do Carmo da. **Feministas por escolha, católicas pelo direito de decidir**: agentes feministas na igreja católica. 2015. 105 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

SOARES, Vera. As muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela *et al.* (org.). **Mulher e política**: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

SOUZA, S. D. de. Gênero e Religião nos Estudos. **Revista Mandrágora**, Florianópolis, v. 12, N.E., p. 122-130, set./dez. 2004.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio Barbosa Mendonça de; MELO, Marcelo Soares Tavares de; SANTIAGO, Maria Eliete. A análise de conteúdo como forma de tratamento de dados numa pesquisa qualitativa em Educação Física Escolar. **Movimento** (ESEFID/UFRGS), v. 16, n. 3, 2010, p. 29-47.

STANTON, Elizabeth Cady and THE REVISING COMMITTEE. New York: European Publishing Company, v. 1: 1895; v. 2: 1898. (Reimpressão com o título: *The original feminist attack on the bible: The Woman's Bible*. New York: Arno Press, 1974). Utilizamos a 13. ed. **The woman's bible**. Seattle: Coalition task force on Women and Religion, 1987.

STERNBACH, Nancy Saporta *et al.* Feminism in Latin America: from Bogotá to San Bernardo. **Signs**, New York, v. 17, n. 21, p. 144-162, 1992.

SUDÁRIO, Jimmy Cabral. **Bíblia e Teologia Política**: Escrituras, Tradição e emancipação. Rio de Janeiro: Mauad X; Instituto Mysterium, 2009.

TOMITA, Luiza Etsuko. O desejo sequestrado das mulheres: desafio para a teologia feminista no século 21. In: SOUZA, Sandra Duarte de (org.). **Gênero e Religião no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade metodista de São Paulo, 2006.

TOMITA, Luiza Etsuko. A Teologia Feminista Libertadora: Deslocamentos Epistemológicos. In: TOMITA, Luiza Etsuko. **Fazendo Gênero**. 9: Diásporas,

Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 143-154.

TORNARÍA, Carmen. Nosso feminismo, um projeto de vida. *In*: ROSERO, Rocio (org.). **Feminismo e educação popular**. Seminário Latino-Americano. São Paulo: Rede Mulher; Montevideu: Rede de Educación Popular entre Mujeres de CEAAL, dez. 1986. p. 39-51.

VIEIRA, M. Religião, feminismo e islã: perspectivas do feminismo islâmico. **Revista Mandrágora**, v. 24. n. 2, p. 5-38, 2018.

WACQUANT, Loiq J.D. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de Sociologia e Política**, n. 19, 2002.

WOODHEAD, Linda. Feminism and the Sociology of Religion: From Gender-blindness to Gendered Difference. *In*: FENN, Richard K. **The Blackwell Companion to Sociology of Religion**. Oxford: Blackwell, 2001. p. 67-84.

WOODHEAD, Linda. Mulheres e gênero: uma estrutura teórica. Tradução por Deborah Pereira. **Estudos da Religião**, São Paulo, n. 1, p. 1-11, 2002.

YAZBECK-HADDAD, Yvonne; ESPOSITO, Juan (ed.). **Muslims on the Americanization**. Nova York: Oxford University Press, 1998.

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Identificação/Idade/Escolaridade/Profissão/ Cidade/Estado onde Reside.

1. Como você conheceu a Rede Um Grito Pela Vida?
2. Como foi o processo para fundação da organização aqui no Brasil?
3. Na sua opinião, porque a maioria das pessoas traficadas são mulheres e crianças (meninas)?
4. Quais os desafios que a Rede Um Grito Pela Vida encontra dentro da Igreja Católica?
5. Partindo da Rede Um Grito Pela Vida, como você avalia a condição das mulheres dentro da Igreja Católica? Elas tem os mesmo direitos que os homens?
6. Você, enquanto mulher se sente valorizada e reconhecida dentro da Igreja Católica?
7. Você considera a Rede Um Grito Pela Vida uma organização feminista? Por que?
8. O que você entende por feminismo?
9. Você se considera uma mulher feminista e protagonista dentro da Igreja Católica?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos você a participar da pesquisa sobre o protagonismo das mulheres da Rede Um Grito Pela Vida Dentro da Igreja Católica. A pesquisa “Mulheres protagonistas em uma igreja machista: análise de discurso da rede um grito pela vida na missão de libertar corpos” está sendo realizada sob a orientação do pesquisador Dr. Alexandre de Jesus Prazeres, do Núcleo de Ciências da Religião da Universidade Federal de Sergipe, com mulheres voluntárias da Rede Um Grito Pela pertencentes aos diversos núcleos espalhados pelos estados brasileiros.

SUA PARTICIPAÇÃO NÃO É OBRIGATÓRIA

O presente documento disporá informações sobre o estudo. Após você tê-lo entendido e, se dispor a participar da pesquisa, solicitaremos sua assinatura no termo de consentimento. Você receberá uma cópia. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Você não está obrigada a responder qualquer uma das perguntas feitas. Sua recusa não trará quais quer prejuízos em sua relação com esta pesquisadora.

OBJETIVO DO ESTUDO

O estudo tem o propósito de conhecer e refletir sobre o protagonismo das mulheres voluntárias da Rede Um Grito Pela Vida, através de suas práticas e discurso.

PROCEDIMENTOS

Serão realizadas entrevistas semiabertas e estruturadas com as mulheres voluntárias da Rede Um Grito pela Vida em cada Estado que esta organização se faz presente, será selecionada 3

por Estado. As entrevistas serão remotas e escritas via formulário google forms, devida a distância das entrevistadas não é possível ser no modo, presencial. No formulário das entrevistas haverá informações a respeito das condições socioeconômicas, educacionais e demográficas das respondentes.

CONFIDENCIALIDADE

Seu anonimato é assegurado nesta pesquisa. Os resultados da presente pesquisa não serão vinculados à sua pessoa. Somente a pesquisadora terá acesso às respostas individuais. Nenhuma identificação pessoal estará vinculada às suas respostas. A utilização dos dados é, estritamente, para fins do estudo.

São Cristovãi -SE, _____ de _____ de 2024

Concordo em participar da pesquisa acima referida, estando ciente dos seus objetivos e possibilidades que me foram esclarecidas.

Assinatura da Participante

APÊNCIDE C – QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS TRANSCRITAS

1. Como você conheceu a Rede Um Grito Pela Vida?

12 respostas

Conheci através de um encontro da CRB , que estavam propondo uma formação para um melhor conhecimento da Rede. Isso foi no início, quando a CRB se comprometeu a assumir.

Através de amigas/na Vida Religiosa Consagrada e CF 2014

Através de minhas irmãs de congregação

CRB

A convite de uma Irmã da minha congregação ela participava da RUGPV. Indo conhecer nos encontros que acontecia uma vez por mês

Por meio da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria. Que assumiram essa missão desde o início.

Por um encontro do Juniter- e em uma tenda Online do Núcleo de Belo Horizonte

Através da CRB

Por meio de uma irmã de Congregação que já havia participado em uma comunidade anterior

Conheci a Rede no contato com Religiosas que estavam inseridas na Rede e através da CRB

Conheci a Rede através de Fátima Evangelista (Leiga consagrada das Irmãs Salesianas - Recife) Ela foi apresentar a Rede para as irmãs num encontro da CRB - Núcleo de João pessoa)

Através de uma palestra da CF cujo tema era Tráfico de pessoas, promovido pela crb do regional ba se

2. Por que você decidiu fazer parte desta organização?

12 respostas

Quando tomei conhecimento que as mulheres, eram as vítimas principais do tráfico, me identifiquei com esta missão e senti um forte apelo pra entrar nesta luta. No começo, era tudo muito escondido. Havia muito medo por parte de algumas religiosas. Buscar a dignidade da mulher, é conquistar seu protagonismo.

Por me identificar com a causa - defesa da vida e dignidade da mulher

A congregação das Irmãs da Redenção, a qual faço parte, a realidade das mulheres à exploração sexual faz parte da sua missão e carisma.

Relevância da situação que requer combatimento, somar forças, evitar que o mal se propague

Diante da realidade meu coração falou mais alto. Sou a favor da vida e quero vida vividas. Missão desafiante. Sou tbm desafiar

Porque acredito no trabalho preventivo de base e sinto-me chamada para esta missão.

Por que me identifico com a Missão- e porque vem de encontro com aquilo que a minha congregação acredita e busca fazer.

A minha missão como religiosa está interligada como os objetivos da Rede.

Por entender que era um apelo missionário contemporâneo

Porque fui convidada e achei interessante a abordagem e gosto de contribuir com pessoas que fazem algo sério que vai servir para muitas transformações

Porque senti uma inquietação dentro de me e percebi que Deus estava me mostrando uma missão de defender a vida, agora com um foco específico, não podia nem pensar que pessoas fossem tratadas como mercadoria. Isso me fez da um SIM, assumindo esse projeto.

Por me sentir sensibilizada com a problemática e vê que é feito tão pouco para extinguir essa chaga

3. Na sua opinião, por que a maioria das pessoas traficadas são mulheres e crianças (meninas)?

12 respostas

O corpo da mulher no mundo do tráfico humano, é produto comercial disponível no mercado. Dai o motivo da procura de mulheres para fins de exploração sexual.

Por várias razões: "cultura do sexo frágil", desigualdade institucionalizada entre homens e mulheres", machismo e autoritarismo.

Acredito que seja pela a situação de vulnerabilidade, que muitas mulheres, crianças e adolescentes são submetidas; a pobreza, falta de oportunidades em muitos casos, mais também o patriarcalismo, machismo, que é muito presente em nossa sociedade.

Porque são as pessoas mais vulneráveis, e marginalizadas na sociedade, maxismo estrutural

Mulheres, crianças tem potencial, arte, beleza, criatividade e muito mais valores. E assim são traficadas para serem exploradas de varias níveis possível a ponto de tirar todos os direitos dignos de viver em uma sociedade. O lucro em vista de suas vidas tem efeito grandes para a indústria do tráfico.

Porque nossa sociedade é patriarcal e machista, muitas vezes legitima e naturaliza a violência contra Mulheres e meninas.

Acredito que seja porque são pessoas mais fáceis de ser manipuladas e em situação de vulnerabilidade.

Longo histórico de discriminação, desigualdade, violência de gênero, uso do corpo feminino como fonte de prazer para o homem, cultura machista e outras vulnerabilidades.

Pela estrutura machista e patriarcal na qual a mulher é vista como "desfrutável"; objeto, mercadoria

As pesquisas apontam um elevado índice de tráfico de pessoas para a modalidade de exploração sexual e prostituição. Uma pesquisa das Nações Unidas, de 2014, registra um índice de 57% das pessoas traficadas para a exploração sexual. Eu acredito que seja por este motivo que o número de mulheres e meninas traficadas seja tão elevado. Mesmo sabendo que atualmente homens, meninos e pessoas trans também são traficadas para este fim.

Porque na cultura machista, as mulheres não são valorizadas, no mercado de trabalho recebem menos que os homens, em seus lares não são reconhecidas pelo trabalho, etc. Por isso, sonham com uma melhor qualidade de vida e o desejo de serem valorizadas, tornando -se o público mais vulnerável a propostas que parecem ser as melhores. E as meninas, entram nessa dimensão primeiro porque para os homens é uma mercadoria que vai dar muito lucro e que serão exploradas e abusadas de diversas formas: abuso e exploração sexual, trabalho domestico, trabalho escravo e outros.

Porque são alvos mais frágeis, a miséribilidade contribui, a falta de oportunidade e a desigualdade, além do machismo cultural e estrutural

4. Quais os desafios que a Rede Um Grito Pela Vida encontra dentro da Igreja Católica?

12 respostas

A Rede encontra rejeição, não há interesse de divulgar este trabalho.O trabalho da Rede é de prevenção .Esta é uma missao bonita na defesa da vida.A CRB (Conferencia dos Religiosos do Brasil), apresenta a Rede Um grito pela vida como o lado profético da Vida Religiosa.

Falta de um comprometimento maior de cada instituição, com os objetivos da Rede talvez por medo e pouco conhecimento.

Combater o machismo e patriarcalismo (expresso no termo clericalismo), trabalhar em espírito de sinodalidade, isto é, juntos para unir forças no enfrentar a chaga do Tráfico Humano.

Uma parte da IGreja não vê com relevância,

Falta de apoio e compromisso com a causa.

Falar sobre Tráfico Humano, Abuso e Exploração sexual ainda é um tabu, muitas pessoas têm medo e silenciam diante desta triste realidade.

Primeira coisa, acredito que é o medo do compromisso da responsabilidade.

Falta muita sensibilização dentro da Igreja para enfrentar o Tráfico de pessoas. Em geral há consciência que é uma situação que deve ser atendida, porém muitas pessoas têm medo dos riscos físicos e também de não saber como agir e ajudar. Também nos encontramos diante de uns "esforços" que nem sempre obtêm resultados visíveis (Um é quem semeia -diria Paulo- e outro quem colhe). A recompensa de outro tipo de ação caritativa é mais imediata, e isto motiva melhor às pessoas.

Pouca adesão e apoio dos clérigos n

A meu ver, um dos grandes desafios que encontramos dentro da Igreja é a articulação de nossas ações com representantes da Igreja Institucional, A Rede Um Grito pela Vida é composta, em sua maioria, por Religiosas, mulheres, que temos um trabalho intenso em diversas partes do Brasil e do mundo, já faz 16 anos e ainda encontramos dificuldades de encontrar espaços em algumas Paróquias para realizar nossas ações, apesar de que a CNBB tenha criado, em 2016, uma Comissão Especial Pastoral para o Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, sentimos dificuldade para inserir nossas ações no contexto pastoral da Igreja.

Outra coisa: Para nós, cristãs e cristãos, o compromisso de enfrentamento ao tráfico de pessoas não é uma escolha, é um imperativo de fé, uma causa pastoral e profética que devemos assumir e envolver toda a Igreja e toda a sociedade. Não é coisa da Vida Religiosa, como às vezes dá a parecer, quando ouvimos alguma liderança da Igreja dizer: "Isso é atividade da CRB".

A desvalorização e a não aceitação do nosso trabalho, por parte de alguns padres, a falta de compromisso destes com a defesa da vida. Outro desafio é a barreira que alguns criam para impedir que façamos um trabalho de conscientização, porque eles têm medo de se comprometer.

Falta de abertura e engajamento, não é visto como um movimento importante, pouco incentivo

5. Partindo da Rede Um Grito Pela Vida, como você avalia a condição das mulheres dentro da Igreja Católica? Elas tem os mesmos direitos que os homens?

12 respostas

A participação das mulheres na Igreja católica é bonita. Elas têm espaço para assumir alguns ministerios. Porém, o machismo ainda é muito forte. As decisões, cabem aos homens.

Infelizmente não, Há um longo caminho a percorrer....Temos uma vantagem, Apoio do Papa Francisco!

A mulher em geral no serviço dentro da Igreja católica, apesar dos avanços que tem dado, ainda é muito submissa. Contudo as mulheres têm demonstrado, capacidades de dar o melhor de si, com coragem e ousadia, isto de modo muito claro dentro da Rede um Grito Pela Vida, em defesa da vida de tantas mulheres que em qualquer situação de vulnerabilidade se encontre.

Não tem os mesmos direitos, apesar dos esforços do Papa Francisco

Não tem os mesmos direitos que os homens. Fica sempre na sombra dos homens.

Infelizmente a igreja é um dos espaços mais atrasados na questão das Mulheres, falta dar voz e lugar. Especialmente nos espaços decisórios de poder .

Acredito que não, há ainda muito machismo, padres que abusam moralmente de suas secretárias . Avaliam que precisamos ainda combater muito o clericalismo e assim dar visibilidade a participação das mulheres.

Não..... Vai se fazendo um caminho, porém a nossa igreja é muito hierárquica, o ministério está reservado aos homens, e nem sequer o diaconato está aprovado para as mulheres, embora muitas vezes fazamos as mesmas coisas que um diácono. Somos reconhecidas em papéis secundários (mas o povo reconhece mais a missão e serviço da mulher).

Não. São excluídas, subalternizadas e , as vezes, invisibilizadas

Nós estamos em tempo de sinodalidade, falamos bastante em relações circulares e em equidade, desde o Concílio Vaticano II, a Igreja Católica tem ensaiado algumas mudanças significativas, o Papa Francisco tem insistido nesse tema da participação das mulheres na Igreja. Mas, ainda temos muito a avançar. Na verdade, o modelo de Igreja que temos hoje, o vejo distante do modelo das primeiras comunidades cristãs, onde mulheres e homens se relacionavam de forma mais circular. Não é à toa que o Papa Francisco está propondo uma volta às fontes com o tema da sinodalidade que não é novidade, mas é uma retomada da forma como Jesus nos ensinou a viver. No modelo paroquial de Igreja, eu considero que o papel de nós mulheres não têm sido reconhecido, sobretudo no que diz respeito às tomadas de decisão, no entanto, no modelo das CEBs, Igreja Povo de Deus, como nos orientam os documentos Conciliares e pós-conciliares do Vaticano II, as relações são mais igualitárias e sinodais, respeitando a diversidade. Nas CEBs, nós mulheres somos respeitadas, tomamos decisões juntos: mulheres, homens, crianças, idosos... Mas, a Igreja Católica ainda é uma Igreja de modelo patriarcal, machista, com muitos preconceitos contra nós mulheres, haja visto que ainda detém nas mãos dos homens Ministérios que nós mulheres podemos exercer muito bem, como, por exemplo, o Sacerdócio. Nós, mulheres, somos privadas do sacramento do Sacerdócio. Para nós, só 6 são permitidos. Extranho, né?

Na Rede Um Grito pela Vida, nós optamos pelas relações de sinodalidade.

O que vejo dentro da Igreja é o mesmo que na sociedade, a predominância do machismo e eu diria que de forma mais acentuada, pelos padres, seminaristas e até mesmo os coroinhas, porque são formados na cartilhas dos padres machistas. E as mulheres não tem os mesmos direitos que os homens, porque isso é reflexo da cultura machista, e de uma formação que não forma e sim deforma.

Não, estamos longe de direitos iguais, está se construindo, mas é preciso as mulheres se sentirem emponderadas para buscar o seu lugar de igual para igual.

6. Você, enquanto mulher se sente valorizada e reconhecida dentro da Igreja Católica?

12 respostas

Me encontro numa luta constante. Ainda há metas para conquistar. Nossa luta é de mais autonomia. Precisamos nos libertar do autoritarismo. Mas vale salientar que foi numa iniciativa da Igreja, por intermédio do Papa Joao Paulo II, que nasceu a Rede contra o tráfico humano.

Sim, porém precisamos acreditar em nosso potencial, acreditar que somos capazes de conviver de igual para igual com os homens, através de uma formação equilibrada e continua.

Sim. Amo o que faço dentro da minha Igreja. Não faço só, faço como comunidade religiosa, isto tem um peço suave, acolhedor e reconhecente.

Não suficiente

A Igreja precisa dar passos, Deixa a desejar esse valor em reconhecimento da mulher, por mais que o Papa Francisco abra espaço para esse reconhecimento. É luta constante.

Não muito. Apesar da nossa capacidade e grande dinâmica de evangelização. Ainda não estamos nos espaços decisórios.

Sim, por onde eu passei até agora me senti sim.

No que faço sim, porém não temos acesso a outros serviços ministeriais ou pastorais.

Não

Falando de como meu sentimento: como mulher, me vejo incluída na situação que descrevi acima, mas eu me sinto uma mulher empoderada, como muitas outras mulheres que encontro na Rede, na minha Congregação, nos Grupos e Movimentos que participo; então, faço parte dessa rede de mulheres que, juntas, vão abrindo espaços, assumindo seu papel com protagonismo, sabedoria, audácia, sem romper com o que é mais importante: a comunhão.

Não, porque como mulher sinto na pele o que todas sentem. Mesmo tendo o Papa Francisco que reconhece o nosso valor, nos dar espaço, nos valoriza, na nossa realidade é bem diferente. O que vemos, é um andar na contra mão do que pede e faz o Para Francisco

Não, nossa igreja é muito machistas e clerical

7. O que você entende por feminismo?

12 respostas

Feminismo é um movimento social e político, que luta constantemente pela defesa da vida da mulher, sua Dignidade e Direitos ameaçados. A violência contra a mulher atinge as várias dimensões humanas. E o Feminismo tem como finalidade o seu protagonismo.

Autonomia e liberdade corresponsável

É a luta das mulheres pela emancipação dos seus direitos, igualdade, liberdade. Ter uma vida digna perante a sociedade.

Entendo que seja a luta por direitos, e dignidade

Objetivos comuns, vivências humanas com expectativas de empoderamento e reconhecimento.

Construção de um caminho de equidade entre mulheres e homens.

É um grupo de mulheres que lutam pelas causas femininas como: respeito a mulher, conquista das mulheres em locais públicos, igualdade de direito, etc.

O verdadeiro feminismo é aquele que reconhece a dignidade da mulher em todas as áreas da vida e a igualdade de direitos, lutando para conseguir este objetivo. Para mim, o feminismo, também deve reconhecer as diferenças físicas, biológicas, psicológicas, de tal forma que toda mulher possa desenvolver TODAS AS SUAS CAPACIDADES (as específicas e as gerais) em igualdade de condições.

Movimento social de luta pelo reconhecimento da equidade de gênero.

Muitas pessoas entendem o feminismo de maneira equivocada. Para mim, feminismo é a ação de empoderamento da mulher, é o caminho de defesa dos direitos da mulher ser, ter voz e vez; é o caminho para o fortalecimento de nós mulheres como cuidadoras da vida. Feminismo não é o contrário de machismo. A meu ver, feminismo é assumir o jeito próprio de mulher de ver a vida, de olhar para a realidade, de ler a Palavra de Deus na Bíblia e na vida; é assumir o seu ser mulher, sem querer incorporar o jeito masculino só para ficar igual e ter o mesmo poder. Nós mulheres, temos o nosso jeito feminino de exercer o poder e não devemos abrir mão disso. Como diz a canção: "Pra mudar a sociedade, sem medo de ser mulher"!

Feminismo é a luta pela igualdade de direitos, por uma sociedade onde homens e mulheres caminhem juntos de forma igualitária sem que ninguém oprima ninguém, mais estejam lado a lado.

É buscar o seu espaço frente essa sociedade machista e patriarcal, que vê a mulher em um lugar de subserviência.

8. Você se considera uma mulher feminista e protagonista dentro da Igreja Católica?

12 respostas

Me considero sim. Estou sempre envolvida nas lutas e defesa da vida das mulheres. A Rede Um grito pela vida tem sido um aprendizado permanente para assumir o protagonismo.

De certa forma, sim! procuro aprender humildemente com as experiências e tirar proveito da cada situação.

Sim em parte. Tem situações que talvez sim outras não. Considerar-se feminista e protagonista dentro da Igreja católica é um processo.

Ainda não

Sim! Mesmo com os desafios

Sim. Inclusive sou Teóloga Feminista

Sim, defendo o nosso direito sempre que se faz necessário- não podemos abaixar a cabeça por nada. só assim chegaremos onde desejamos que é o ser respeitadas por todos.

Tal vez não no sentido de muitos feminismos políticos com os quais eu não concordo totalmente e que lutam de uma forma muito polarizada e agressiva. Porém sim me considero feminista porque tento de empoderar mulheres, nas suas vulnerabilidades e situações de exploração, a se reconhecer como PESSOAS, como MULHERES, a descobrir a sua propria dignidade... Isto especialmente no âmbito da mulher explorada na prostituição.
Também tento de dar o melhor de mim no âmbitos pastorais da Igreja e em diversas formas de liderança.

Sou simpática e apoiadora do feminismo. mas não uma ativista do movimento . Optei por outras trincheiras ...

Eu sou feminista e exerço meu ministério, na Igreja e na sociedade como meu protagonismo feminino, mesmo que isto muitas vezes incomode. Não tenho medo de ser mulher, não busco o poder pelo poder. Luto pelo meu poder de ser gente, de ser mulher, de ser Religiosas, de manifestar minha fé e minhas ações pastorais e sociais, sem deixar de ser mulher para agradar ninguém. Ocupo meu espaço sem esperar que os homens me dêem espaço, seja na Igreja ou na Sociedade, porque o mundo é grande e tem muito espaço pra todo mundo.

Sim, porque defendo essa bandeira onde estou e busco fazer com que outras mulheres compreendam que elas têm os mesmos direitos que os homens, sejam eles quem for. E dentro da vida Religiosa sempre que tenho oportunidade defendo que nós mulheres precisamos assumir nosso protagonismo e que somos iguais e temos os mesmos direitos.

Não

9. Você considera a Rede Um Grito Pela Vida uma organização feminista? Por quê?

12 respostas

Sim. A Rede, tem como prioridade a dignidade humana. Sua identidade principal é a justiça, a dignidade, a libertação. Com o compromisso de enfrentar o tráfico de pessoas, sobretudo das mulheres, há uma identificação na valorização da vida tão ameaçada.

Apesar de ser constituída com a maioria de seus membros sendo mulheres, não exclui a participação masculina, pautada no diálogo e na entre ajuda mutua. A palavra feminismo pode ser interpretada de diversas formas, depende de bom senso! O compromisso da rede é combater o tráfico humano." A vida humana não é mercadoria!

Eu considero. Porque as mulheres são importantes para ela; porque acredita na libertação das mulheres escravizadas e oprimidas; aposto no protagonismo e na importância de serem mulheres de transformação da sociedade.

Não

Sim! A RUGPV luta por vidas dignas e é a favor da vida e da libertação e dos direitos das mulheres e crianças.

Sim. Porque empodera mulheres e busca resgatar a dignidade das mulheres, nas diferentes formas de violações de direitos.

Dentro daquilo que acredito que a Rede defende não, pois não é só o direito e o respeito das mulheres que a Rede defende e sim a causa pela Pessoa Humana- Combate contra o Tráfico de pessoas - Contra o abusos sexuais de Crianças e Adolescentes, enfim, não somos feministas por isso, mesmo sabendo que as Mulheres é uma das causas que mais a Rede defende.

Sim, porque trabalha ativamente pela dignidade das pessoas, especialmente da mulher traficada e explorada.

Não. É uma organização da Igreja Católica e, em certo sentido, conservadora.

Muitas pessoas entendem o feminismo de maneira equivocada. Para mim, feminismo é a ação de empoderamento da mulher, é o caminho de defesa dos direitos da mulher ser, ter voz e vez; é o caminho para o fortalecimento de nós mulheres como cuidadoras da vida. Neste sentido, nós somos feministas, temos nosso jeito próprio de ver a realidade e de incidir sobre ela, temos o nosso jeito próprio de manifestar nossa fé, nossa sensibilidade às questões que ferem a vida e nosso jeito próprio de ter fé na vida. Não precisamos copiar o jeito dos homens, nem precisamos que eles nos digam como devemos ser. Somos diferentes e ser diferente não é ser melhor nem pior, é simplesmente ser diferente e é na comunhão entre as pessoas diferentes que chegaremos a unidade que Jesus nos propõe.

Sim, porque juntas lutamos com esse objetivo de conscientizar as mulheres e os homens de que somos iguais. E em nossas formações sempre destacamos que as mulheres precisam ter sua autonomia e que os homens precisam compreender que nós mulheres não queremos o lugar deles, apenas queremos caminhar lado a lado sendo respeitadas, amadas e valorizadas como merecemos porque SOMOS IGUAIS.

Não, penso que o objetivo da rede resgatar e salvar vidas, orientar, prevenir e ajudar todos que precisam.

APÊNDICE D – ENTREVISTAS

ENTREVISTA 1

1. Como você conheceu a Rede Um Grito Pela Vida?

Em 2008 fui trabalhar na CRB como assessora por 3 anos. A Rede começou a se organizar e começou os encontros em vários lugares, do qual participava muitas pessoas de vários Estados, mas o Estado da Bahia não ia. Pediram para que pelo menos as assessoras fossem para implantar dentro do regional a Rede. Eu fui com a outra assessora, não lembro bem se foi em Goiás ou São Paulo, mas nós duas fomos e nós voltamos com este compromisso criar a Rede dentro do nosso regional. Bom lá o encontro foi muito bom, foi muito dura, como estava todo mundo sem saber, era só informação. Veio um advogado para falar sobre o tema, veio um da Argentina. Isso porque a Talita Kum estava caprichando, ela estava ajudando, fazendo de tudo nesses encontros do início. Eu lembro que a outra assessora falamos que podemos deixar isto assim e eu voltamos com este compromisso de criar a Rede dentro do regional, nem que começemos sozinhas, mas nós vamos implantar a rede. Daí começamos a convocar pessoas e formamos um pequeno grupo, pois nunca foi grande. E foi assim que eu conheci a Rede e fui ficando até agora, faz muitos anos que faço parte dela.

2. Como foi o processo para fundação da organização aqui no Brasil?

Nós procuramos formação, sempre participei dos encontros nacionais. Foi um processo muito difícil porque não tínhamos recurso e as congregações tinham muito medo e não liberavam, mas muitas foram assumindo. E a sorte aqui do Brasil foi que teve Pessoas no início engajada, muito comprometida que deram a vida pela a Rede. Irmã Eurides e a congregação dela e muitas irmãs que se esforçaram bastante. Então! A gente fazia tudo a nível grupal, elas não decidiam nada sozinha, eu lembro que para colocar o nome, o lema foi todo uma discursão, pedimos para a equipe teológica nos ajudar para que o nome não fosse uma coisa fora da teologia. O hino tivemos uma pessoa a Ir.Míria Kolling quem compôs. Tudo foi feito em mutirão, em circularidade! Já vai fazer 17 anos e ela ainda está em construção, mas está bem estruturada, foi uma conquista muito grande. Temos 20 regionais e estamos em 18 deles. Tudo isso foi feito com muito esforço, muita gente. Eu lembro das dificuldades para realizar os encontros, as vezes

as casas religiosas não cobravam nada da, outras vezes levamos a alimentação para ajudar. As passagens as congregações se responsabilizavam. Havia poucas pessoas, depois o número foi crescendo, o mundo também foi se abrindo para esta questão. Outro ponto importante é que os projetos foram assumidos pela Adveniat, porque eles acreditam que foi e é uma necessidade porque era um assunto desconhecido, silenciado, mas uma vez que levantamos a questão, as pessoas começam a dizer das pessoas e crianças desaparecidas, ou submetidas a determinadas condições de trabalhos, ou do carro preto que carrega as crianças, do “papa fígado”. Todas essas coisas estão diretamente ligadas ao tráfico humano e a escravidão no passado, mas muito presente hoje, de outras formas. Então a Rede ajuda a abrir os olhos. Foi esse o processo e ela está ainda em processo, não é pelo fato que tem 17 anos que já está pronta.

3. Na sua opinião, porque a maioria das pessoas traficadas são mulheres e crianças (meninas)?

As mulheres são mais vulneráveis, não por que somos assim, mas porque nos fizeram assim. Nós mulheres temos menos oportunidades que os homens na questão econômica, na questão da educação. A nós foi destinado a dedicação ao lar, daí as redes de traficantes se aproveitam desta condição de vulnerabilidade que muitas mulheres e crianças são colocadas na sociedade, por isso são presas fáceis desta prática criminosa, por isso em todos os âmbitos, também na Igreja Católica, somos vistas como uma categoria inferior. Não nos veem como iguais.

4. Quais os desafios que a Rede Um Grito Pela Vida encontra dentro da Igreja Católica?

Frente a esta pergunta a entrevista sorriu e respondeu. “Ela tem enfrentado vários. O primeiro desafio foi que a Rede quis fazer parceria com a CNBB, pois somos igreja e a vida religiosa quer manter a comunhão, mas eles nunca quiseram, nunca se interessaram pelo tema. Com o passar do tempo a própria necessidade social puxou-os e neste momento eles já conseguiram fazer uma cartilha, criaram um grupo de trabalho e uma comissão muito recentemente, o que é importante. Mas quem começou a abordar essa questão, quem puxou fomos nós, eles nunca vão reconhecer isso. E as dificuldades com a igreja são essas, por exemplo, se você quiser fazer uma ação de conscientização em uma igreja e se o padre não deixar, simplesmente você não poder fazer. Não temos liberdade para dizer: eu vou fazer, porque sou igreja e eu tenho espaço. Tem isso, a instituição sempre se sente maior e melhor.

5. Partindo da Rede Um Grito Pela Vida, como você avalia a condição das mulheres dentro da Igreja Católica? Elas têm os mesmos direitos que os homens?

Elas não têm, nós não temos direito de exercer funções por causa deste poder, desta hierarquia, do clericalismo que é muito forte, que se tem, mas que não é só dos homens, acho que a mulher também tem muito. A gente não conseguiu abrir os olhos para isso, mas já se fala um pouquinho, mas por enquanto a gente, não temos ainda, eu sinto que ainda nós não conseguimos espaço, não querem colocar a mulher, por exemplo colocam um diácono, que é casado, que tem filhos e sabe Deus que história tem, que não tem a mesma formação que uma religiosa (freira) tem. E ele estão no altar dando comunhão, fazendo o que o padre faz, tem o respeito que a hierarquia tem e uma freira que estuda sempre para, que é consagrada eles dizem que não podem. Isso é pesado, mas é desse jeito mesmo...

6. Você, enquanto mulher se sente valorizada e reconhecida dentro da Igreja Católica?

Dentro da Igreja Católica não existe essa valorização, esse dar lugar que tem a mulher religiosa dentro da igreja, não tem, infelizmente nós não temos. Podem enfeitar como quiser, mas na prática é a gente que sabe. Agora, tem tentativas, mas é muito pouco, precisa muito ainda. Está caminhando, no início. “ Eu estava pensando que vai acontecer o que aconteceu com Eva que comeu o fruto proibido e daí surgiu algo novo. Acho que nós também precisamos fazer alguma coisa, comer alguma maçã para sermos vistas e reconhecidas”. Na verdade, temos muito poder, mas não sabemos, não temos consciência, porque nos amarram muito. São anos, séculos de apagamento da nossa história, da nossa essência de mulher.

7 – Você considera a Rede Um Grito Pela Vida uma organização feminista? Por que?

Nós temos lutado por uma questão e nos perguntamos como é possível, nós temos que começar dentro de casa, a gente não tem “moral” para falar de algo fora sem antes enxergar que dentro das congregações, dentro da igreja, tem opressões. Como é que nós dizemos para as mulheres fora não se deixarem enganar, que elas precisam se libertar e nós que somos religiosas e mulheres estamos também dentro de um sistema opressivo, de outro modo, mas a raiz do problema é o mesmo. Por isso temos que lutar, temos que tomar consciência da nossa realidade. Eu considero que a Rede é feminista sim, entendendo o feminismo como um grupo de mulheres e homens também, poucos, que lutam, reivindicam, que quer viver. Com o que lhes pertencem, com o que é delas.

8 - O que você entende por feminismo?

Outro dia eu escutei que nós devemos ser como Nossa Senhora, feminina e não feminista. Me deu uma raiva nos apresenta Nossa senhora como feminina, aquela pessoa que não tinha voz, que só baixava a cabeça, que era muito terna. Ela é tudo isso é verdade, mas não era desse modo, ela foi muito revolucionária, não que lhes tem dado essa conotação, ao contrário, isso é que os homens querem de nós, isso é o que criou e sustentou o machismo e o clericalismo até hoje. Nos ver como femininas, coitadinhas, que não podem fazer nada, tem que ser submetida ao varão, ao homem, ao macho.

9. Você se considera uma mulher feminista e protagonista dentro da Igreja Católica?

Eu me considero sim uma mulher feminista porque eu não aceito essa realidade que foi colocada sobre nós mulheres. Eu tenho consciência do meu papel e eu procuro, busco, mas isso não tem sido de graça, não me foi dado. Tenho participado de encontros que tem ajudado bastante a entender. E a partir da minha experiência com Deus. Eu me lembro que quando conheci a Deus como mãe, eu comecei a explorar essa imagem, com a ajuda de uma acompanhante espiritual mulher! Me ajudou a ter uma imagem diferente de Deus, de Nossa Senhora e de mim mesma. É isso, porque se a gente não buscar conhecer e se deixar levar pelo sistema e pelo que a sociedade coloca, principalmente o machismo como norma única, você nunca descobre que tem algo a mais, que não pode ser assim, mas precisa de alguém para ajudar a quem não tem essa consciência.

ENTREVISTA 2

1. Na sua opinião, porque a maioria das pessoas traficadas são mulheres e crianças (meninas)?

Eu penso que desde sempre tem uma causa histórica da vulnerabilidade das mulheres e crianças. Desde do mundo da bíblia não eram contadas mulheres nem crianças. Toda essa cultura da sub cidadania das mulheres e das crianças, da invisibilidade, do não contar, do não apreço é milenar. Daí isso coloca mulheres e meninas sempre em uma situação de vulnerabilidade em diversas questões. As mulheres historicamente eram mais vulneráveis no trabalho porque não trabalhavam fora, eram só do lar, na educação os meninos estudavam, as meninas não precisavam estudar. Então esse déficit histórico que nos colocou sempre em uma situação subalterna de cidadania, eu costumo dizer uma sub cidadania ou não cidadãs em alguns momentos. É uma causa histórica que junto com a vulnerabilidade e posição subalterna em relação à outra parcela da humanidade que são os homens transformou-se um dado cultural naturalizado. É natural que seja assim, que as mulheres existam para servir, que as mulheres existam para ajudar, que as mulheres existam para sustentar a família, que as mulheres para servir ao homem como objeto de casa, mesa e cama. Esse dado se tornou uma cultura, nesse sentido, além da condição subalterna a mulher foi transformada em um objeto de serviço. E essa cultura que nós chamamos de patriarcado, que está em todas as culturas foi naturalizada, normalizada por homens e mulheres, isso porque historicamente a mulher acreditou que era mesmo assim, que é do destino. Eu costumo dizer que a cultura, o contexto criou as desigualdades sócio históricas. A cultura nos fez acreditar que isso é dado e a religião por sua vez, muitas vezes abençoou isso, ou seja, sacralizou. Então eu penso que uma das causas é essa causa cultural. São as vulnerabilidades socioeconômicas, cultural e de gênero e se nós fizermos um outro link, também de raça porque são as meninas pobres, negras, indígenas as primeiras a serem traficadas. Então tem a causa sistêmica da desigualdade social, tem a dívida histórica de formação, de oportunidades de trabalho.

Apesar das conquistas que a mulher vem alcançando nos últimos tempos, o núcleo cultural do patriarcado ele ainda prevalece muito forte. É por isso que as estatísticas trazem grandes números de adolescentes, dentre eles meninas, vítimas de abuso e exploração sexual. Também o silêncio que era imposto pelo patriarcado sobre essas questões, quem falava de abuso sexual na família? Eu costumo classificar essa problemática em três grandes causas: histórica,

econômica e cultural religiosa. Em nome da cultural e da religião eu acho que se criou, naturalizou e a Igreja Católica, muitas vezes, sustenta isso até hoje.

4. Quais os desafios que a Rede Um Grito Pela Vida encontra dentro da Igreja Católica?

(Diante da pergunta a entrevistada riu e disse): O que é que vou dizer de desafios? Eu penso que o desafio da Rede é a prioridade de defender a vida, sobretudo a vida mais vulnerável, daquelas pessoas que são exploradas. E para isso ela tem que adentrar em temas que na Igreja Católica incomoda. Eu acho que nós precisamos ter consciência, não de brigar por brigar, mas de permanecer firmes com ética. Um dos grandes desafios é esse. Primeiro porque é uma rede de mulheres. Nós lutamos muito para ser acreditada. A Rede foi criada em 2006, nós caminhamos até 2010 e erámos praticamente quase que o único grupo dentro da Igreja Católica que falava desse tema, institucionalmente não se tinha. Lá para 2012 que a CNBB criou um GT (Grupo de Trabalho) para discutir a temática do trabalho escravo e um GT sobre o tráfico humano juntamente com a CPT (Comissão Pastoral do Trabalho), juntamente com esses GTs começamos a lutar dentro da CNBB para poder fazer a campanha da fraternidade 2014 sobre a temática do tráfico de pessoas e foi com essa campanha que passamos a ser reconhecidas dentro da Igreja Católica. Depois da campanha o GT sobre esse tema passou a ser uma comissão dentro da CNBB para o enfrentamento ao tráfico humano. Mas essa proximidade não tira os desafios! Porque tratar temas como sexualidade, corporeidade, com ética e discutir questões de aborto e ver o que está por trás desta prática não é fácil, esses temas complexos, também o autoritarismo dentro da Igreja Católica é desafiante. A nossa condição de mulher de ser mais para o fazer do que participar das deliberações são desafios, isso na igreja hierárquica. Agora eu gosto de me entender como Igreja como povo de Deus. Daí se estou na estrutura hierárquica ou não, se estou no meio popular, social eu me sinto Igreja também. Então isso ajuda a gente como Rede. Se não conseguimos estar nos espaços mais formais e é importante estarmos nesses espaços. Mas, aí tem situações que não vale a pena gastar energia, assim partimos para outros lugares;

5. Partindo da Rede Um Grito Pela Vida, como você avalia a condição das mulheres dentro da Igreja Católica? Elas têm os mesmos direitos que os homens?

Eu penso que as mulheres na Igreja católica avançaram muito, no sentido de participação e contribuição. Eu costumo sempre pensar em um desafio, se as mulheres decidissem cruzar os

braços em final de semana, a igreja esvaziava. Se elas dissessem: “nós não vamos mais fazer nenhum serviço”, as pastorais entravam crise grande. Então não resta dúvida que nós somos majoritariamente a imagem dessa igreja. É uma igreja de rosto de mulheres, de corpo de mulheres. Agora a valorização, o reconhecimento formal disso é um desafio muito grande, ainda é um obstáculo. Acho que nós temos aí um longo caminho. A Igreja Católica é muito hierárquica e muito patriarcal, muito dominada somente por homens. Nos últimos anos a igreja se fechou bastante, a gente vive aí uma neo cristandade, muitas pessoas da nossa igreja e nesse contexto as mulheres ainda têm muito pouco espaço em termos de diaconato, ministérios das mulheres, é ainda embrionário. É uma igreja que excluí bastante, utiliza os saberes, os dons, os serviços das mulheres, mas tem dificuldades de um reconhecimento legítimo. A dimensão patriarcal é muito forte, por exemplo as teólogas feministas têm uma grande contribuição, um arsenal de conhecimentos. Elas nunca são citadas, elas nunca entram nos documentos oficiais da Igreja Católica, elas não são convidadas nem bem-vindas em muitos espaços e em alguns são até impedidas de falar. Então há um ranço em relação a isso. É assim, de um lado tem uns documentos (da Igreja Católica) que falam exaltando essa mulher abnegada, sensível, serviçal, meiga, parceira. Até tem umas coisas bonitas nos documentos oficiais, mas a questão da estrutura...questionar as estruturas, mudar os paradigmas, compartilhar poder aí é um entrave muito grande, nossa igreja é muito patriarcal. Eu até me pergunto se dentro dessa estrutura vale a pena nós mulheres nos ascender à posse desse poder, porque ser só mulher no poder sem mudar as estruturas não adianta muita coisa. Sem dúvida o patriarcado estruturado nas relações de poder é um grande entrave para o avanço na participação das mulheres na Igreja Católica. O caminho é a coesão entre as próprias mulheres. A mudanças vai demorar, mas ela vai ser gestada por nós mesmas, não vai ser dada.

Eu acho que a Rede é plural, eu não diria que ela é feminista, mas muitos princípios do movimento feminista estão na Rede e muitos membros da Rede são feministas ou carregam características feministas. Nem todas se declaram feministas. Eu não diria que a Rede é feministas traz princípios como autonomia das mulheres, participação, defesa integral da mulher, seu corpo, sua sexualidade, não exploração, cidadania, os direitos das mulheres. Tudo isso são valores e pautas feministas. Mas eu acredito que tem muitas companheiras que levantam e carregam a bandeira do feminismo, outras que não se declaram em suas condições, mas trazem o sonho. E para permanecer na Rede você não precisa ser uma feminista de carteirinha, mas você precisa comungar com as feministas sim, que é hoje o único movimento capaz de capitalizar forças para enfrentar esse capitalismo patriarcal que nós temos também, quer dizer as igrejas, quero dizer a Igreja Católica, mas todas as igrejas também. O feminismo

é o movimento de luta das mulheres para serem reconhecidas como gente, na sua identidade, na sua dignidade. É um movimento social e político de desconstrução desta lógica capitalista, patriarcal, centralizadora e dominadora. É um movimento de construção de novas relações mais equitativas entre homens e mulheres, de direitos iguais, de diferenças que não são assimétricas, de reconhecimento das diferenças.

9. Você se considera uma mulher feminista e protagonista dentro da Igreja Católica?

Toda a Rede talvez não se perceba assim, protagonista, consciente do seu papel. Eu acho que uma parcela sim, se sente protagonista, se questiona, avançam e buscam conhecer mais. Outras vê a Rede como mais um espaço pastoral e as vezes corre o risco de cair na rotina de fazer pequenas atividades e pronto. Por outro lado, há um protagonismo dentro da Igreja sim, porque estamos ali a gente incomoda. A própria organização da Rede em grupos pequenos, em vários lugares. Essa visibilidade da Rede hoje é inegável. Então a Igreja precisa nos reconhecer, ela precisa nos acolher, pois onde tem representação da Rede consegue-se desencadear vários processos pelo conhecimento e posicionamento desses membros frente às pautas relativas ao tráfico de pessoas e a violência de gênero. Essa trajetória de 16 anos da Rede Um Grito Pela Vida ela hoje é reconhecida e visibilizada, as siglas, nossas mãozinhas.